

APRESENTAÇÃO	TÍTULO	INTRODUÇÃO	EXPOSITOR PRINCIPAL	DEMAIS EXPOSITORES
Oral	Subversão e Catarse da História na obra de Quentin Tarantino.	<p>O presente trabalho irá analisar a subversão e catarse contidas em três obras do cineasta Quentin Tarantino. Iremos analisar o contexto e conteúdo de Bastardos Inglórios, cujo contexto nos oferece a reflexão sobre o problema do antissemitismo nazista; Django Livre, onde as estruturas da escravidão no E.U.A são revisitadas e Era Uma Vez em Hollywood, cujo enredo se aprofunda nas dimensões do Sonho Americano e o mundo das grandes estrelas de Hollywood. As três obras apresentam características em comum vindas do diretor, com a violência sendo usada como meio de comunicação e apresentam em seus enredos, subversões e catarses históricas: em Bastardos Inglórios, um grupo paramilitar de judeus que caça nazistas na França ocupada; em Django Livre, temos o protagonista Django enfrentando os algozes de sua esposa escravizada Brunhilda e em Era uma vez em Hollywood, temos como pano de fundo os assassinatos de Sharon Tate pelos membros do culto de Charles Manson. Iremos elaborar uma síntese dos processos de subversão e catarse presente no enredo e nas nuances</p>	Abraão Cesar dos Santos Francisco	Juliana Cristina Vieira

narrativas dos filmes, onde os fatos históricos são distorcidos durante a narrativa para a transformação climática dos filmes.

Pôster

UM ESTUDO SOBRE A SAÚDE MENTAL
DA MULHER NO CÁRCERE

O sistema prisional brasileiro possibilita ao sujeito masculino condições mais favoráveis às necessidades básicas fisiológicas e psicológicas do que para as mulheres. As regras prisionais excluem e, mais que isso, ignoram as necessidades da mulher que cumpre sua pena em regime fechado. As privações do ambiente carcerário desestruturam o estado emocional e geram numerosos prejuízos à saúde mental, estes momentâneos ou permanentes, dificultando também o processo de ressocialização pós cárcere. O objetivo deste trabalho deu-se por elencar dados acerca do encarceramento feminino e, principalmente, o impacto da instituição penitenciária na saúde mental das mulheres que estão em período de cumprimento de pena. O método de pesquisa utilizado foi a revisão bibliográfica por meio de livros em domínio público, periódicos, dissertações para obtenção de títulos e publicações de sites governamentais. As principais palavras-chave empregadas foram saúde mental, mulheres presas, psicologia penitenciária, cárcere feminino e identidade. Adotou-se como critério de inclusão artigos com enfoque na realidade brasileira, disponibilidade de

ALICE ELIAS

INGRYD BORTOLUSSI DE L
FERRAZ DE CAMPOS, Jess
Gobbo, PAULO ROBERTO

texto completo em suporte eletrônico e publicações em periódicos nacionais. A escolha final dos materiais deu-se através da delimitação do tema e da leitura integral dos textos. Após a aplicação das palavras-chave e a lapidação conforme a pertinência da pesquisa, foram encontradas 4 publicações em sites do governo, 4 livros em domínio público, 6 artigos na base de dados SciELO, 10 trabalhos provenientes de periódicos e 3 dissertações para obtenção de títulos de mestre. Como resultado parcial do presente trabalho, percebe-se que a hostilidade do cárcere em diversos níveis compromete a saúde mental das encarceradas, sendo este um problema de saúde e de segurança pública. É necessário, portanto, pensar e desenvolver estratégias embasadas em políticas públicas apoiadas pelo arcabouço da Psicologia para viabilizar e facilitar a interlocução entre as mulheres e o ambiente externo, capacitar a equipe de trabalho que atua nas penitenciárias para assim reorientar o cuidado da saúde mental dessa população e possibilitar um retorno efetivo à sociedade.

Oral

IDEOLOGIA E FAKE NEWS: um estudo de revisão de literatura sobre seus efeitos no cenário político nacional

Na presente pesquisa, temos como objetivo compreender a relação entre as fake news e a ideologia nos anos de 2017-2022, por meio de revisão sistemática de literatura. Com esse estudo pretendemos avaliar o quanto as relações sociais sofrem com a propagação dessas notícias falsas, bem como possibilidades de enfrentamento e combate de seus efeitos. Selecionamos os artigos com base nas palavras chaves "fake news", "ideologia" e "psicologia social" em cinco bancos de dados, a saber: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Acadêmico, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Ao todo, foram selecionados 39 artigos que se enquadraram nos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Os critérios de inclusão foram: a) ser escrito em língua portuguesa; b) com o ano de publicação entre 2017-2022; c) publicado em revista científica e d) conteúdo que versasse sobre o fenômeno das fake news, ideologia e/ou psicologia social. Já os critérios de exclusão foram: a) ser publicado em anais científicos; b) escrito em língua inglesa e c) artigos duplicados

ANA CAROLINA SILVA DOS SANTOS

CAROLINA VITAL ORTIZ, F
DOS SANTOS, MARILANG
GALVÃO, Catarina Decom

- presentes em mais de uma base de dados. Como instrumento de análise do tema proposto utilizaremos a Análise de Discurso, considerando seu aporte para compreender o discurso além de seu conteúdo textual, e reconhecer que ele é feito de sentidos, pois a linguagem se faz presente na história. Enquanto referencial teórico nos apoiamos na Teoria Crítica, ancorada nos estudos de Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse. Essa perspectiva teórica tem como fundamento a crítica ao funcionamento da sociedade capitalista e seus efeitos, pois a mera explicação da realidade, não promove a emancipação necessária para a sua modificação e transformação. Para se ter uma constante renovação é importante analisar o momento histórico, o presente e cada mudança na sociedade com suas reformulações. Como resultados preliminares percebemos que os artigos encontrados versam sobre as fake news, informando que possuem uma maior concentração, para desautorizar grupos socialmente minorizados, gerando conflitos sociais, políticos e afetando consideravelmente a saúde mental dos cidadãos por meio da manipulação do medo e do pensamento messiânico.

Assumimos que este estudo pode desnudar a compreensão acerca da dinâmica social das ideologias e fake news e seus impactos nas relações sociais e formação da subjetividade. Além disso, ele poderá contribuir para a identificação e reconhecimento de inverdades, estimulando novas formas do pensamento crítico ao qual pode beneficiar a sociedade como todo, possibilitando o enfrentamento e combate de seus efeitos.

Oral

Qualidade de vida

Considerando o atual contexto da sociedade brasileira, com a celeridade e proporção da pandemia causada pela COVID-19, observa-se especialmente no âmbito profissional, grandes mudanças nas regulamentações de trabalho, assim como sua organização, as formas coletivas e individuais de vivenciá-lo, afetando os trabalhadores tanto física, quanto mentalmente. O trabalho que antes era realizado na companhia de colegas, passou a ser desempenhado em casa no modelo home office, abrindo espaço para uma intensificação de sentimentos como oscilação de humor, solidão, tédio, entre outros, uma vez que não foi acompanhado ou precedido de preparação psicológica. O sentido do trabalho constitui-se como um processo complexo resultante de um contexto de interações e construções sociais que envolvem o campo da auto realização, independência, valorização e sobrevivência, sendo o lugar onde as pessoas passam a maior parte do seu dia. Nessa ótica, é importante considerar a ausência de preparação psicológica e/ou material a rápida adaptação ao trabalho de forma remota, gerando casos de sofrimento e adoecimento mental, uma vez que esse momento é

ANA CLARA ALVES MOREIRA

MARIA GABRIELA CONTI
LOPES

marcado principalmente pelas novas demandas de aprendizagem, incerteza, impotência, distância de entes queridos, entre outras. Nesse sentido, considerando que a crise sanitária e humanitária gerada pela pandemia da COVID-19 amplificou a precarização do ambiente corporativo, o que mudou drasticamente a dinâmica e/ou funcionamento da rotina de trabalho. A presente pesquisa se caracteriza como observacional, descritiva e quantitativa, visando coletar dados a partir da ferramenta virtual Google Formulários, com o intuito de entender de que forma a pandemia afetou a saúde mental dos trabalhadores? Além de, discutir as nuances relacionadas a qualidade de vida e o ambiente corporativo. Para tal, a pesquisa será realizada com aproximadamente 200 participantes de idade igual ou superior a 18 anos que trabalham fixamente em qualquer tipo de área, a participação na pesquisa leva aproximadamente 20 minutos. Os instrumentos serão aplicados na seguinte ordem, a saber: Questionário Sociodemográfico/Socioeconômico; Questionário sobre o ambiente corporativo; Escala de Avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho – QVT;

Escala de Satisfação no Trabalho – EST; Escala de Bem-Estar no Trabalho – EBET. Salienta-se ainda, que a participação só ocorre mediante anuência ao Termo de Compromisso Livre e Esclarecido, indicado no início do formulário de coleta. No que se refere a análise dos dados, será realizada uma análise de correlação de Pearson, que indica uma medida de relação entre as variáveis. Contudo, o presente trabalho visa aferir a relação entre o ambiente corporativo e a saúde mental dos trabalhadores, comparando os impactos no ambiente corporativo durante o isolamento social e após a flexibilização das relações de trabalho.

Oral

PLURALISMO CULTURAL E SEUS
DESDOBRAMENTOS

O presente estudo possui por escopo analisar o termo “pluralismo cultural” em sua essência, além de mencionar seu empenho na indicação da linha de pesquisa acerca da educação frente às diversidades culturais e suas lutas étnico-raciais, destacando-os no Brasil. Nesse contexto, a cultura eurocêntrica instalada na nação brasileira, a partir de seu descobrimento em 1500, foi responsável pela afirmação de um padrão de ser humano caracterizado por ser um homem branco, cristão, ocidental, heterossexual e alfabetizado. Tratou-se de impor sobre os povos indígenas e, posteriormente, aos africanos, uma compreensão de mundo distinguida das quais subsistiram pelos antepassados, exemplificada pelo(a): monoteísmo, monogamia e heterossexualidade. Contrariando essa padronização, surgiu a mobilização do multiculturalismo, também chamada de “cosmopolitismo” e com a função de pleitear reconhecimento e respeito, definindo-se como uma onda de acatamento do desigual e retratando determinado exórdio de nossos recursos hermenêuticos, epistemológicos e metodológicos, de maneira que principia um processo dialógico com distintas

ANDREI AGUIAR FONSECA

modalidades de vida e de reflexões. A multiplicidade focaliza a heterogeneidade cultural e é realizada de forma antagônica ao Estado-nação, cujas características são: moderno, liberal e ocidental. Com a finalidade de expor a pesquisa adequadamente e determinar os paradigmas necessários ao entendimento do assunto, o método de abordagem é o hipotético-dedutivo. Supletivamente, o referencial teórico dessa pesquisa se baseia nos trabalhos sobre multiculturalismo, exemplificações e repercussões. Sob o viés histórico da nação brasileira, formou-se uma população intensamente diversificada, cujas culturas se divergem a cada região ao longo da vasta pátria constituída. A isso, nomeia-se de “multiculturalismo”. Graças à padronização posta interinamente como aceitável frente a essa pluralidade, urgem efeitos discriminatórios que perduraram no decorrer da formação nacional, amenizando-se em grau de exposição, todavia enraizados na sociedade. O pluralismo cultural concerne-se no respeito às identidades. É dever, portanto, de cada um proporcionar amplitude de visão em si mesmo e alastrá-la, valorizando o patrimônio

científico, artístico, educacional e instrutivo como apreciação de um povo. Outrossim, faz-se necessário criar percepção de que se trata de riqueza imaterial, além de raízes entranhadas nas lembranças daquela civilização. Destarte, é papel do Direito assimilar as frequentes modificações, enaltecendo a História e a mixagem de comunidades, as quais, conjuntadas, renovaram costumes, ideais e saberes, ou seja, foram e são responsáveis por evoluir a sociedade integralmente.

Oral

Violência Psicológica contra a Mulher:
uma análise de eficácia da tipificação da
conduta

Violência Psicológica contra a Mulher:
uma análise de eficácia da tipificação da
conduta. O presente trabalho acadêmico
tem como objeto de estudo o crime de
violência psicológica contra a mulher,
inserido no artigo 147-B pela Lei nº
14.188/21. O trabalho busca
compreender a violência contra a
mulher, especialmente à luz do
fenômeno sociocultural do patriarcado,
reconhecendo suas especificidades como
é o caso da violência psicológica, bem
como analisar se a construção do tipo
penal descreve adequadamente e
possibilita o efetivo enfrentamento do
fenômeno. Apesar da Lei Maria da Penha
existir desde 2006, até a criação do
artigo 147-B no CP, não havia no
ordenamento jurídico brasileiro um
dispositivo específico para estes crimes.
Neste sentido, a Lei passa a materializar
e exemplificar condutas abusivas que
antes estavam relegadas a invisibilidade,
na incredibilidade dada a pessoa
violentada psicologicamente. A violência
psicológica se caracteriza por ser
executada de maneira sutil e silenciosa,
tendo em vista que não deixa marcas
visíveis no corpo da vítima, mas na saúde
psicológica, trazendo consequências tão
danosas quanto podem advir da

ANDRESSA BOTA

TIAGO FELIPE COLETTI MA

agressão física. A violência se dá por meio de condutas que são cometidas simultaneamente de forma invisível, onde o agressor tem como intuito controlar os comportamentos e decisões da ofendida, utilizando de insultos, ameaças, humilhações, proibições, dentre outros, com fins de manipula-la e intimidá-la, causando seu isolamento, ou outras condutas que limitem a sua liberdade e lesem a sua saúde mental. Há de ser indagada as particularidades trazidas pelo legislador ao tipificar a conduta no artigo 147-B uma vez que, o que parece ter sido uma excelente iniciativa, pode fomentar ainda mais discussões doutrinárias, dado que o enquadramento da conduta ao novo tipo penal dependerá da análise minuciosa do caso concreto. A questão que se coloca é se os elementos utilizados pelo legislador na construção do crime são tão exigentes que acabam por inviabilizar a eficácia do dispositivo, ou, se ao revés, são tão abertos e flexíveis que podem gerar tamanha insegurança jurídica que venham a ser objeto de arguição de inconstitucionalidade da regra. Logo o primeiro elemento do tipo penal afeta sua eficácia, “causar dano emocional”. Pela sua redação trata-se de

um crime material que para sua comprovação exigirá relatórios clínicos e laudos periciais realizados por profissionais do ramo da psicologia e psiquiatria, o que já desponta como um primeiro limitador à eficácia do dispositivo, dada a necessidade de uma avaliação com elevado grau de subjetividade e extremamente custosa que o Estado provavelmente não terá condições de atender. O trabalho ainda encontra-se em desenvolvimento, porém já é possível reconhecer que a tipificação do crime de violência psicológica contra a mulher é extremamente importante, entretanto, seu texto ainda possibilita entendimentos distintos que devem ser objeto de detida análise.

Oral

Direitos Humanos e as Lutas Sociais:
Uma análise sobre a discriminação das
mulheres ao se tornarem mães no
mercado de trabalho brasileiro

Direitos Humanos e as Lutas Sociais:
Uma análise sobre a discriminação das
mulheres ao se tornarem mães no
mercado de trabalho brasileiro O
mercado de trabalho tem se tornado
cada dia mais difícil para as mulheres ao
se tornarem mães. Isso é o que
comprova o estudo 'Licença
maternidade e suas consequências no
mercado de trabalho do Brasil', realizado
em 2019, pela Fundação Getúlio Vargas
(FGV). O levantamento indica que 48%
das mulheres no mercado de trabalho
brasileiro ficam desempregadas em um
período de até um ano após o parto, ou
seja, praticamente metade das
mulheres, ao se tornarem mães, perde
seus empregos no Brasil. Diante desses
dados, esta pesquisa tem o objetivo de
realizar uma análise discursiva, aliada à
pesquisa bibliográfica, para refletir sobre
as dificuldades encontradas por este
grupo no enfrentamento das barreiras
do preconceitos e da discriminação
durante a gravidez, no período de licença
maternidade e, principalmente, ao
retornarem ao trabalho. Esta pesquisa
faz-se importante pelo fato de que há
um impacto nas oportunidades de
trabalho, uma vez que, apesar da
participação de mulheres no mercado de

ANDRESSA HERMIDE BARBOSA
BORASCHI

ALESSANDRA NERIS ZANE
LUCAS EDUARDO SELEBER
EDUARDA CAVALARO

trabalho ter tido o 5º ano de alta, a remuneração para o sexo feminino segue, em média, 22% menor se comparado à remuneração masculina. Como parte da revisão de bibliografia efetuada, Silveira (2021) também traz dados de 2019 mostrando que a taxa de participação feminina na força de trabalho era de 54,5%, enquanto a masculina era de 73,7%. De acordo com o autor, tal aumento da taxa de participação feminina pode estar associada à necessidade das mulheres buscarem uma ocupação profissional diante da crise, buscando garantir a provisão de seu lar. Além disso, a pesquisa realizada pela empresa Pompermayer (2017), na cidade de Americana, interior de São Paulo, com 101 mulheres entre 35 a 49 anos, todas com filhos e que realizam serviços domésticos, além do trabalho na empresa, constatou que 41% das mulheres entrevistadas responderam que já sofreram preconceito no ambiente de trabalho devido à maternidade. Frantz (2022) retrata que a conciliação entre maternidade e carreira é um dos grandes desafios na vida de uma mulher moderna, sendo um momento traçado de dúvidas e

angústias. Na segunda parte deste trabalho, será realizada a coleta de informações, por meio de entrevistas, com mulheres que perderam os empregos após a licença-maternidade. Os dados serão analisados discursivamente, em busca de memórias sobre gênero e trabalho, que se solidificam histórica e ideologicamente. Palavras-chave: discurso; mulher; licença-maternidade; mercado de trabalho; dupla-jornada. .

Oral

OS DIREITOS DO ESTAGIÁRIO À LUZ DA LEI Nº 11.788/2008: A opressão no ambiente de estágio e seus impactos na formação profissional do estudante

De acordo com o preceituado na Lei 11.788/2008, o estágio é uma prática pedagógica que possui o escopo de preparar o estudante para o mercado de trabalho, fazendo com que seja ele introduzido nas atividades que são aprendidas em ambiente acadêmico ou agregando valor ao seu desenvolvimento profissional. Visa-se analisar o atual cenário de opressão enfrentada no ambiente de trabalho, no que diz respeito aos estagiários. Nessa esfera, tem-se o intuito de verificar quais as consequências no desenvolvimento profissional e pessoal do estudante, à luz dos direitos humanos, provenientes da pressão e abuso no campo laboral, bem como de que forma a Lei 11.788/2008 é capaz de amparar os direitos do estudante no ambiente de trabalho. A finalidade contida na Lei de Estágio é de proporcionar para o jovem estudante a oportunidade de preparação para o mercado de trabalho. Tal possibilidade é baseada no aprendizado de competências essenciais no âmbito profissional. No entanto, o contexto hostil no setor ocupacional é capaz de ocasionar impactos negativos na perspectiva da formação acadêmica. A hostilidade determinada no âmbito

ANNA MELISSA MARCONDES
NASCIMENTO

MARIA CLARA LEITE

laboral para os estudantes se descreve por meio de práticas abusivas relacionadas a entrega de resultados em prazos escassos, desvio de atribuições, carga horária excedendo o mínimo permitido e tratamento ríspido na hierarquia entre chefe e estagiário. Logo, afeta diretamente o objetivo do plano pedagógico do estágio, qual seja, adquirir conhecimento imprescindível para a devida formação profissional.

Oral

PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO ENTRONCAMENTO ENTRE AS RODOVIAS SP – 065 E SP – 332 NA CIDADE DE CAMPINAS – SÃO PAULO

O Brasil possui uma matriz de transportes predominantemente composta pelo sistema rodoviário, aproximadamente 75 % de todas as mercadorias que transitam pelo país, passam por rodovias, evidenciando o quão importante as mesmas são. As rodovias brasileiras embora sendo classificadas como uma das melhores rodovias do mundo, ainda carecem de tecnologias para atender a frota circulante e garantir a segurança. O presente estudo tem como objetivo geral analisar e propor o desenvolvimento de uma solução para as questões relacionadas a formação de pontos de congestionamento no trecho de conexão da Rodovia D. Pedro I com a via radial Rodovia Professor Zeferino Vaz, na cidade de Campinas - São Paulo, possibilitando assim a transformação deste trecho em uma rodovia com bom deslocamento. As rodovias têm um papel fundamental na sociedade, pois permitem a movimentação de mercadorias e pessoas, interligando as cidades, possibilitando acesso ao trabalho e à vários serviços como, saúde e educação, conectando regiões e culturas, estimulando o desenvolvimento econômico e social. Na atual conjuntura,

Aparecida Silva Santos Carbone

CLEYSERSON PINHEIRO,
PIZZI, MICHEL HENRIQUE

as rodovias brasileiras ainda constituem o principal meio de escoamento de produtos e equipamentos em todo o território sendo responsável por garantir a mobilidade urbana juntamente com o progresso das regiões. Logo a Engenharia possui uma importância exorbitante na melhoria e prospecção de como observar e compreender a evolução do tráfego juntamente com a concepção de novas formas de melhorar a mobilidade urbana. A tecnologia a ser aplicada nesta rodovias poderá auxiliar no processo de melhoria de fluidez das vias concomitantemente ao melhor deslocamento e aumento da capacidade viária. A busca por avanços na área da mobilidade urbana está relativamente ligada a economia, sociedade e meio ambiente, desse modo, relacionada ao desenvolvimento das cidades, sendo importante realizar estudos sobre as mudanças no tráfego e melhorar a qualidade do sistema viário para a população. As visitas in loco em horários alternados apresentaram e evidenciaram a importância deste estudo para as questões de pontos geradores de tráfego e mobilidade urbana. Durante as visitas, constatou-se a importância das diretrizes e recomendações presentes nos manuais

do DNIT. Elas guiaram a geometria, possibilitando um traçado compatível com as condições físicas. Através da atividade de campo associada aos resultados preliminares observou-se que este trecho necessita de uma solução para redução da geração de pontos de congestionamento, sendo assim proposta inicialmente a construção de uma alça de acesso para redução do volume e uma ciclovia que conecte a área dos demais polos geradores de tráfego.

Oral

ESTUDO DAS MANIFESTAÇÕES
PATOLÓGICAS NO ESTÁDIO BRINCO DE
OURO DA PRINCESA EM CAMPINAS-SP

Diversas podem ser as patologias encontradas nas estruturas de concreto armado, assim como são diversas também as suas origens. O presente estudo, será desempenhado no Estádio Brinco de Ouro da Princesa, o qual encontra-se situado no bairro Jardim Guarani, na cidade de Campinas/SP, tendo como o objetivo geral analisar e apresentar soluções para as manifestações patológicas em estruturas de concreto presentes no estádio. Sua construção se deu início em 1947, com apoio de torcedores para a mão de obra e realização de gincanas para arrecadação de verbas. Em 1953 após a finalização da obra, iniciou-se a utilização da estrutura para os jogos do clube e eventos realizados. No início, a sua capacidade de torcedores, eram de 29 mil pessoas e apenas em 1960 essa capacidade de ampliou para 44 mil pessoas com a construção do famoso "tobogã". Além desta alteração, foram realizadas salas e salões internos, bilheteria que passou a constituir a estrutura do estádio e a estrutura poliesportiva. A relevância deste estádio fica evidente, pois esta estrutura em partidas importantes comportou até 52 mil pessoas, porém pelos atuais critérios

Aparecida Silva Santos Carbone

DANILO SANTIAGO DA TR
LEONARDO FRANCISCO F
SANTOS, LUÍS HENRIQUE

solicitados pela Federação Paulista de Futebol, a cada dois anos a estrutura passa por uma avaliação, com a finalidade de verificar as condições da estrutura e redimensionar a sua usabilidade. Inicialmente, foi realizada uma breve pesquisa sobre as possíveis patologias que poderão ser identificadas durante as atividades em campo aqui proposta, evidenciando a importância da manutenção periódica em estruturas com utilização pública. O estádio fica localizado na Avenida princesa d' oeste, na região central de Campinas/SP. Ao se debruçar sobre o tema manifestação patológica, realizou-se análises de várias literaturas e artigos a fim de, gerar insumos técnicos acerca das patologias que ocorrem com maior frequência em estruturas de concreto armado. Durante as visitas em campo, foram mapeadas as patologias existentes, utilizando como método de avaliação a Matriz GUT, na qual consiste em classificar as patologias de acordo com a gravidade e tendência, deixando evidente as patologias que apresenta maior gravidade. A matriz GUT foi utilizada para a identificação da gravidade, urgência e tendência das patologias encontradas no estádio, sendo assim desenvolvida a ordem de

prioridade da recuperação dos problemas encontrados, na qual devem ser restaurados o mais breve possível, evitando assim um maior problema no futuro, podendo se tornar uma anomalia de alta complexidade.

Pôster

ESTUDO DAS MANIFESTAÇÕES
PATOLÓGICAS NO ESTÁDIO BRINCO DE
OURO DA PRINCESA EM CAMPINAS-SP

Diversas podem ser as patologias encontradas nas estruturas de concreto armado, assim como são diversas também as suas origens. O presente estudo, será desempenhado no Estádio Brinco de Ouro da Princesa, o qual encontra-se situado no bairro Jardim Guarani, na cidade de Campinas/SP, tendo como o objetivo geral analisar e apresentar soluções para as manifestações patológicas em estruturas de concreto presentes no estádio. Sua construção se deu início em 1947, com apoio de torcedores para a mão de obra e realização de gincanas para arrecadação de verbas. Em 1953 após a finalização da obra, iniciou-se a utilização da estrutura para os jogos do clube e eventos realizados. No início, a sua capacidade de torcedores, eram de 29 mil pessoas e apenas em 1960 essa capacidade de ampliou para 44 mil pessoas com a construção do famoso "tobogã". Além desta alteração, foram realizadas salas e salões internos, bilheteria que passou a constituir a estrutura do estádio e a estrutura poliesportiva. A relevância deste estádio fica evidente, pois esta estrutura em partidas importantes comportou até 52 mil pessoas, porém pelos atuais critérios

Aparecida Silva Santos Carbone

DANILO SANTIAGO DA TR
LEONARDO FRANCISCO F
SANTOS, LUÍS HENRIQUE

solicitados pela Federação Paulista de Futebol, a cada dois anos a estrutura passa por uma avaliação, com a finalidade de verificar as condições da estrutura e redimensionar a sua usabilidade. Inicialmente, foi realizada uma breve pesquisa sobre as possíveis patologias que poderão ser identificadas durante as atividades em campo aqui proposta, evidenciando a importância da manutenção periódica em estruturas com utilização pública. O estádio fica localizado na Avenida princesa d' oeste, na região central de Campinas/SP. Ao se debruçar sobre o tema manifestação patológica, realizou-se análises de várias literaturas e artigos a fim de, gerar insumos técnicos acerca das patologias que ocorrem com maior frequência em estruturas de concreto armado. Durante as visitas em campo, foram mapeadas as patologias existentes, utilizando como método de avaliação a Matriz GUT, na qual consiste em classificar as patologias de acordo com a gravidade e tendência, deixando evidente as patologias que apresenta maior gravidade. A matriz GUT foi utilizada para a identificação da gravidade, urgência e tendência das patologias encontradas no estádio, sendo assim desenvolvida a ordem de

prioridade da recuperação dos problemas encontrados, na qual devem ser restaurados o mais breve possível, evitando assim um maior problema no futuro, podendo se tornar uma anomalia de alta complexidade.

Oral

ESTUDO DAS MANIFESTAÇÕES
PATOLÓGICAS NO ESTÁDIO BRINCO DE
OURO DA PRINCESA EM CAMPINAS-SP

Diversas podem ser as patologias encontradas nas estruturas de concreto armado, assim como são diversas também as suas origens. O presente estudo, será desempenhado no Estádio Brinco de Ouro da Princesa, o qual encontra-se situado no bairro Jardim Guarani, na cidade de Campinas/SP, tendo como o objetivo geral analisar e apresentar soluções para as manifestações patológicas em estruturas de concreto presentes no estádio. Sua construção se deu início em 1947, com apoio de torcedores para a mão de obra e realização de gincanas para arrecadação de verbas. Em 1953 após a finalização da obra, iniciou-se a utilização da estrutura para os jogos do clube e eventos realizados. No início, a sua capacidade de torcedores, eram de 29 mil pessoas e apenas em 1960 essa capacidade de ampliou para 44 mil pessoas com a construção do famoso "tobogã". Além desta alteração, foram realizadas salas e salões internos, bilheteria que passou a constituir a estrutura do estádio e a estrutura poliesportiva. A relevância deste estádio fica evidente, pois esta estrutura em partidas importantes comportou até 52 mil pessoas, porém pelos atuais critérios

Aparecida Silva Santos Carbone

LUÍS HENRIQUE SILVA ALV
FRANCISCO FRATIA DOS S
DANILO SANTIAGO DA TR

solicitados pela Federação Paulista de Futebol, a cada dois anos a estrutura passa por uma avaliação, com a finalidade de verificar as condições da estrutura e redimensionar a sua usabilidade. Inicialmente, foi realizado uma breve pesquisa sobre as possíveis patologias que poderão ser identificadas durante as atividades em campo aqui proposta, evidenciando a importância da manutenção periódica em estruturas com utilização pública. O estádio fica localizado na Avenida princesa d' oeste, na região central de Campinas/SP. Ao se debruçar sobre o tema manifestação patológica, realizou-se análises de várias literaturas e artigos a fim de, gerar insumos técnicos acerca das patologias que ocorrem com maior frequência em estruturas de concreto armado. Durante as visitas em campo, foram mapeadas as patologias existentes, utilizando como método de avaliação a Matriz GUT, na qual consiste em classificar as patologias de acordo com a gravidade e tendência, deixando evidente as patologias que apresenta maior gravidade. A matriz GUT foi utilizada para a identificação da gravidade, urgência e tendência das patologias encontradas no estádio, sendo assim desenvolvida a ordem de

prioridade da recuperação dos problemas encontrados, na qual devem ser restaurados o mais breve possível, evitando assim um maior problema no futuro, podendo se tornar uma anomalia de alta complexidade.

Oral

MOBILIDADE URBANA PARA PEDESTRES:
DESAFIOS DOS PEDESTRES EM CENTROS
URBANOS, ESTUDO COMPARATIVO
ENTRE AS CIDADES DE AMERICANA,
PAULÍNIA E SUMARÉ-SP

A mobilidade urbana é um fator importante no que diz respeito ao ir e vir, ou seja, está relacionada ao deslocamento ao longo de uma via ou de um espaço público. O crescimento constante da população na área urbana tem causado problemas as pessoas e ao meio ambiente, acarretando o aumento expressivo de deslocamentos em vias urbanas através de automóveis, caminhões, transporte urbano, motocicletas, esse deslocamento abre pautas para estudo sobre deslocamentos alternativos, como, bicicletas, caminhadas. Portanto, aperfeiçoar o transporte público através de alternativas que reduzam o fluxo de veículos, e melhore o deslocamento, é uma das primícias da engenharia na área de transportes. Observa-se que, em centros urbanos há uma grande dificuldade em locomover-se, devido ao mau planejamento das vias, ao aumento do número de pedestres, e a má qualidade no transporte público. A união de todas estas vertentes interfere diretamente na qualidade de vida juntamente com a depreciação dos espaços públicos. O objetivo desse trabalho é levantar os principais dados de mobilidade urbana coletados em

Aparecida Silva Santos Carbone

LUÍS HENRIQUE SILVA ALV
ZABANI, GABRIEL DE LIMA
AYRTON JOSÉ BORTOTTI I
NETTO

campo, para fazer um comparativo entre as cidades, e verificar se atende às diretrizes impostas pelas normas que regulamentam os itens de mobilidade. O desenvolvimento desse estudo possibilitou uma observação em muitos aspectos relacionados ao deslocamento dos pedestres, e em quais pontos deve estruturar uma cidade. Este estudo pretende caracterizar e analisar o deslocamento dos pedestres nas áreas centrais dos municípios de Americana, Paulina e Sumaré. Este levantamento foi realizado com o intuito de apresentar as principais características referentes à mobilidade e acessibilidade realizando um comparativo entre as cidades. A união de todas estas vertentes interfere diretamente na qualidade de vida, juntamente com a qualificação dos espaços públicos. O desenvolvimento desse estudo possibilitou uma ampla visão em muitos aspectos relacionados ao deslocamento dos pedestres, e de qual forma pode ser estruturada uma cidade. Nas áreas centrais, é onde encontra-se o maior número de pessoas, portanto, tornar o percurso delas seguro e confortável é de extrema importância. O maior desafio da mobilidade urbana é a conscientização

das pessoas e também do governo, pois, para diminuir os congestionamentos, acidentes, poluição e proporcionar uma vida menos sedentária a população de cada cidade, torna – se necessário observar a importância de cada item abordado deste levantamento de dados, pois dessa forma começaremos a pensar e agir, rumo a um deslocamento de qualidade e uma cidade que atenda a todos os tipos de pedestres. Ambas as cidades avaliadas apresentam pavimentos em áreas centrais que não incentivam a caminhabilidade de pedestre. Logo, por meio desta análise, observou-se que as cidades necessitam de mudanças urgentes no sentido de desenvolver alternativas viáveis ao deslocamento da população, melhorando-se a qualidade de vida.

Oral

DESENVOLVIMENTO DE PAINÉIS DE CASCA DE MABOQUE E BAGAÇO DE CANA COM ASSOCIAÇÃO DA CASCA DE COCO

A construção civil é um dos principais setores que mais contribuem negativamente para as questões ambientais, sendo evidenciado pelos recursos naturais extraídos, pela geração de resíduos sólidos de construção, gerando consumo de energia e emitindo toneladas de poluentes para a atmosfera. Este projeto tem como objetivo geral desenvolver painéis a partir da casca de maboque e bagaço de cana-de-açúcar com associação da casca de coco para o uso na construção civil. Os ensaios serão realizados no laboratório de Engenharia Civil do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, no Campus São Jose em Campinas, SP. A metodologia empregada neste projeto será elaborada com base nos referenciais teóricos bibliográficos de investigação antes divulgados no meio científica, e consistindo na realização da análise de propriedades físico - mecânicas dos painéis, obedecendo as seguintes etapas: coleta do material, preparo do material, classificação granulométrica, conformação dos painéis, teste de resistência. Através dos ensaios realizados espera-se que o desempenho deste material e suas propriedades físicas e mecânicas dos painéis sejam

Aparecida Silva Santos Carbone

CARLOS MANDELE KALOM
Costa Romeiro

superiores ou iguais aos dos painéis convencionais, possibilitando-se assim a sua viabilidade e uso na construção civil, nas suas inúmeras aplicabilidades nomeadamente, no isolamento acústico, térmico, no revestimento de forros, pisos, e paredes, entre outros. É pretendido ainda através deste estudo atingir a viabilidade ecológica considerando as correntes problemáticas ambientais do dever de preservar o Planeta Terra que é o nosso lar e bem comum. E por fim espera-se alcançar sobretudo a efetividade deste material em regiões carentes e escassez de matéria prima.

Oral

SMART CITIES: ESTUDO DA LINHA DE ONIBUS NA REGIÃO DO BAIRRO PARQUE DAS CAMÉLIAS EM CAMPINAS-SP

O crescimento populacional nos grandes centros urbanos vem se tornando um dos maiores desafios na engenharia, gerando problemas organizacionais, sociais e ambientais. Transformar uma cidade comum em um referencial de sustentabilidade, mobilidade e qualidade de vida, é uma tarefa difícil, principalmente por necessitar de investimento do estado. Diversas externalidades resultantes de um modelo inadequado de planejamento de transportes urbanos afetam diretamente a qualidade ambiental e de vida da população. O presente estudo tem como objetivo contextualizar o cenário do bairro Parque das Camélias em Campinas-SP, em relação ao uso do transporte público urbano, onde a ausência de mobilidade, acessibilidade e sustentabilidade, causa uma série de desconfortos para a comunidade. As paradas de ônibus constituem o primeiro contato dos usuários com o sistema de transporte público coletivo, é o elo entre o usuário e o transporte público, dessa forma, é de extrema importância que elas ofereçam acessibilidade e bem-estar. Observa-se que parada de ônibus que não contemple fatores que ofereçam bem-estar ou que não tenha

Aparecida Silva Santos Carbone

Diego Costa Romeiro, SAM
DE PAULA

acessibilidade para as pessoas portadoras de deficiência pode ser o fator decisivo para que o cidadão opte pelo sistema de transporte motorizado individual, prejudicando assim, a prática da sustentabilidade social e ambiental. Benfeitorias no sistema de transporte público elevam a mobilidade e a acessibilidade das pessoas, e isso auxilia no aumento da qualidade de vida da população. A metodologia utilizada neste trabalho é a da pesquisa exploratória, pois esta possibilita um maior conhecimento do observador com o assunto abordado. Devido a necessidade de compreender a problemática e alcançar soluções, este trabalho está sendo realizado através de uma vasta busca entre artigos relacionados a mobilidade urbana e acessibilidade, além da realização de atividades em campo, que possibilitou a caracterização de entorno e suas precariedades em relação a infraestrutura das paradas de ônibus e Transporte. Assim, a partir deste estudo é possível verificar e compreender como as cidades inteligentes podem ser aplicadas em qualquer região, e o quanto os seus conceitos são importantes para a inclusão social hoje no Brasil.

Oral

CONSTRUÇÃO
SUSTENTAVEL:DESENVOLVIMENTO DE
PAINÉIS DE CASCA DE MABOQUE E
BAGAÇO DE CANA COM ASSOCIAÇÃO DA
CASCA DE COCO

A construção civil é um dos principais setores que mais contribuem negativamente para as questões ambientais, sendo evidenciado pelos recursos naturais extraídos, pela geração de resíduos sólidos de construção, gerando consumo de energia e emitindo toneladas de poluentes para a atmosfera. Este projeto tem como objetivo geral desenvolver painéis a partir da casca de maboque e bagaço de cana-de-açúcar com associação da casca de coco para o uso na construção civil. Os ensaios serão realizados no laboratório de Engenharia Civil do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, no Campus São Jose em Campinas,SP. A metodologia empregada neste projeto será elaborada com base nos referenciais teóricos bibliográficos de investigação antes divulgados no meio científica, e consistindo na realização da análise de propriedades físico - mecânicas dos painéis, obedecendo as seguintes etapas: coleta do material, preparo do material, classificação granulométrica, conformação dos painéis, teste de resistência. Através dos ensaios realizados espera-se que o desempenho deste material e suas propriedades físicas e mecânicas dos painéis sejam

Aparecida Silva Santos Carbone

Diego Costa Romeiro, CA
KALOMBOLA

superiores ou iguais aos dos painéis convencionais, possibilitando-se assim a sua viabilidade e uso na construção civil, nas suas inúmeras aplicabilidades nomeadamente, no isolamento acústico, térmico, no revestimento de forros, pisos, e paredes, entre outros. É pretendido ainda através deste estudo atingir a viabilidade ecológica considerando as correntes problemáticas ambientais do dever de preservar o Planeta Terra que é o nosso lar e bem comum. E por fim espera-se alcançar sobretudo a efetividade deste material em regiões carentes e escassez de matéria prima.

Oral

SMART CITIES: ESTUDO DA LINHA DE ONIBUS NA REGIÃO DO BAIRRO PARQUE DAS CAMÉLIAS EM CAMPINAS-SP

O crescimento populacional nos grandes centros urbanos vem se tornando um dos maiores desafios na engenharia, gerando problemas organizacionais, sociais e ambientais. Transformar uma cidade comum em um referencial de sustentabilidade, mobilidade e qualidade de vida, é uma tarefa difícil, principalmente por necessitar de investimento do estado. Diversas externalidades resultantes de um modelo inadequado de planejamento de transportes urbanos afetam diretamente a qualidade ambiental e de vida da população. O presente estudo tem como objetivo contextualizar o cenário do bairro Parque das Camélias em Campinas-SP, em relação ao uso do transporte público urbano, onde a ausência de mobilidade, acessibilidade e sustentabilidade, causa uma série de desconfortos para a comunidade. As paradas de ônibus constituem o primeiro contato dos usuários com o sistema de transporte público coletivo, é o elo entre o usuário e o transporte público, dessa forma, é de extrema importância que elas ofereçam acessibilidade e bem-estar. Observa-se que parada de ônibus que não contemple fatores que ofereçam bem-estar ou que não tenha

Aparecida Silva Santos Carbone

Diego Costa Romeiro, SAM
DE PAULA

acessibilidade para as pessoas portadoras de deficiência pode ser o fator decisivo para que o cidadão opte pelo sistema de transporte motorizado individual, prejudicando assim, a prática da sustentabilidade social e ambiental. Benfeitorias no sistema de transporte público elevam a mobilidade e a acessibilidade das pessoas, e isso auxilia no aumento da qualidade de vida da população. A metodologia utilizada neste trabalho é a da pesquisa exploratória, pois esta possibilita um maior conhecimento do observador com o assunto abordado. Devido a necessidade de compreender a problemática e alcançar soluções, este trabalho está sendo realizado através de uma vasta busca entre artigos relacionados a mobilidade urbana e acessibilidade, além da realização de atividades em campo, que possibilitou a caracterização de entorno e suas precariedades em relação a infraestrutura das paradas de ônibus e Transporte. Assim, a partir deste estudo é possível verificar e compreender como as cidades inteligentes podem ser aplicadas em qualquer região, e o quanto os seus conceitos são importantes para a inclusão social hoje no Brasil.

Oral

PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO ENTRONCAMENTO ENTRE AS RODOVIAS SP – 065 E SP – 332 NA CIDADE DE CAMPINAS – SÃO PAULO

O presente estudo tem como objetivo geral analisar e propor o desenvolvimento de uma solução para as questões relacionadas a formação de pontos de congestionamento no trecho de conexão da Rodovia D. Pedro I com a via radial Rodovia Professor Zeferino Vaz, na cidade de Campinas - São Paulo, possibilitando assim a transformação deste trecho em uma rodovia com bom deslocamento. O Brasil possui uma matriz de transportes predominantemente composta pelo sistema rodoviário, aproximadamente 75 % de todas as mercadorias que transitam pelo país, passam por rodovias, evidenciando o quão importante as mesmas são. As rodovias brasileiras embora sendo classificadas como uma das melhores rodovias do mundo, ainda carecem de tecnologias para atender a frota circulante e garantir a segurança. As rodovias têm um papel fundamental na sociedade, pois permitem a movimentação de mercadorias e pessoas, interligando as cidades, possibilitando acesso ao trabalho e à vários serviços como, saúde e educação, conectando regiões e culturas, estimulando o desenvolvimento econômico e social. Na atual conjuntura,

Aparecida Silva Santos Carbone

TIAGO OTAVIO PIZZI, MIC
DE OLIVEIRA, CLEYSZERSO
Diego Costa Romeiro

as rodovias brasileiras ainda constituem o principal meio de escoamento de produtos e equipamentos em todo o território sendo responsável por garantir a mobilidade urbana juntamente com o progresso das regiões. Logo a Engenharia possui uma importância exorbitante na melhoria e prospecção de como observar e compreender a evolução do tráfego juntamente com a concepção de novas formas de melhorar a mobilidade urbana. A tecnologia aplicada em rodovias poderá auxiliar no processo de melhoria de fluidez das vias concomitantemente ao melhor deslocamento e aumento da capacidade viária. A busca por avanços na área da mobilidade urbana está relativamente ligada a economia, sociedade e meio ambiente, desse modo, relacionada ao desenvolvimento das cidades, sendo importante realizar estudos sobre as mudanças no tráfego e melhorar a qualidade do sistema viário para a população. As visitas in loco em horários alternados apresentaram e evidenciaram a importância deste estudo para as questões de pontos geradores de tráfego e mobilidade urbana. Durante as visitas, constatou-se a importância das diretrizes e recomendações presentes nos manuais

do DNIT. Elas guiaram a geometria, possibilitando um traçado compatível com as condições físicas. Através da atividade de campo associada aos resultados preliminares observou-se que este trecho necessita de uma solução para redução da geração de pontos de congestionamento, sendo assim proposta inicialmente a construção de uma alça de acesso para redução do volume.

Oral

ACESSIBILIDADE COMO FERRAMENTA
PARA INCLUSÃO SOCIAL

O aumento da população tem crescido de forma acelerada, e causa um enorme impacto na vida das pessoas, ou seja, de forma como as cidades são planejadas ou a forma que ela se torna ao passar do tempo. A acessibilidade e mobilidade urbana de uma pessoa com qualquer tipo de deficiência, despertou a inquietação de pesquisar sobre as barreiras físicas existentes. O presente trabalho se dá no campo da Cidadania, tendo como objetivo geral avaliar a adequação dos parâmetros técnicos da NBR9050-50 para a consolidação da acessibilidade no processo de inclusão de pessoas portadoras de nanismo. Os resultados do estudo podem contribuir para a redução destas barreiras, e propiciar uma nova abordagem do processo assistencial na busca da dignidade da pessoa humana, e na qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência física, com objetivo de avaliar as condições de acesso das mesmas, a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida. O projeto avalia objetivamente a adequação dos parâmetros técnicos da

Aparecida Silva Santos Carbone

GABRIEL DE LIMA DA SILVA,
CLEYSZERSON PINHEIRO,
RODEGHER

NBR 9050-50 na inclusão de pessoas portadoras de nanismo.

Oral

ACESSIBILIDADE COMO FERRAMENTA
PARA INCLUSÃO SOCIAL

O aumento da população tem crescido de forma acelerada, e causa um enorme impacto na vida das pessoas, ou seja, de forma como as cidades são planejadas ou a forma que ela se torna ao passar do tempo. A acessibilidade e mobilidade urbana de uma pessoa com qualquer tipo de deficiência, despertou a inquietação de pesquisar sobre as barreiras físicas existentes. O presente trabalho se dá no campo da Cidadania, tendo como objetivo geral avaliar a adequação dos parâmetros técnicos da NBR9050-50 para a consolidação da acessibilidade no processo de inclusão de pessoas portadoras de nanismo. Os resultados do estudo podem contribuir para a redução destas barreiras, e propiciar uma nova abordagem do processo assistencial na busca da dignidade da pessoa humana, e na qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência física, com objetivo de avaliar as condições de acesso das mesmas, a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida. O projeto avalia objetivamente a adequação dos parâmetros técnicos da

Aparecida Silva Santos Carbone

GABRIEL DE LIMA DA SILVA
RODEGHER, CLEYSZERSO
GIOVANNA MARTIM SALV

NBR 9050-50 na inclusão de pessoas portadoras de nanismo.

Oral

ACESSIBILIDADE COMO FERRAMENTA
PARA INCLUSÃO SOCIAL

O aumento da população tem crescido de forma acelerada, e causa um enorme impacto na vida das pessoas, ou seja, de forma como as cidades são planejadas ou a forma que ela se torna ao passar do tempo. A acessibilidade e mobilidade urbana de uma pessoa com qualquer tipo de deficiência, despertou a inquietação de pesquisar sobre as barreiras físicas existentes. O presente trabalho se dá no campo da Cidadania, tendo como objetivo geral avaliar a adequação dos parâmetros técnicos da NBR9050-50 para a consolidação da acessibilidade no processo de inclusão de pessoas portadoras de nanismo. Os resultados do estudo podem contribuir para a redução destas barreiras, e propiciar uma nova abordagem do processo assistencial na busca da dignidade da pessoa humana, e na qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência física, com objetivo de avaliar as condições de acesso das mesmas, a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida. O projeto avalia objetivamente a adequação dos parâmetros técnicos da

Aparecida Silva Santos Carbone

GABRIEL DE LIMA DA SILVA,
CLEYSZERSON PINHEIRO,
RODEGHER, GIOVANNA M
SALVATO, Diego Costa Ro

NBR 9050-50 na inclusão de pessoas portadoras de nanismo.

Oral

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA SAÚDE MENTAL: um estudo com adolescentes da rede pública de ensino

O período da adolescência é marcado pela exploração do meio social, definição da identidade e formação de novos vínculos fora da família. Devido ao contexto da pandemia da Covid-19, instaurou-se o distanciamento social, com o propósito de conter o avanço da contaminação em massa. O longo período de isolamento retirou o adolescente do ambiente escolar tradicional, dos espaços de convivência e o levou a realizar as atividades em casa sem o devido contato com seus pares. Desta maneira, o contexto pandêmico tornou-se uma grande barreira para a realização natural de processos significativos da vida do adolescente, o que possivelmente provoca interferência na saúde mental destes. Nota-se num período crítico como este, a proliferação e intensificação de transtornos mentais, como ansiedade e depressão, além de reações diversas como tristeza, tédio, medo, irritabilidade e solidão. A presente pesquisa tem como objetivo observar a correlação entre as variáveis isolamento social e adoecimento mental dos adolescentes após a longa exposição ao contexto de calamidade pública. Também busca analisar e propor as habilidades socioemocionais, entendidas

ARIANE ALVES DOS SANTOS

CÁSSIO JARDIM NOGUEIRA
EMANUEL RAMON CASEMIRO

como um conjunto de comportamentos assertivos que se expressam de forma apropriada à situação, como um fator protetivo da saúde mental e uma ferramenta profícua para melhorar a vivência dos sentimentos e limitações ocasionados pela pandemia. O projeto enfoca o público de estudantes adolescentes, pois atravessam uma fase de desenvolvimento crucial que inclui transformações físicas, cognitivas e psicossociais, além do processo de subjetivação que depende de características individuais, socioculturais, de gênero, classe social, região geográfica, cultura, entre outros. Pretende-se mensurar as consequências a curto prazo dos efeitos da pandemia na vida psíquica dos adolescentes, na realidade brasileira, que retornaram às aulas após o avanço da imunização e aprimoramento dos recursos terapêuticos para contenção da disseminação do vírus e tratamento da doença. Portanto, a fim de investigar os efeitos na saúde mental que o contexto pandêmico desencadeou na vida de estudantes adolescentes da rede pública, será utilizado o teste GAD-7, para medir níveis de ansiedade e o DASS-21, para níveis de depressão, bem como o

questionário SENNA, para averiguar e correlacionar com as habilidades socioemocionais dos participantes, uma amostra de 300 adolescentes da rede pública de ensino entre 12 e 18 anos. Trata-se de um estudo transversal. As escalas e questionários serão aplicados de forma online. Ressalta-se, finalmente, que a presente pesquisa encontra-se em fase de coleta e análise de dados.

Oral

A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NO COMBATE À COVID-19: interfaces entre saúde e Direitos Humanos em tempos de crise

A presente pesquisa tem por objetivo analisar como os profissionais de enfermagem perceberam a vivência da prática profissional no contexto de combate ao COVID-19 e mapear como avaliam sua saúde e qualidade de vida frente a essa realidade. Parte-se da hipótese de que os profissionais de enfermagem que atuaram na linha de frente do combate à COVID-19 enfrentaram um contexto responsável por conferir riscos significativos à sua saúde e qualidade de vida, lidando diariamente com eventos estressores de diferentes naturezas e desafios impostos pela realidade do trabalho. Isto posto, será realizado um estudo descritivo de caráter quantitativo e, para a coleta de dados, será aplicado uma versão reduzida e validada do Instrumento para avaliação da Qualidade de vida no Trabalho de enfermeiros em hospitais (IQVTE) que possibilitará a análise estatística, através do software Excel. Serão convidados a participar do estudo de forma voluntária, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem que atuaram na linha de frente do combate à COVID-19 em uma Santa Casa situada no Vale do Paraíba, interior de São Paulo. Conforme apontam pesquisas recentes,

BEATRIZ REHM CAMPOS

CAIQUE FELIPE DE SOUZA
GABRIELLA HELENA AVER
SANTOS, MARIA CLARA S
NOGUEIRA DE SÁ

95% dos profissionais de saúde no Brasil foram afetados pelo quadro pandêmico e, diante dessa realidade, tiveram de enfrentar desafios pessoais e profissionais que trouxeram impactos para sua saúde e qualidade de vida. Sendo assim, esta pesquisa se faz relevante na medida em que visa descrever e interpretar as características e minúcias dos fenômenos investigados e estabelecer possíveis relações entre eles, encarando a qualidade de vida de forma integral, numa relação de interdependência com a garantia dos direitos à vida, saúde e segurança, estando em conformidade com os princípios da Agenda 2030 da ONU, que visa garantir e promover uma vida saudável e com bem-estar para todas as pessoas. Palavras-chave: COVID-19; Saúde Ocupacional; Direitos Humanos; Profissionais de Enfermagem.

Oral

O IMPACTO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA INFANTIL INTRAFAMILIAR NA SOCIEDADE.

Na gênese da sociedade a infância tinha conotações diversas, na idade média a infância era compreendida como um período de inexperiência e incapacidade, na qual a criança era considerada um ser indomável e selvagem. Com o passar dos anos o infante era visto como adulto miniatura, submetido a jornadas longas de trabalhos e responsabilidades. Neste diapasão, as manifestações de carinho e afeto entre os familiares era incogitável. Foi apenas do século XVIII que o conceito de infância começou a se tornar mais humanizado. Todavia, ainda que humanizada, a educação infantil carregava um caráter repressivo e por vezes violento, no qual os corretivos educacionais para a formação do caráter e moral para vivência na sociedade eram feitos por meio de violência física, comportamento que era passado de geração para geração, quase inalterado, não podendo o Estado, até pouco tempo intervir em nada para proteger as crianças de tal violência. Neste sentido, evoluções foram alcançadas, exemplo disto é a lei 13.010/2014, conhecida popularmente como a “Lei da Palmada” que alterou a Lei Federal 8.069/1990, concedendo a criança o direito de ser educada sem o uso de castigos físicos,

BEATRIZ SCHMILT FREIRE

WESLEY MÁRIO DOS SANTOS
AUGUSTO DINIZ DOS SANTOS
WILLER MACHADO DE ARAÚJO
RIBEIRO

tratamento cruel ou degradante, abrangendo penas de multa até a perda do poder familiar, coadunando com o Art.227 da Constituição Federal que assegura ser dever da família, do Estado e da sociedade promover, com prioridade absoluta, dentre vários outros direitos fundamentais como o direito à vida, a segurança das crianças para que ela não sofram nenhum tipo de violência. O combate feito pelo estado para reprimir os castigos físicos já resultou em uma mudança na mentalidade social no que tange a educação dos filhos, reduzindo os índices de aplicação de violência física nas crianças. Outrossim, muito embora a violência física seja mais facilmente percebida, um levantamento realizado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal no ano de 2021, aponta que a violência psicológica foi a violação de direito mais sofrida pelas crianças, fato este que demonstra um relevante impasse social, tendo em vista os graves problemas emocionais e sociais que este tipo de violência promove no indivíduo, o modelo educacional criado no âmbito familiar, ainda que violento, cria um padrão de relacionamento no infante, padrão este que será estendido aos

relacionamentos sociais que a criança terá no futuro, seja na escola, no trabalho, no namoro, no trato com os outros em sociedade, legitimando ainda a violência como principal meio para solução de conflitos. Importante se faz destacar que a primeira sociedade na qual a criança habita e aprende a ter relações interpessoais é no âmbito familiar, desta forma o modo pelo qual a criança é tratada, diz muito sobre o cidadão que ela se tornará no futuro, a escritora Lya Luft leciona que a infância é o chão pelo qual caminharemos o resto dos nossos dias.

Oral

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA EM TEMPO DE PANDEMIA: UM OLHAR TEOLÓGICO

A presente pesquisa, intitulada “A dignidade da Pessoa Humana em tempo de pandemia: um olhar teológico”, busca responder uma problemática atual: Como enfrentar o negacionismo existente em muitos países? Que contribuições pode oferecer a Teologia no contexto mundial da Pandemia do COVID-19? A pandemia evidenciou alguns conflitos existentes entre ricos e pobres, saúde e economia, salvaguarda da vida humana e manutenção da economia. Nesse contexto, o Brasil optou por uma economia simplista e desumana, sem averiguar suas razões e impactos. Ao contrário, empregou sua energia em dirimir os seus efeitos, sobretudo, quando estes alcançam a fortuna dos mais ricos, ferindo os pobres, cada vez mais empurrados para a margem da sociedade. Diante destes conflitos sociais cabe à Teologia evidenciar a importância da pessoa humana, independentemente de sua cor, religião, idade, partido político ou classe social. O humano tem um valor em si, como acentua o cardeal Carlo Maria Martini: “Daí se depreende o valor da vida humana física na concepção cristã: ‘Para um cristão o respeito da vida humana desde a primeira individuação

BRUNO RICHARD INACIO

LEANDRO FRANCISCO DA
MOACYR GOMES DE AR

não é um sentimento genérico, mas o encontro com uma responsabilidade precisa: a deste vivente humano concreto cuja dignidade não está confiada apenas a uma avaliação benevolente minha ou a um impulso humanitário, mas a um chamado divino” (MARTINI, 2000, p. 38). Mondim, em sua obra “Quem é Deus?” afirma: “O valor absoluto do indivíduo é dado da revelação cristã. Ela, de fato, não está voltada ao gênero humano de modo abstrato, não diz respeito ao universal, mas é dirigida a todos os homens tomados individualmente, enquanto cada um deles é filho de Deus” (MONDIN, 2003, p. 291). A presente pesquisa segue a metodologia da Igreja na América Latina: Ver, Julgar e Agir. Para tanto, está dividida em três partes: a) A concepção de pandemia a partir de um olhar histórico-crítico; b) Causas e efeitos na pandemia no Brasil; c) Evolução do conceito teológico de doença e saúde na Sagrada Escritura: um olhar teológico. Busca-se, na primeira parte, apresentar as diversas pandemias existentes no Brasil e no mundo ao longo da história recente. Trata-se de observar a realidade, mas sem nenhuma pretensão analítica ou hermenêutica; na

segunda, analisar as causas e os efeitos da pandemia no Brasil e, com isso, verificar as razões que levaram o Brasil atingir níveis tão altos de contaminação e morte pelo vírus e relacioná-los aos efeitos trágicos de uma pandemia que, sem dúvidas, permanecerá na memória histórica do país como uma sequência de erros a serem superados; na terceira, propor uma leitura teológica deste momento histórico e da ação curadora de Jesus e, por consequência, de seus seguidores, chamados a valorizar a pessoa humana desta sua concepção até seu declínio, natural.

Oral

O COTIDIANO E OS DESAFIOS DOS ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O COTIDIANO E OS DESAFIOS DOS ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Presentes na história do Brasil desde o século XVI, as Casas de Acolhimento de crianças e adolescentes estão na trajetória do atendimento social em diferentes matrizes, como providência imediata de atenção àqueles cuja urgência causada pelo risco iminente não pode esperar por horizontes de vida a serem construídos ou reconstruídos. As instituições de acolhimento são operadoras de uma política social, pois são serviços de proteção especial de alta complexidade, sendo assim devem garantir o amparo integral para famílias e indivíduos, que se encontram sem referência ou em situação de ameaça. O número de adolescentes nos Serviços de Acolhimento Institucionais são alarmantes, visto que eles não se enquadram no perfil para adoção. Eles possuem uma história de vida traumática, permeada por maus-tratos e negligências, que causam riscos para o desenvolvimento intelectual e emocional, e repercutem na vida adulta dessa criança ou adolescente. Ao atingir a maioridade e sair dos Serviços de Acolhimento, os adolescentes precisam

CAROLINA RIBEIRO DA SILVA

GABRIELA AMARAL KALANOS DOS SANTOS TEDEIA, ALICIA DO NASCIMENTO, Patrícia Incerpe

enfrentar uma nova etapa da vida cheia de responsabilidades, com pouco ou nenhum suporte de uma rede de apoio, organizações ou políticas públicas. O desligamento da instituição não deve ser visto apenas como um momento, mas como um processo ao longo da permanência no Serviço de Acolhimento, em que adolescente precisa se reinserir no mundo do trabalho e adquirir habilidades práticas, como gerenciar o dinheiro, cuidar dos afazeres domésticos, cozinhar, etc. Quando a maioria se aproxima, esses jovens já entendem o fim do período de proteção, e com isso surgem sentimentos negativos, como angústia e ansiedade, pois perderão o amparo das medidas protetivas, em virtude do desligamento. A maioria dos adolescentes não se sentem numa instituição acolhedora, pois não desenvolvem o sentimento de pertença, sendo assim, passam a enxergar o serviço apenas como um espaço onde devem permanecer de forma obrigatória, por não terem outra alternativa. Diante deste contexto, foi realizada uma revisão não sistemática de literatura na base de dados Scielo, com o objetivo de compreender o cotidiano e as dificuldades vividas pelos

adolescentes acolhidos nos Serviços de Acolhimento Institucionais brasileiros, incluindo o desligamento após a maioridade. Espera-se contribuir para a compreensão do cotidiano e dos desafios vividos pelos adolescentes em situação de acolhimento institucional, de modo a possibilitar a criação de políticas públicas que garantam a transição adequada para os jovens em situação de acolhimento que atingirão a maioridade.

Oral

Pornografia e População Infanto Juvenil -
A importância do desenvolvimento de
políticas públicas para a educação de
pais e jovens

A utilização de pornografia pela sociedade não é um tema atual. Ao contrário, é um comportamento bastante comum em diversos países. Contudo, ainda hoje é tratado por muitos como uma espécie de tabu, e atrelado à massiva utilização da internet, torna-se ainda mais recorrente. A partir destas constatações, o que se pretende evidenciar é que atualmente estamos vivenciando um escancarado acesso à pornografia, sobretudo da parte de jovens e crianças. Ao mesmo tempo em que a internet oferece uma fonte de recursos educacionais, que visam ao desenvolvimento da criança e do jovem, apresenta-se também como uma ferramenta obscura, que disponibiliza livremente o material pornográfico, contendo vídeos e imagens com cenas sexuais explícitas, sem qualquer tipo de regulamentação ou requisição. Numa perspectiva psicológica, autores afirmam que a infância e adolescência são períodos importantes na construção de identidade e na maturação das dimensões físicas, cognitivas e sociais. Portanto, são períodos de grande relevância na determinação de um desenvolvimento biopsicossocial saudável, tal fase, quando vivida de

CRISTIANE DUARTE DE FREITAS
TAMMENHAIN

LAERTE LUÍS ROSA ALVES,
GERALDO CURSINO NETO

modo disfuncional, pode acarretar implicações psicológicas graves durante toda a adolescência e conseqüentemente na vida adulta: sintomas de abstinência (quando impossibilitados do consumo de conteúdo pornográfico), desinteresse por atividades de lazer, uso de mais pornografia para se “livrar” de sentimentos negativos como culpa e ansiedade. Na hodiernidade surge ainda um modo específico de estar viciado em pornografia, o vício em pornografia online, que apresenta características diferentes de quando o acesso se dá por mídias físicas. O presente trabalho compreende então que uma vez que aja o entendimento das questões da pornografia, que envolvem a saúde mental e emocional dos jovens e suas conseqüências no seu desenvolvimento individual e social, convém pensar em soluções que previnam e diminuam o uso indiscriminado de material sexual explícito. Para tal objetivo, será proposto o desenvolvimento de políticas públicas, visando à educação e ao engajamento de toda uma sociedade, a fim de proteger a população infanto juvenil. Portanto, espera-se fomentar discussões sociais sobre a temática, com o intuito de

prover soluções de proteção à infância e à juventude, sob pena de ensejar consequências a uma sociedade cada vez mais desajustada, longe de adquirir o bem-estar de crianças e jovens, um objetivo prima face de nosso Estado Democrático de Direito, tutelado pela Constituição Federal Brasileira de 1988.

Oral

A construção do cuidado em Saúde
Mental alinhado aos Direitos Humanos

A saúde mental representa uma temática que carrega muitos estigmas, provenientes de mitos religiosos e crenças em bruxarias. As pessoas com diagnóstico mental, desde os tempos remotos, sofreram inúmeras violências: tiveram seus crânios abertos, por acreditarem conter um espírito maligno em seus corpos; foram submetidos a laxantes, eméticos, sanguessugas; tiraram-lhes tirar sangue de suas testas ou das veias sob a alegação de drenarem os males interiores, dentre outras práticas. Não obstante o advento da farmacologia, que visava a cura do paciente, o tratamento desumano e cruel manteve-se, através do uso do eletrochoque como forma de terapia. A criação de instituições psiquiátricas no século XIX teve um caráter mais prisional que terapêutico. Vale ressaltar que dentre os sujeitos que eram levados aos hospitais psiquiátricos, estavam os considerados anormais, os loucos ou improdutivos, assim como os leprosos, mendigos, prostitutas dentre outros. O avanço das ciências médicas, da psicologia e dos direitos humanos, proporcionou ao paciente com diagnóstico mental um tratamento mais humano, em especial, com a criação do

CRISTIANE REYNALDO MARCHI

SUS e passou-se a compreender a saúde para além da esfera biológica ao atribuir um olhar mais integrativo ao tratamento e aos indivíduos. A pesquisa teve como objetivo explorar o tema da luta antimanicomial, sua história, seus encontros e desencontros com as políticas públicas brasileiras e internacionais, principalmente quanto à proteção e à tutela dos direitos humanos. Justifica-se a temática uma vez que, a despeito dos avanços mencionados, este assunto encontra resistências e sofre ameaças e retrocessos diante do descaso público, da interrupção dos investimentos no setor, do incentivo à cultura hospitalocêntrica e da segregação dos doentes. Utilizou-se o método histórico-comparativo, por meio de investigações sobre o antes e o depois da promulgação da Lei Paulo Delgado; também, utilizou-se o método descritivo para apresentar e descrever as características, os fatos e o discurso sobre saúde mental que ainda paira na sociedade e as políticas públicas que envolvem a temática, que permitiram fornecer as conclusões do presente trabalho. A pesquisa bibliográfica e a documental foram utilizadas para fornecer os dados

necessários na elaboração dos argumentos. De todo o exposto, em que pese a promulgação Lei Paulo Delgado, que representou um marco importante na história da luta antimanicomial brasileira e da reforma psiquiátrica no Brasil, ainda existem instituições nas quais as práticas clínicas em relação ao adoecimento psíquico, revelam uma visão limitada ao modelo biologizante, acompanhado de violações dos direitos humanos. Os avanços dos serviços em saúde mental estão no trabalho coletivo, em rede e estão diretamente relacionados com as políticas públicas. A restauração das nossas conquistas, assim como a criação de modos singulares de olhar e tratar a saúde mental, podem, de fato, mudar o rumo de nossa história.

Oral

Austeridade, Aporofobia e Juventudes: um estudo sobre os impactos da austeridade sobre a saúde mental dos jovens pobres brasileiros

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, por meio do PIBIC, desenvolvido no período de agosto/2020 a agosto/2022. O termo aporofobia foi cunhado pela filósofa espanhola Adela Cortina, designando o comportamento de ódio e rechaço aos pobres, em razão de sua situação econômica. Com o desenvolvimento de pesquisas sobre a categoria apresentada, inclusive observando limites da teoria formulada pela autora, observou-se que a aporofobia pode ser percebida nas próprias estruturas sociais, inclusive na forma Estado, se denominando aporofobia estatal quando o Estado age, por ação ou omissão, de modo a prejudicar as populações mais pobres. A aporofobia estatal, pode ser percebida nas políticas de austeridade, aplicadas com maior ênfase no Brasil desde 2015, e constitucionalizada a partir da Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Importante ainda observar que o termo austeridade tem sua origem não na economia, mas se referindo ao comportamento austero em contraponto ao irresponsável, isto é, a austeridade é posta como sinônimo de um modo de agir e pensar maduro. Não basta, assim, compreender as políticas

DAVI DIAS RIBEIRO ARANTES

de austeridade como meramente econômicas, mas como um instrumento ideológico, argumentos estes desenvolvidos no decorrer da pesquisa e presente nos relatórios elaborados. No primeiro ano de trabalho do projeto foram levantados e analisados dados sobre os impactos das políticas de austeridade na vida das juventudes em três áreas: educação; saúde; e trabalho. Já no segundo ano de pesquisa observou-se a necessidade de dedicar maior atenção aos impactos da austeridade no que se refere à saúde mental dos jovens pobres brasileiros. Com a problemática definida, a pesquisa buscou responder como as políticas econômicas de austeridade impactam a qualidade de vida das juventudes brasileiras, em especial as mais pobres. E objetivou verificar e analisar como a aporofobia se concretiza por meio da austeridade. Foi possível concluir, após dois anos de pesquisa, além da insuficiente, e por vezes falaciosa, fundamentação científica / econômica da aplicação das políticas a retórica moralizante que orbita tais políticas. Afirma-se que as políticas de austeridade tratam de uma política de classe, uma vez que as populações mais pobres são

afetas negativamente em grande intensidade, ao tempo que parte da burguesia nacional se beneficia com cenários de desemprego e retirada do investimento público em áreas estratégicas. Os impactos econômicos como o aumento do desemprego e menor investimento em áreas como saúde e educação trazem impactos diretos na vida das juventudes mais pobres, que dependem exclusivamente de serviços públicos e gratuitos. Se percebe ainda, diante do cenário formado uma crescente falta de perspectiva de futuro das juventudes contribuindo, dentre outros sintomas (lato), com um estado depressivo.

Oral

Racismo Estrutural: mídia, legalidade e manutenção das desigualdades

O racismo acontece de forma recorrente no Brasil e em diversos outros países, cada qual com suas particularidades e histórias. Recentemente, o caso envolvendo os filhos dos atores Bruno Gagliasso e Giovanna Ewbank, profissionais conhecidos internacionalmente e com grande alcance em suas redes sociais, tomou grande repercussão nas mídias tradicionais e nas redes sociais. O fato fomentou discussões e evidenciando a presença do racismo, além de possibilidades e limites da luta contra tal ação, considera crime inclusive. Certamente, o caso mencionado não se trata de uma exceção, contudo, a partir deste se levantam as seguintes questões: existe, de fato, um combate efetivo as práticas de racismo? Quais as diferenças e as influências da prática deste ato quando há presença (ou ausência) de repercussões midiáticas, e por quê? Buscando responder tais problemáticas e objetivando a reflexão sobre as formas de racismo e a (in)eficiência dos dispositivos legais existentes, o presente trabalho se valeu dos aportes do direito, da filosofia e da sociologia, trabalhando de modo interdisciplinar e buscando o enriquecimento do debate. Ao se pensar

DAVI DIAS RIBEIRO ARANTES

BEATRIZ MARIA GARCIA D

o racismo no Brasil, deve-se levar em consideração os resquícios da escravidão, presentes até os dias de hoje, sua formação histórica e econômica e as divisões sociais perpetuadas desde a invasão portuguesa em terras indígenas. Atualmente o Brasil apresenta em seu ordenamento jurídico o “Estatuto da Igualdade Racial”, dispositivo que visa garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica, contudo tal discurso não se concretiza na prática. O jusfilósofo Silvio Almeida contribui com o tema ao apresentar sua tese sobre o racismo, que pode ser classificado em três âmbitos: o racismo individual, tomado desde a perspectiva liberal, que pede uma solução pela via penal/punitivista e/ou psiquiátrica, inclusive de uma lógica manicomial, ao entender que o problema do racismo está concentrado no indivíduo; o racismo institucional compreende uma dimensão maior do fenômeno, e sua solução, por essa perspectiva se daria por meio de políticas afirmativas como cotas em universidades ou coeficientes de

representatividade em espaços como o Congresso Nacional; por fim, e a mais científica compreensão, toma o racismo como um fenômeno histórico e específico de um tipo de sociabilidade, o capitalismo, pensando que a superação deste somente se faz possível por meio de uma ruptura com as formas que sustentam o capital (forma Estado, forma mercadoria, forma jurídica). Conclui-se assim que não se trata de mero acaso a ineficácia dos dispositivos legais contrários ao racismo, mas uma contradição na forma, e suas repercussões, maiores ou menores, muito se devem também quando as vítimas são tomadas como “descartáveis” pela sociedade e, conseqüentemente indignas de luto e atenção.

Oral

O POSSÍVEL AUMENTO DO TRABALHO INFANTIL E A RELAÇÃO COM EVASÃO ESCOLAR NO CENÁRIO PÓS-PANDEMIA

O trabalho infantil refere-se a toda e qualquer condição de emprego que priva a criança de sua infância, sendo um fator social que assola o Brasil e o mundo. É certo que este é um fenômeno que existe ao longo da história humana, mas suas características mais marcantes vieram junto com a Revolução Industrial, onde os infantes eram submetidos a condições análogas à escravidão, subordinados a longas horas de serviço e privados de educação. No Brasil, o enfrentamento da exploração infantil se deu em razão da redemocratização do país, onde foi reconhecido os direitos das crianças e dos adolescentes dentro do princípio de proteção integral, sendo proibido o trabalho para menores de 16 anos, exceto na condição de jovem aprendiz. Por obviedade, isto impulsionou o combate à exploração, obtendo entre os anos de 2016 a 2019 uma diminuição de 2,1 milhões para 1,8 milhões de trabalhadores infantis. Entretanto, este número que vinha atingindo quedas marcantes ao longo de décadas, apontou um possível aumento na pandemia da covid-19, uma vez que crianças e adolescentes foram afastados de suas escolas e ficaram à mercê das próprias escolhas e, conseqüentemente,

EMANUEL RIBEIRO PINTO DINIZ

trouxeram desafios para todos os setores sociais e de garantias, considerando que é na desigualdade e na exclusão escolar que se encontram a origem do trabalho infantil. Há que se destacar que às medidas de isolamento foram fundamentais para conter a propagação da covid-19, contudo é preciso refletir sobre os impactos que a pandemia trouxe para a vida dos jovens brasileiros, dado que no cenário de crise, estes foram os sujeitos mais vulneráveis. De acordo com levantamento da organização "Todos Pela Educação", 244 mil crianças e adolescentes entre 06 e 14 anos estavam fora da escola no segundo trimestre de 2021, número que representa um aumento de 171% em comparação a dados levantados no ano de 2019, o que evidencia falhas na fiscalização e em políticas públicas voltadas à educação. À vista disso, é importante evidenciar, que crianças afastadas de seus ambientes estudantis, se tornam vítimas de várias violações, sendo uma delas o ingresso precoce no mercado de trabalho e, que após passarem longos períodos distantes, a probabilidade de retorno à escola é minimizada. Destarte, para que este índice não aumente drasticamente, o

acesso à educação mostra-se de extrema relevância em um período pós-pandêmico, fazendo-se necessária a implementação de uma campanha de combate à evasão escolar e ao retorno estudantil, sendo essencial a busca daquelas crianças e adolescentes que não voltaram aos estudos juntamente com a reabertura das escolas.

Oral

Saúde e Qualidade de vida dos
Universitários

SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS
UNIVERSITÁRIOS EM TEMPOS DE
PANDEMIA Felipe Detoni da Fonseca
Felix¹ Orientadora: Prof°. Dra Roberta
Gaio Cortez Resumo O estudo teve como
objetivo analisar como os universitários
fizeram para tentar manter sua
qualidade de vida, por meio da
alimentação, exercício e outros, em
tempos de isolamento social, em razão
da crise sanitária que acometeu a
humanidade, fruto da Pandemia do
COVID-19, a partir de março de 2020.
Para tanto a pesquisa foi realizada com
os estudantes universitários do Centro
Universitário Salesiano de São Paulo, por
meio de formulário elaborado no Google
Forms. Participaram da investigação os
alunos e as alunas que concordaram com
os termos e condições da pesquisa e
assinaram o Termo de Consentimento
Livre e Esclarecido. No formulário as
primeiras perguntas eram sobre o sexo,
o curso, o semestre e o campus. Após
estas perguntas os participantes
responderam seis perguntas sobre a
saúde. O formulário foi disponibilizado
apenas para alunos/as universitários/as
da rede UNISAL, de qualquer curso.
Dentre os/as alunos/as que
responderam 44,1% correspondem ao

FELIPE DETONI DA FONSECA FELIX

ROBERTA CORTEZ GAIO

sexo masculino e 55,9% do sexo feminino, estando dentro da faixa etária dos 18 aos 58 anos. Os participantes são estudantes dos cursos de Administração, Análise de Desenvolvimento de Sistemas, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Pedagogia e Psicologia. Após uma análise detalhada dos dados, um dado que chamou bastante atenção, de maneira positiva foi que apenas 13 alunos/as não fizeram absolutamente nada durante a pandemia, não tentaram manter sua qualidade de vida, enquanto os outros 46, buscaram de alguma maneira fazer atividade e exercício físico. Os 43 participantes que realizaram alguma atividade e/ou exercício físico, não são apenas estudantes de Educação Física, o que demonstra que todos buscaram uma qualidade de vida, seja para começar a mudar os hábitos para tentar ter uma vida mais saudável ou para conseguir suportar a carga horária de trabalho, mais os estudos, todos de maneira remota. O estudo mostrou que os/as estudantes que participaram da pesquisa buscaram manter sua qualidade de vida, ao mesmo tempo em

que viviam algo inédito e que não foi nem pouco agradável, como o isolamento social, mas eles superaram os desafios e se mantiveram bem fisicamente, PALAVRAS-CHAVES: Saúde, Qualidade de Vida e Pandemia.

Oral

Responsabilidade civil do Estado e sua omissão em ataques ao Meio Ambiente

Já não é novidade para nós que a preservação do meio ambiente é um fator importante, se não decisivo para o desenvolvimento da sociedade e regulação da saúde global, este fato é tão importante que não somente é defendido por grupos ativistas como também por normas internacionais com o objetivo de controlar e amenizar os impactos humanos à natureza. Pela primeira vez o conselho de direitos humanos da ONU reconheceu que ter um ambiente limpo, saudável e sustentável é um direito humano, em Genebra com 43 votos a favor e 4 abstenções, a ação ambiciosa tem como objetivo mudanças em políticas sociais, econômicas e ambientais a fim de proteger as pessoas e a natureza. Além deste fator, deve-se considerar a lei nº 6.938 de 1981, especificamente em seu artigo 3º onde elenca de maneira básica demonstrada pela doutrina sobre o que seria o meio ambiente em âmbito legal nos introduzindo a problemática da questão, qual seja, a omissão do Estado em relação a ataques ao meio ambiente e sua reponsabilidade civil acerca da fiscalização e controle de áreas protegidas. No dia mundial do meio ambiente do ano de 2022, um dia para

FELIPE RIBEIRO

WESLEY MÁRIO DOS SANTOS
AUGUSTO DINIZ DOS SANTOS
SCHMILT FREIRE, WAGNER
MACHADO DE ARAÚJO

celebrar a inovação e discutir métodos mais efetivos para promover estratégias ativistas sobre o tema, fomos surpreendidos por sermos vistos aqui no Brasil que deveria ser referência, como o “pária do mundo quando o assunto é preservação do meio ambiente”, estamos submersos em uma das maiores crises ambientais do último século provocadas por empresários nacionais e estrangeiros, sendo mineradores, devastadores de florestas, grileiros, etc. Em pleno dia mundial de preservação ao meio ambiente o Brasil é visto como o maior protagonista quando o assunto é devastação e extermínio do meio ambiente. A responsabilidade civil do Estado em relação ao meio ambiente é observada a partir de normas constitucionais e tratados internacionais, porém, em comparação ao exemplo demonstrado nota-se que é um assunto que a política atual não leva em consideração, talvez há tempos já não fossem levadas, porém o estopim ocorre com esse saliente demonstração internacional. O projeto a ser visado tem como objetivo fomentar a atenção a criação e fiscalização de normas ligadas ao tema, um estudo específico e estratégico a fim de suprimir lacunas

legais e fiscais sem qualquer vínculo governamental para que tenha a autonomia de agir sem medo de coação. Concluso os estudos poderia se fazer normas mais efetivas e uma fiscalização aos empresários e políticos que pudessem obter lucro com atos ilegais que afetem ao meio ambiente, responsabilizar o Estado por negligências e cobrar a devida atitude em prol do meio ambiente e inconscientemente do ser humano. A devida atitude terá tanta valia dentro do país e o bem estar social como na comunidade internacional, tornando o Brasil novamente uma referência quando o assunto é cuidados e preservação ao meio ambiente.

Oral	Olhando para quem atua: oficina com os profissionais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Paulínia-SP	<p>Objetivo: O presente estudo relata o cotidiano e vivências de uma estagiária de Psicologia em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o público atendido são crianças e adolescentes do município de Paulínia-SP, com a idade a partir de 6 anos até 14 anos e 12 meses. O início do estudo ocorreu em agosto de 2021 e a finalização prevista é para dezembro de 2022. O estudo é vigente da escolha da Ênfase em Promoção Social, na qual apresenta três etapas, a primeira etapa aconteceu a realização do diagnóstico psicossocial e levantamento das necessidades do campo, na segunda etapa foi possível realizar o planejamento e iniciar as intervenções condizentes com a realidade e possibilidades do campo e a terceira etapa está sendo fruto da continuação das intervenções posteriormente realizadas. O grupo da intervenção é composto por quatro profissionais, todos com ensino superior completo, possuem entre 30 e 40 anos e entre eles estão: 1 psicóloga, 1 assistente social, 1 educadora social e 1 educador físico. Os principais objetivos das intervenções são de despertar a interlocução, diálogo e comunicação do grupo. Espera-se a</p>	GABRIELA VITORIA PAGANINI	Maisa Elena Ribeiro
------	--	--	---------------------------	---------------------

maior participação aos serviços de saúde e assistência do município e ações pensadas em prol da comunidade, funcionários e suas famílias; tornar o grupo de profissionais conscientes e críticos em situações conflituosas e desafiadoras da profissão; fortalecimento do grupo para que haja a percepção dos seus limites, dificuldades e potencialidades e estimular o grupo a participação social junto as políticas públicas. Problema: Por meio de observação participante e levantamento de dados da instituição, notou-se falas sobre os limites da atuação, dificuldades e potencialidades que enfrentem em suas ações diárias, especialmente sobre as injustiças e desigualdades, gerando no grupo por diversas vezes a sensação de impotência. Desenvolvimento do conteúdo: a utilização do referencial da psicologia social, comunitária, grupos, fortalecimento de grupo e políticas públicas, foram utilizadas com o objetivo de ampliar a compreensão teórica e prática dos fenômenos sociais que norteiam a atuação. Está sendo realizado oficinas voltadas para os profissionais que atuam no serviço com o foco de fortalecimento de vínculos. Relevância social: a relevância social da intervenção

é destinada principalmente aos profissionais e conseqüentemente abrange os usuários do serviço, instituição, serviços de saúde do município e a comunidade. Resultados esperados Nos encontros realizados até o presente momento, nota-se uma maior abertura dos profissionais para lidarem com os problemas institucionais, uma organização das atividades com as crianças e adolescentes junto as famílias e senso crítico frente as ações, despertando mudanças na forma de atuação e compreensão junto com outros profissionais da rede assistencial do município.

Pôster

AVALIAÇÃO DE INDICADORES PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PELA ANALÍTICA DE APRENDIZAGEM (LEARNING ANALYTICS) - Enfoque de mineração de dados

Esta pesquisa teve como objetivo investigar e propor a melhoria de indicadores pedagógicos da educação superior brasileira, pelas ferramentas e técnicas da analítica de aprendizagem (learning analytics) e dos sistemas adaptativos educacionais, no quadro conceitual da inteligência artificial, segundo o princípio de big data e das técnicas associadas de data mining. Os indicadores de resultado trabalhados foram de natureza quantitativa e qualitativa, obtidos junto ao setor de tecnologia de informação do UNISAL, como filial, campus, curso, habilitação, turno, modalidade, período letivo, turma, disciplina, sexo e nota, havendo, portanto, uma readequação em relação à proposta inicial. A metodologia de condução do trabalho empregou processos empíricos da analítica de dados (coleta, tratamento, processamento e análise de dados de IES, no caso o UNISAL) e as já citadas variáveis. A hipótese de trabalho de que a analítica de aprendizagem e os sistemas adaptativos educacionais podem ser ferramentas de transformação da educação superior, ao melhorar indicadores pedagógicos de importância para a IES que os utiliza, foi

GEOVANNA ROBERTA MOTA

Renato Kraide Soffner

verificada. Como resultados, tivemos a confirmação de que a analítica de aprendizagem pode ser de utilidade para alunos e professores do UNISAL, e para o sistema de educação superior como um todo.

Oral

A (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO À VIDA DIGNA E SAUDÁVEL

O presente artigo pretende demonstrar as principais causas da insegurança alimentar que atingem a População em Situação de Rua (PSR), faixa da população que é cotidianamente privada de direitos primordiais, incluindo o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) garantido no Brasil pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), que instituiu, em 2006, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Pobreza, exclusão social, desigualdade, invisibilidade, violência, preconceito. Marcas que rodeiam esta parcela da sociedade e que existem por diversos fatores, como conflitos e vínculos familiares interrompidos e principalmente, pelo aumento do desemprego e extrema pobreza, relacionadas com a fome e a insegurança alimentar. A situação de rua é um fenômeno urbano e manifesta as particularidades do território em que se insere. Embora haja uma política nacional que a conceitue legalmente, ainda são vistas diversas figurações ultrajantes e injuriosas baseadas no senso comum, sem o rigor científico necessário para uma compreensão e designação adequada de quem compõe

Giovana Maruco

Fábia de Oliveira Rodrigues

esse grupo populacional. Em boa parte dos governos são executadas práticas higienistas e repressivas onde há o recolhimento e/ou remoção desses indivíduos para locais afastados e inadequados, sem um trabalho necessário para sua recuperação. As condições de vida das PSR expressam, em grande medida, a realidade socio-urbana das capitais e indicam os gradientes de desigualdades históricas que afetam o alcance das políticas públicas no país, agravada pela falta de dados concretos e que contribui para a invisibilidade desse grupo social. A invisibilidade da PSR se demonstra pela escassez de informações sobre elas, uma vez que o censo é realizado em domicílio. Quase nada se sabe sobre as PSR no Brasil, sendo impossível comparar dados de insegurança alimentar de forma histórica e, assim, dificultando a inclusão adequada delas em políticas públicas de garantia de direitos, como o direito à alimentação adequada. A garantia da segurança alimentar não está limitada à capacidade individual de acessar alimentos. A alimentação se mostra como uma questão social, que demanda discussão atenta e urgente por parte do Estado e

da sociedade civil para a PSR, do mesmo modo que outras urgências desses indivíduos na atualidade. Paralelamente, um ambiente de instabilidade política e fragilidade de instâncias democráticas, refratárias à atuação da sociedade civil sintonizada com as carências sociais emergentes, contribuem para o desprezo aos direitos humanos. Tal esforço necessita de vontade política, visto que o mundo já produz alimentos suficientes em relação à demanda global. Para levantar informações sobre a fome da PSR no Brasil é necessário investimento público para a realização das pesquisas e, assim, incluir esta população, historicamente invisível, nos dados oficiais. O estudo se fundamenta pelo método lógico dedutivo e levantamento bibliográfico.

Oral

A prática do trabalho como possível forma de reintegração social do egresso prisional

A prática do trabalho como possível forma de reintegração social do egresso prisional O sistema prisional brasileiro obedece, via de regra, a lei de execuções penais no que diz respeito à satisfação dos anseios da coletividade com relação à pena, quais sejam a punição (para coibir outras pessoas) e a ressocialização (para evitar reincidências). Nesse diapasão, em teoria, as previsões legais a respeito da execução penal performam um processo ideal para a ressocialização, abordando desde uma classificação prévia do preso (envolvendo inclusive a realização de exames criminológicos com cada indivíduo) a fim de, posteriormente, agir de maneira incisiva e individualizada para com este, até um sistema de remição pelo trabalho, tudo para o melhor direcionamento e efetividade de sua ressocialização. Ocorre que, conforme pôde ser verificado ao longo dos estudos, que devido a superlotação do sistema, questões políticas e sociais, além de outros motivos, todo o quanto previsto para uma reintegração assertiva, cai por água abaixo e não se efetiva na prática. O trabalho desenvolvido ao longo de um ano de estudos bibliográficos, questionários com a população civil e

GIOVANA SUZIGAN DE OLIVEIRA

KLÉBER SOUSA GRAMA, J.
DE JESUS LUZ, MARIA FER
MARTINELI AGUIAR

entrevistas com profissionais relacionados ao sistema prisional, permeia aspectos históricos, psicológicos e técnicos a respeito da ressocialização do preso e do egresso, a fim de satisfazer uma premissa inicial, a qual seja, a respeito da efetividade do labor no processo de reintegração do egresso. Investigou-se além de tudo, os impactos que essas políticas podem causar na sociedade, vez que se pode verificar que a reincidência criminosa se torna um problema de saúde pública, bem como desperta na população, de modo geral, um sentimento de discriminação e menor aceitação dos egressos, incluindo de potenciais empregadores. O produto do presente trabalho poderá nortear outros estudos, além de subsidiar eventuais políticas de oferta de emprego, de educação e esclarecimento de empregadores a respeito de sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais acolhedora, uma vez que o maior fator para a ressocialização do egresso está, conforme pôde ser observado, na recepção que este terá no corpo social e nas oportunidades que ele terá. Assim, seguindo uma linha que visa entender minuciosamente os aspectos mais negligenciados na reintegração

(individualização, recepção social e oportunidades), desenvolveu-se o presente trabalho, buscando na doutrina, legislação, bibliografia e nas experiências dos que lidam diuturnamente com a árdua tarefa de devolver para a sociedade, indivíduos melhores do que quando foram privados de liberdade.

Oral

Análise da problemática do abuso sexual: consequências e intervenções físicas psicológicas e legais do estupro em jovens e adultos

De acordo com o artigo 213 do Código Penal, o Estupro é definido por “Constranger alguém mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Sendo assim, esse ato criminoso geralmente resulta em múltiplas sequelas aos abusados, podendo essas serem psicológicas, físicas ou ambas. A problemática do abuso sexual na sociedade contemporânea, é uma adversidade social gravíssima e que carece de maior visibilidade coletiva, uma vez que prejudica a qualidade de vida das vítimas em diversos âmbitos. A violência de cunho sexual está diretamente ligada com o feminicídio, a misoginia e o desrespeito para com as mulheres. Embora se negligencie em muitos estudos e análises a condição do corpo físico após o ato violento, é nítido embasar que, o corpo que sofre também guarda memórias que serão projetadas nas inúmeras vivências desse ser, causando até mesmo danos fisiológicos na estrutura cerebral. Vale destacar que a presença de lesões no corpo é um componente que certamente interfere no modo de vivenciar a experiência do indivíduo perante ao mundo. O corpo,

GIOVANNA GUERRA DE CASTILHO

MARIANA DE SOUZA FERREIRA
PELEGRINI BASSANELLI, C
APARECIDA SANTOS DA S

portanto, é o agente central dessa temática. Acredita-se também que um fator responsável pelas atitudes violentas são os transtornos psicológicos, pois, em muitos casos, temos o transtorno de conduta como parâmetro em comum com diversos abusadores, além de casos de distúrbio de estresse pós-traumático por sofrerem abuso na infância. Numerosas psicopatologias e seus sintomas podem ser suscitadas a partir do processo traumático de violência sexual, dentre suas consequências se encontram transtornos alimentares, ideação suicida, depressão, dificuldade na constituição de relacionamentos interpessoais e adversidades em sua sexualidade. A psicopatologia que aparece abundantemente como reflexo desta determinada vivência traumática é o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Nesse contexto, também objetiva-se examinar os fenômenos emocionais e físicos causados nas vítimas e o perfil psicológico do abusador. Portanto, pretende-se oferecer através da criação do Programa de Recuperação Pós-Traumática de Vítimas de Estupro (PRPTVE) formas de denúncia e cuidados de modos mais

confortáveis para as vítimas, como apoio psicológico para o abusado e sua família, além de tratamentos terapêuticos e treinamentos de autodefesa para garantir maior segurança. Por último, objetiva-se atenuar a quantidade de vítimas que se omitem perante tal crime e fazer com que essas possam exercer o que lhes cabe por direito, seja no campo da saúde ou no jurídico. Não obstante, o trabalho em questão também aborda a evolução da classificação do crime de estupro perante a legislação brasileira, finalizando com um exame a respeito da Lei 14.321, cujo intuito é caracterizar o crime de violência institucional, realizada por agentes públicos contra a vítima, questionando-se seus impactos frente ao crime de estupro.

Pôster

A LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
APLICADA NO PRISMA DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS E GARANTIAS PARA A
INTERPRETAÇÃO DO PROCESSO PENAL

A LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
APLICADA NO PRISMA DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS E GARANTIAS PARA A
INTERPRETAÇÃO DO PROCESSO PENAL

Posteriormente a segunda guerra mundial, um sistema internacional desenvolvido com objetivo de proteger os direitos humanos apresentando ao mundo abalado uma resposta de caráter emergencial, pois o período entre guerras regida de totalitários representado pela proposta de dominação da sociedade de modo a prevalecer somente os deveres e jamais os direitos em face do Estado. Sob o prisma do pensamento do filósofo Immanuel Kant, uma atribuição a enunciação do princípio da dignidade humana, reconhecido que ao homem não se atribui valor/preço, mas devendo considerar como um fim a si mesmo. Deste modo, decorrente ao expansionismo territorial marcada pelo horror de uma guerra marcada de conflitos com proporções globais. O Sistema Internacional de Direitos Humanos fora construído em caráter emergencial para que viesse a ser atribuída a responsabilidade de toda atrocidade, diante do cenário a perspectiva de Hannah Arendt, quanto

GRAZIELA DE CASTRO ALVES

PAULO SÉRGIO DE ASSIS J
RANDER DE TOLEDO MON

os Direitos Humanos apresentados não como dados, mas um constante processo de construção e reconstrução. O ser humano como único revestido de dignidade, pois a sua totalidade é inseparável para autonomia de uma razão prática sendo a condição humana é o suficiente para dignidade, na qual torna-se independente o reconhecimento social. Em tratando da preservação das garantias fundamentais no Estado Democrático de Direito, o processo penal é revelado com interesse no que tange a lei diante do conflito entre as partes em que consiste a prestação jurisdicional. No Brasil, o direito penal é apontado como sendo inquisitorial devido o juiz tomar conhecimento prévio de modo que permite a continuação por provas, enquanto o negocial e flexível permite acordos realizados fora do devido processo penal, assim não fazendo a observância das garantias expressas na Constituição Federal de 1988 dotada de supremacia da forma que torna indisfarçável o estado de atos inconstitucionais diante da omissão dos órgãos públicos na tentativa de implementar medidas que tornem eficazes para ordem estrutural com

objetivo de neutralizar a situação patológica gerada na efetivação das leis constitucionais. Dessa forma, o intuito do presente trabalho é elucidar a importância de uma principiologia constitucional como fundamento indispensável para se produzir e/ou se interpretar normas processuais penais que afetam direitos e garantias individuais. Para tal, trate-se de uma pesquisa jurídica bibliográfica no campo do Direito.

Oral

CONSTRUÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES NO ESPORTE: ginástica artística e discussão de gênero

CONSTRUÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES NO ESPORTE: ginástica artística e discussão de gênero Henrique Nunes da Silva Dra. Roberta Gaio Dra. Cristiane Camargo Após nossas experiências na área esportiva trabalhando com esportes gímnicos e percebendo o conservadorismo e o preconceito presente dentro da Educação Física, seja no ambiente escolar ou meio esportivo, resolvemos trazer à baila o entendimento dos profissionais da área sobre as palavras: gênero, sexo e sexualidade e fomentar uma discussão sobre essa diferença entre os sexos que ainda é extremamente marcante na Ginástica Artística. Às mulheres, a graça, a leveza, os passos rítmicos, a expressão artística, a dança e a musicalidade e aos homens, sob uma forte influência do Método Alemão, de formação militar, a força, a velocidade, a impulsão e os movimentos quadrados. Esses, desde sempre, são elementos obrigatórios nos treinos, nas vivências e nas séries compostas para as competições de cada um dos sexos. Com a evolução do esporte, alguns equipamentos sofreram mudanças e se equipararam entre os sexos: a Mesa de Salto é o caso mais marcante, no qual a diferença se

Henrique Nunes da Silva

ROBERTA CORTEZ GAIO, C
Teixeira Amaral Camargo

manteve na altura e não mais no posicionamento do aparelho. Com uma base teórica formatada através de um levantamento bibliográfico sistêmico em periódicos, dissertações, teses e livros em um período de cinco anos, encontramos noventa e dois artigos científicos e seis livros e, além de realizarmos uma pesquisa de campo através de entrevistas com um questionário para respostas abertas e de forma qualitativa e descritiva de opinião com vinte e um treinadoras/es de Ginástica Artística de Campinas e região, mapeamos a interpretação e a cosmovisão sobre o espaço de cada sexo dentro da Ginastica Artística. Como resultado, encontramos uma tímida produção sobre o tema, já que, nesse período, essa discussão ainda não era o foco da sociedade em geral e na área da Educação Física, o que fica claro nas respostas apresentadas. Com uma nova visão de mundo sobre gênero, sexo e sexualidade, e a inclusão de todas/es/os nos ambientes escolares e esportivos de nossa sociedade cada vez mais em voga, os nossos debates atuais precisam abordar os novos papéis dos sexos dentro das aulas de Educação Física, o que deverá mudar muitas regras e

formas de atuação de profissionais da área para atender à demanda da sociedade e aos sujeitos que assumem sua diversidade como vemos hoje. Afinal, a Educação Física, em um dos seus pilares humanistas, busca a inclusão de todos os sujeitos sem nenhuma distinção de sexo, gênero, capacidade, faixa etária e poder socioeconômico. É necessário ampliar os debates para formar as/os novas/os profissionais e atualizar as/os formadas/os com as novas demandas sociais vigentes e acabarmos com o obscurantismo atual sobre esses temas, seja na Educação Física escolar ou na formação esportiva.

Oral

Olhar Intrínseco: O resgate dos valores humanos nos profissionais de limpeza

É indispensável afirmar que a higiene e salubridade são essenciais no dia a dia do indivíduo. Partindo disso, se vê a necessidade de alguém responsável pela limpeza de instituições e departamentos, que exerça as atividades com o intuito de preparar o local para estudos, procedimentos, trabalhos e afins. Percebe-se a importância de valorizar o cargo de auxiliar de limpeza e ao mesmo tempo, se faz necessário que os mesmos entendam a relevância social que possuem. Como comprovação do dito acima, aponta-se que a Organização Mundial da Saúde (OMS), durante a pandemia, realizou campanhas orientando a população com medidas de prevenção ao vírus COVID-19, e os auxiliares de limpeza foram fundamentais para esse combate, visto que atuaram como linha de frente no enfrentamento da doença. A demanda de trabalho desses profissionais aumentou drasticamente, fazendo com que eles ganhassem mais visibilidade nas mídias sociais, mas ainda assim, é válido citar a importância dessa profissão que é desvalorizada e pouco reconhecida. Para tanto, a pesquisa que surgiu da disciplina de Projeto Integrador, possui caráter qualitativo e observacional com o intuito

ISABELA VITÓRIA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

ISABELA MARIANO DO CA
FERREIRA DOS SANTOS LI

de observação e aplicação de uma oficina de reflexão com os auxiliares de limpeza do UNISAL – Campus São Joaquim. Após aplicação do projeto integrador, percebeu-se como a desvalorização e discriminação são assuntos presentes no cotidiano dos colaboradores auxiliares de limpeza. Ademais, este trabalho teve como objetivo promover empoderamento e reconhecimento aos profissionais de limpeza pelo trabalho feito, a fim de entender seu impacto na saúde mental dos mesmos. Além de compreender a saúde mental dos trabalhadores decorrente a discriminação, analisar o contexto de vulnerabilidade e exclusão que os profissionais de limpeza se encontram e relatar as vivências dentro do âmbito organizacional e suas questões éticas. Sabe-se que todos os indivíduos possuem desejos e necessidades, além disso, se sentem valorizados e reconhecidos de formas diferentes. As necessidades humanas se inserem no contexto das teorias motivacionais (Gouveia, 2013; Maslow, 1943), assim, se faz necessário se atentar à necessidade de cada indivíduo. Foi possível notar através das falas dos colaboradores que existem

sentimentos negativos, como: baixa motivação, baixa valorização e reconhecimento, insegurança, timidez, e ainda houveram relatos de funcionários que desenvolveram síndrome do pânico. Percebeu-se há necessidade de oferecer mais espaços de fala para que este público consiga externalizar o que passam e se sentirem pertencentes e acolhidos pela sociedade. O presente estudo possui como linha de pesquisa a saúde e qualidade de vida, uma vez que buscou compreender através de reflexões, a saúde mental dos profissionais de limpeza decorrente a discriminação e invisibilidade social. E a partir disso, promover reconhecimento ao público-alvo pelo trabalho exercido.

Pôster

Resistência e organização política da população negra em Campinas na luta por liberdade e cidadania após a Independência

O trabalho apresentado é o resultado da escrita do capítulo do Livro “200 anos da Independência, democracia e política no Brasil”, construído através de discussões e pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Estudos das Relações Étnico Raciais do Centro Universitário UNISAL – Unidade Campinas. O trabalho teve como objetivo apresentar fatos históricos que contextualizam a “Resistência e organização política da população negra em Campinas na luta por liberdade e cidadania após a Independência”. É de conhecimento amplo que desde a invasão dos portugueses ao que hoje é chamado de Brasil, o povo negro oriundo de diferentes países africanos foram capturados e trazidos violentamente para serem escravizados neste território. É necessário ressaltar que a Abolição da Escravidão só veio ocorrer quase 66 anos depois da Independência, ou seja, a independência não foi para toda a população, e mesmo após a abolição não foi dado condições reais para melhores condições de vida para a população negra. Para a concretização desta atividade foram utilizados acontecimentos vivenciados por personalidades negras desde o período colonial. Os relatos narrados são

JANAINA CINTIA ALEXANDRE DA SILVA

Maisa Elena Ribeiro, ADR
DA SILVA, RAFAEL FELIPE
SILVA, Rogério Donizetti E

permeados por escravização, violência, perseguição, assassinatos e exploração, contudo esse povo não se calou ou se afugentou, foi possível vislumbrar a luta da população negra através de insurreição, dos serviços de curandeiro prestados no cuidado à saúde da população, a mobilização pelo direito de reconhecimento da classe trabalhadora, além de perceber a importância do senso de identidade, pertencimento, representatividade e reconhecimento de uma população que há muito vem sendo negligenciada e excluída da sociedade. Para melhor compreender as informações encontradas foram utilizados conceitos sobre materialismo histórico-dialético, Psicologia Social Crítica, identidade, ideologia, alienação, fortalecimento. As políticas públicas e ações afirmativas criadas por meio da mobilização da sociedade civil negra tem como função erradicar a desigualdade racial, beneficiando toda a sociedade, além de requerer reparação histórica e justiça social. Os resultados demonstram os traumatismos políticos existentes atualmente no país, que tiveram e tem como influência o capitalismo, que separa, explora e marginaliza a população negra, associando-os a uma

inadequação social que legitima e responsabiliza o sujeito por sua exclusão e inviabiliza sua ascensão social, processo este denominado de meritocracia. As histórias confirmam a importância dos processos de solidariedade, organização política e coletiva da população negra que favoreceram o fortalecimento e resistência diante das violências, injustiças e desigualdades enfrentadas, essenciais para o enfrentamento e combate ao racismo. Podemos concluir que é inconcebível realizar qualquer tipo de análise do sujeito ou da sociedade, sem considerar os aspectos, históricos, políticos e sociais.

Oral

Influência escolar e Direitos Humanos: a garantia de um ambiente de proteção pós pandemia

Resumo A pesquisa cujo o título “Influência Escolar E Direitos Humanos: A Garantia De Um Ambiente De Proteção Pós Pandemia”, tem por objetivo geral verificar se o espaço escolar tem garantido o “pleno desenvolvimento da personalidade humana” como prevê o Artigo 26º, inciso II da Declaração Mundial dos Direitos Humanos. Investigando de que forma os adolescentes vem se adaptando ao retorno das atividades presenciais, considerando a subjetividade e personalidade de cada estudante, além de analisar se as instituições (família, governo, escola, etc) têm proporcionado aos adolescentes os direitos à saúde, educação, cultura e lazer , como elencados no Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e avaliar a percepção dos adolescentes sob a saúde mental subjetiva, alinhado ao atual contexto histórico e social. O problema que direciona a presente pesquisa questiona como a escola vai continuar garantindo um espaço de proteção para os alunos ingressantes pós pandemia? Para o desenvolvimento e fundamento do tema aqui exposto, foram designadas temáticas e conteúdos bibliográficos circundantes à influência

JÉSSICA BORGES MARCELINO DA SILVA

MARCOS PAULO DA SILVA
MARIA LÚCIA DE AQUINO
WILLIAMS DE FREITAS ELI
Walcyline Castilho de Ara

escolar na vida do indivíduo: instituição social, impactos pandêmicos e saúde mental, escola como promoção de Direitos Humanos. O projeto de iniciação científica, será realizado em uma escola da Rede Estadual de um município do Vale do Paraíba/SP. O trabalho trata-se de uma pesquisa de levantamento de campo (survey) de cunho descritivo, visando levantar dados de caráter quantitativo possibilitando margem para o desenvolvimento de gráficos e análises aprofundadas. Outrora, o projeto também se configura como uma pesquisa descritiva, em virtude de descrever as características do fenômeno ou população. Para a coleta de dados será utilizado um questionário alinhado aos objetivos e temas da pesquisa apresentada, confeccionado e desenvolvido pelo grupo. Desse modo, os dados coletados serão analisados a partir da Análise de Discurso, fundamentada pela teoria de Laurence Bardin. Em síntese, os resultados esperados direcionam que ao proporcionar aos adolescentes um espaço de proteção após o período de isolamento social, promovendo um contexto escolar flexível e ajustável, estes poderão elaborar e ressignificar vivências comuns

procedentes deste período de modo a estimular o conhecimento e a promoção dos Direitos Humanos. Palavras-chave: Direitos Humanos; Adolescentes; Escola; Pandemia.

Pôster

UTILIZAÇÃO DE POLIESTIRENO EXPANDIDO (EPS) NA CONSTRUÇÃO CIVIL: Alvenaria de painéis com placas de isopor.

Recentemente tem-se verificado o crescente desenvolvimento da tecnologia em todos os setores, e isso acontece também no setor da construção civil. O setor da construção civil ainda caminha a passos lentos, no que se refere a modernização, mas já existem grandes pesquisas sobre o tema. A maioria dos processos utilizados na construção civil ainda envolvem pouca tecnologia e recursos mais manuais, gerando menos produtividade e grandes desperdícios. Para a evolução no setor da construção civil, a busca por melhoria com relação a diminuição dos custos da obra e um aumento na produtividade é de grande importância (BRUMATTI, 2008). O presente estudo visa tratar da utilização de Poliestireno Expandido (EPS) na construção civil como alvenaria de painéis com placas de isopor. Nesse sentido, alguns estudos de caso, para comparar os diversos sistemas de construção desde os mais convencionais até os mais modernos devem ser analisados.

JOÃO HENRIQUE DE ARAÚJO COSTA

BRUNA SANTOS MOTA, A
SANTOS AMORIM

Oral

Sistema de Reconhecimento de Imagem Aplicado em Segurança do Trabalho

O acidente de trabalho é um fato que pode ocorrer em qualquer empresa independentemente de seu grau de risco ou de sua organização e estrutura em relação à segurança. Em meados do século XVII, no período da revolução industrial, o trabalho realizado em condições insalubres era muito comum. Os operários eram submetidos a grandes cargas de trabalho. Embora nos dias de hoje o número de acidentes de trabalho tenha reduzido drasticamente, as ocorrências ainda são diversas, sendo assim, é necessário estar atento a qualquer momento. Para isso, um sistema de monitoramento contínuo é importante de modo a garantir a máxima proteção dos colaboradores. Os objetivos propostos nesta iniciativa tecnológica são de um sistema inteligente voltado para a segurança do trabalho, utilizando conceitos de reconhecimento de imagem e tecnologias aplicáveis, para que a imagem/vídeo seja interpretada pelo computador e pelo algoritmo, a plataforma que será utilizada para análise em tempo real, uma biblioteca de rede neural open source. O projeto consiste em um sistema formado pela câmera, que captura as informações de

JOÃO VITOR PADOVANI CARRETEIRO

RAFAEL BERTELINI LUIZ D
JULIO CESAR SIQUEIRA, L
FERRO

vídeo do ambiente, como espaços de acesso, zonas perigosas, número de colaboradores no local, EPIs utilizados e ações que podem resultar em acidentes. A câmera é conectada a um computador, que recebe as informações adquiridas e as processa através de um software desenvolvido propriamente para o projeto em questão. O software combina as informações adquiridas pela câmera com dados previamente analisados através de aprendizado de máquina e com as restrições informadas pelo gestor daquele ambiente, para compor uma árvore de decisão que pode tomar ações como disparar alarmes, informar responsáveis ou até mesmo paralisar as operações em determinado ambiente para prevenir acidentes de trabalho graves. As bibliotecas utilizadas serão todas open source, para que o sistema seja de fácil acesso, além de contar com uma grande quantidade de profissionais trabalhando em aperfeiçoar o código fonte sempre que for detectado algum problema, construindo, desta forma, uma via de mão dupla entre fornecer a ideia base e receber os aperfeiçoamentos. O sistema contribui tanto de forma preventiva como de forma ativa para a segurança dos

colaboradores, sendo esta segurança a sua prioridade máxima. É esperado que a operação deste sistema reduza drasticamente os acidentes de trabalho nos ambientes onde for instalado, já que o funcionamento ocorre em tempo real, e pode operar ininterruptamente. A durabilidade estimada da solução é alta, uma vez que a degradação depende, em suma, da câmera, que pode ser facilmente substituída por outros modelos, já que o reconhecimento é baseado nas imagens obtidas, não nos protocolos da câmera em particular.

Oral

VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA E LIBERDADE INDIVIDUAL: UMA ANÁLISE DA RESISTÊNCIA À ADESÃO VACINAL CONTRA A COVID-19 NO MUNICÍPIO DE LORENA/SP

A discussão a respeito da obrigatoriedade da adesão à vacinação contraposta à liberdade e à autonomia individual de escolha ganhou destaque, no contexto atual de pandemia de COVID-19, entre outros motivos, por conta do julgamento das ADI (ações diretas de inconstitucionalidade) 6.586 e 6.587 e do RE (Recurso Extraordinário) 1.267.879 pelo Supremo Tribunal Federal. Apesar de estimativas recentes apontarem que a quase totalidade da população brasileira pretende ou já se vacinou pelo menos com uma das duas doses ofertadas, ainda há uma parcela de pessoas que resiste à adesão vacinal, o que pode comprometer seriamente o alcance da erradicação da doença e das mortes por ela ocasionadas. A identificação das causas para que esta parcela escolha não se vacinar revela-se necessária neste singular momento de esforço conjunto para superação da crise sanitária. Tem-se como hipótese que a investigação dos argumentos e fatores responsáveis pela resistência à adesão vacinal no Município de Lorena/SP, bem como sua a posterior análise e compreensão podem colaborar para a elaboração de estratégias, por parte do Poder Público, que visem aumentar ao

JÔNATAS FERRAZ FORNITANI VITAL

MARIA RITA CERQUEIRA
KAROLINE CARVALHO
MARIA AMÉLIA GONÇALVES
DOS SANTOS FLEMING

máximo a cobertura vacinal no contexto de combate e erradicação da pandemia de COVID-19. Apesar de todo esforço por parte do Poder Público, por meio da edição de lei que viabilize a vacinação e de posterior confirmação de sua constitucionalidade, inclusive assegurando que a obrigatoriedade tenha como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes e que seja acompanhada de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, ainda resta uma parcela da população que se recusa a vacinar-se, sob as mais diversas alegações. Investigar e analisar os argumentos e fatores que levam estas pessoas a isso revela-se fundamental para a elaboração de estratégias das mais variadas naturezas que visem exponencializar a cobertura vacinal. A pesquisa a respeito da vacinação no município de Lorena demonstra sua relevância social ao identificar os fatores que levam as pessoas a não aderirem à vacinação, será fundamental para discutir a aplicação da vacinação obrigatória e possibilitar o aumento da média de imunização no estado de São Paulo, tornando efetiva a campanha para erradicar o COVID-19. A Secretaria da

Saúde de São Paulo, principalmente, poderá ter acesso a informações que possibilitem novas estratégias que assegurem o direito coletivo à saúde através da vacina. A união entre a coleta de dados, dispositivos legais e constitucionais referentes à saúde pública e a ação já realizada pelo município de Lorena para combater a doença e imunizar a população são essenciais para a concretização do art. 196 da Constituição Federal, que prevê a redução do risco de doença e acesso universal e igualitário a ações e serviços que garantam sua saúde, inclusive, através da vacinação compulsória.

Oral

ARTE E SAÚDE MENTAL: oficinas de expressões artísticas como promotoras do bem-estar em momentos de sofrimento psíquico.

A presente pesquisa, apresentada ao Programa BEXT-Sal e desenvolvida ao longo do ano de 2022, parte da problemática: oficinas de Expressões Artísticas podem contribuir com a saúde mental e o bem-estar em momentos de sofrimento psíquico? E apresenta como objetivos: realizar oficinas de expressões artísticas e desenvolver recursos de intervenção que contribuam com a promoção de saúde mental em momentos de sofrimento psíquico; explorar e aprofundar o estudo das temáticas referentes à Arte e Saúde Mental; e estimular e potencializar a vivência dos sujeitos participantes com a Arte em momentos de sofrimento. Trata-se de uma pesquisa-ação, exploratória quanto aos objetivos e de abordagem qualitativa, que tem como instrumento de intervenção e coleta de dados a aplicação de oficinas que possibilitem a vivência de variadas formas de expressões artísticas e grupos focais para finalizar o processo. A partir disso, espera-se identificar a percepção dos/as participantes a respeito dos benefícios das atividades artísticas, assim como evidenciar a importância da arte na produção de saúde mental. Elucida-se a relevância da investigação uma vez que

JÚLIA BARBEITO MARPICA

NATHÁLIA GARCIA PANAC
GONZALES, RAFAEL ALVES
DA SILVA, AMANDA MAR
MÁXIMO

esta pesquisa é um desdobramento de outra, realizada ao longo do ano de 2021, que comprovou, através de entrevistas semi-dirigidas, que a Arte contribuiu significativamente com o bem-estar e a saúde mental dos/as participantes durante o período de quarentena e isolamento social, uma vez que a pandemia do COVID-19 surgiu como evento desencadeador do sofrimento humano e trouxe uma variedade de prejuízos emocionais, psicossociais e comportamentais. Parte-se da hipótese de que o contato com as expressões artísticas através de oficinas pode mobilizar e criar recursos que auxiliem na elaboração e representação de conflitos, anseios e angústias, de forma que as/os participantes possam se sentir acolhidas/os e auxiliadas/os nesse processo. Dessa forma, diante de um espaço de expressão construído em conjunto, o/a participante, usando sua criatividade, pode descobrir formas de enfrentamento dos desafios cotidianos, encontrar novos sentidos para as suas vivências, além de potencializar seu bem-estar emocional. Por fim, a partir do material produzido nas oficinas, contribui-se com o desenvolvimento de ferramentas para as instituições de

saúde, principalmente no que diz respeito à criação de propostas interventivas que promovam o enfrentamento das consequências sociais, psíquicas e emocionais trazidas pelo período pandêmico.

Oral

A PANDEMIA DO COVID-19 E O DISTANCIAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO COMO FATOR DE RISCO PARA O AUMENTO DOS ÍNDICES DE ABUSO SEXUAL INFANTIL

A crise sanitária do covid-19 trouxe consigo um impacto imensurável na vida dos brasileiros e de todo o mundo. A fim de conter a transmissão do vírus em maior escala, diversas medidas públicas precisaram ser tomadas, como o incentivo às práticas de higienização, uso de máscaras e o isolamento social. Dessa forma, o funcionamento de muitos serviços de atendimento, comércios e indústrias foi interrompido ou teve seu horário de atendimento reduzido, juntamente com diversas instituições socioassistenciais que cessaram o atendimento ao público. Com a necessidade de adequação dos serviços de proteção à criança ao contexto pandêmico, este público tornou-se mais vulnerável, dado que os casos de abuso acontecem majoritariamente no ambiente intrafamiliar, o que pode ter contribuído para a diminuição das notificações. Com o acesso limitado da Rede de Proteção às crianças o acompanhamento foi impactado, o que dificultou a averiguação - através de indicadores físicos e comportamentais - e a fiscalização dos casos pelos profissionais. A seguinte pesquisa visa, portanto, investigar de maneira qualitativa o impacto da pandemia do

JULIA DE MIRA BORTOLOTTI

REBECA GOMES DE OLIVEIRA
Cristiane de Sousa

covid-19 nas notificações e no acompanhamento dos casos de abuso sexual infantil na Rede de Proteção, a partir da compreensão de que o distanciamento adotado somado ao maior tempo do público em questão nas casas, tornam-se fatores de vulnerabilidade e, portanto, de importante relevância social. Para isso, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com um profissional dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de 3 áreas de planejamento assistencial da cidade de Americana, e um conselheiro do Conselho Tutelar (CT), para compreender a dinâmica do recebimento e acompanhamento dos casos de abuso, além da análise conjunta dos índices de notificações fornecidos pela Vigilância Epidemiológica de Americana. A escolha das áreas de planejamento foi baseada nos índices elevados de atendimentos realizados pelo CT, que coincidem com as que possuem maior número de registro no Cadastro Único. Os dados obtidos através das entrevistas com os profissionais da rede socioassistencial e dos dados epidemiológicos, serão analisados a partir da metodologia de

análise de conteúdo e como hipótese espera-se que os resultados apontem que as notificações diminuíram na pandemia do covid-19 por conta da medida preventiva de paralisação, e que os serviços da rede de proteção à criança sofreram mudanças com os encaminhamentos e notificações de abuso sexual advindas do isolamento social.

Oral

PROTEÇÃO DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS E SOCIAIS AOS
REFUGIADOS VENEZUELANOS NO
BRASIL.

1. Resumo Segundo dados do governo federal, estima-se que cerca de 325 mil refugiados e emigrantes venezuelanos vivem no Brasil. Tais refugiados e emigrantes, em sua maioria, entram no país pelos estados de Roraima e Manaus, assim, desde 2018, dentro da operação “Acolhida”, iniciou-se uma estratégia de interiorização, buscando ajudar no desenvolvimento dessas famílias e cidadãos venezuelanos, o governo federal envia parte desses estrangeiros para cerca de 675 municípios brasileiros. De acordo com a ACNUR (Agência da ONU para refugiados) essa estratégia se mostra certa, já que dados coletados com 360 famílias interiorizadas, indicam que 77% delas encontraram emprego rapidamente após sua chegada no novo municípios, a maioria já possuía dinheiro para pagar aluguel e alimentação e todas as famílias já possuíam, ao menos, uma criança na escola. Comparativamente, na medição antes da interiorização, a taxa de empregabilidade era de 7% e somente 65% das famílias tinham, ao menos, uma criança matriculada na escola. (ACNUR, 2020; e ACNUR Brasil, 2021). Apesar do sucesso da estratégia, faz-se necessário um auxílio para situações de vulnerabilidade extrema,

KENNEDY AMORIM DE SOUZA

Marcela de Cassia Andrad
Brígido Corrêa, JÚLIA SOP
PACCA

principalmente para quem procura refúgio em outros país, o que exige estruturação do Estado para a proteção dos direitos fundamentais sob os aspectos de saúde, trabalho e moradia. O presente trabalho visa apresentar o Projeto Extensionista “Projeto Amistad” articulado por alunos e ex-alunos do UNISAL, campus Lorena, que tem como objetivo o desenvolvimento e fortalecimento das comunidades venezuelanas locais, auxiliando na sobrevivência digna dessas famílias, inserção no mercado e na sociedade local, conhecimento da cultura local, resgate e fortalecimento também da cultura nativa desses povos.

Oral

DESAFIOS DOS ADOLESCENTES DIANTE DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

A pandemia de COVID-19 e o isolamento social impactaram diretamente no cotidiano dos adolescentes, a partir da introdução abrupta do ensino remoto emergencial. Os adolescentes apresentaram uma série de dificuldades durante a adaptação ao ensino remoto emergencial, que requisitaram estratégias de enfrentamento, ou seja, respostas comportais e cognitivas para autorregulação frente aos estressores. Este estudo teve como objetivo investigar os desafios enfrentados pelos adolescentes durante a implementação do ensino remoto emergencial, e as estratégias de enfrentamento utilizada por eles. Consiste em uma pesquisa quantitativa, do tipo exploratória, transversal e on-line. A amostra foi composta por 16 participantes adolescentes, 11 meninas (68,75%) e cinco meninos (31,25%), com idade entre 13 e 19 anos ($M = 15,78$ anos), sendo que a maioria cursava o 3o ano do EM (50%) em escola pública (68,75%). A partir da análise dos dados verificou-se que 56,25% dos adolescentes relataram sentir-se extremamente ou frequentemente preocupados com as aulas remotas. A maioria dos participantes (62,25%) consideraram o

LAURA SOARES DA SILVA

Ana Paula Justo

processo de adaptação difícil. Os principais desafios enfrentados pelos participantes foram a dificuldade de se concentrar nas aulas remotas, que segundo 56,25%, sempre ocorria, e o grande volume de atividades propostas nesse período, que era frequente para 37,5%. As preocupações mais frequentes foram: não estar aprendendo durante as aulas remotas (75%), não absorver os conteúdos (44,75%) e medo do futuro (43,75%). Os resultados sugerem que o ensino remoto emergencial foi um evento desafiador para os adolescentes, que gerou preocupações e dificuldades no processo de adaptação, e nesse contexto os participantes adotaram como principais estratégias de enfrentamento buscar atividades prazerosas (24,49%) e conversar com amigos sobre como se sentiam (18,37%). Diante disto, é de extrema importância que as instituições escolares e as unidades de saúde estejam atentas às demandas apresentadas pelos adolescentes, levando em consideração que este grupo, em um curto período de tempo, teve de lidar com muitas adaptações no âmbito educacional.

Palavras-chave: Adolescência;

Enfrentamento; Ensino remoto
emergencial.

Oral

Roda de Leitura: uma intervenção psicossocial que aproxima Psicologia e Pessoas em Situação de Rua

Para aproximar a Psicologia das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua e contribuir para que essas pessoas ganhem uma visibilidade social, e não mais sejam aceitas como parte da paisagem urbana, é necessário evidenciar como a sociedade os enxerga neste período e contexto histórico. As representações sociais pejorativas, que se cristalizaram ao longo da história, os tornaram “vagabundos, bêbados, preguiçosos, sujos, drogados, perigosos, coitados”, tendo assim criado uma identidade tipificada, compartilhada e construída, que foi vinculada à totalidade das relações sociais, vivenciadas durante muitos anos, principalmente devido as condições sócio-econômicas-culturais. Pela falta de suporte, da comunidade e da rede pública, que poderia ser amparado pelas políticas públicas, muitos desses indivíduos, mantêm uma circulação ativa com intuito de conseguir suprir suas necessidades fisiológicas e sociais, buscando resgatar sua dignidade, se sentindo pertencentes a sociedade e, portanto, com direitos garantidos pela constituição, mas também às práticas cidadãs, que fazem parte de uma sociedade democrática. Logo, este

LILIAN SKAIDRITE MARINOS AMADIO

ANNA HELENE CHUMA PA
CRISTIANE BERNADETE FA
FRANCISCO, RAQUEL FLO
SILVA, Flávio César Rossi

projeto de intervenção, iniciou com a escolha de uma instituição, na cidade de Americana, estado de São Paulo, vinculada à Prefeitura, e, por conseguinte, ligada às redes assistenciais e aos órgãos públicos, objetivando o acesso de pessoas em condições de situação de rua, com o intuito de promover a resignificação do meio à sua volta, proporcionando um tratamento digno, ético e humanizado, fortalecendo, facilitando e contribuindo para uma melhor qualidade de vida e bem estar, assim como contribuir para que a sociedade os perceba como parte da comunidade onde vivem, trazendo significativa transformação nas relações sociais e provocar mudanças no sentido do desenvolvimento humano. Este grupo de pesquisa sob orientação do professor Flavio Rossi, deparou-se com as demandas burocráticas que dificultam o processo da pesquisa, mas vem numa busca incessante, por promoção de oportunidades de escuta e acolhimento, com propostas de encontros, e intervenções que propiciem o sentimento de pertencimento, interação social e criação de vínculos afetivos, numa relação, que permita, serem criativos e transformadores da sua

própria realidade, resgatando e criando memórias afetivas, que vão interferir diretamente no início de uma nova visão do seu meio, da sua própria responsabilização por sua saúde física e mental, em busca de qualidade de vida. A população em situação de rua, está à margem da sociedade, como uma via paralela, de acesso à direitos e deveres, e este projeto de intervenção, visa colocá-los novamente na via principal que conduz a cidadania e pertencimento de uma sociedade democrática e participativa.

Pôster

A segurança pública como um direito fundamental e a disparidade étnico-racial do Estado Brasileiro.

O assunto tratado no presente trabalho científico tem por propósito examinar o atual nível de desigualdade étnico-racial e aporofóbica existente na segurança pública brasileira. Previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos o direito a igualdade e segurança pública é um direito social, a luminescência de um Estado Social Democrático que em sua finalidade busca garantias para este imensamente importante direito. Por sua relevância, esse direito fundamental foi consolidado na Constituição, desse modo, o Brasil como país Democrático de Direito tem por objetivo criar mecanismos chamados garantias que irão efetivar o caminho para pôr em prática o que reza a Constituição. Muitos são os desafios enfrentados na criação de uma política pública, já que corre o risco de se tornar mais uma vez só um pedaço de papel onde diz que a sociedade é detentora de direitos, por isso, as políticas públicas devem analisar diversos fatores, bem como as condições econômicas do país, cultura, educação, empregos e dignidade da pessoa humana, afinal para que uma política pública exteriorize com precisão uma garantia de direitos, ela deve ser totalmente respaldada pelo princípio da

LUCAS HENRIQUE ESTEVAM

Pedro Rocha Mello Notar

dignidade da pessoa humana, de forma que não cause constrangimento a nenhum cidadão de nenhuma forma. Este artigo utilizou do método teórico de abordagem, a partir da separação e materiais relacionados ao assunto, da leitura e compreensão de artigos, livros e trabalhos científicos. Superada essa etapa, a pesquisa se deteve em esquematizar, problematizar e destacar as ideias principais de cada material colhido mediante elaboração de resumos, fichamentos, análise interpretativa do que foi lido e comparação com as ideias gerais entre os autores, correlacionando também com a Legislação Brasileira.

Pôster

A comunicação como ferramenta para a retomada econômica do setor gastronômico em Americana

Os impactos da pandemia da Covid-19 na economia nacional ainda geram incertezas para empreendedores, sobretudo dos setores mais afetados, como bares e restaurantes que tinham como principal fonte de recursos o atendimento presencial nos estabelecimentos. Segundo pesquisa realizada pela Associação Nacional de Restaurantes (ANR), em parceria com a consultoria Galunion, especializada no mercado food service, e com o Instituto Foodservice Brasil (IFB), 71% dos bares e restaurantes do país estavam endividados um ano após a divulgação do primeiro caso de Covid-19 no Brasil. As dívidas acumuladas são em maior parte em bancos, impostos e fornecedores. Contudo, iniciativas para a recuperação da economia, especialmente nestes setores mais impactados tornaram-se essenciais para a diminuição do impacto e a consequente retomada das atividades. Em Americana, no interior do Estado de São Paulo, foi criado um comitê de retomada econômica, que reuniu instituições públicas e privadas a fim de promover ações para o desenvolvimento econômico no município. Para o setor de bares e restaurantes foi criado o Roteiro

LUCAS PREARO VICENTE

LETICIA BESERRA DA SILVA
Racaneli

Gastronômico de Americana com o objetivo de ajudar a movimentar os estabelecimentos da cidade e mostrar para a população de Americana e região a potência gastronômica da cidade. A ação não se deu como uma competição na qual são conferidas notas aos bares e restaurantes, mas sim como um incentivo para o consumo nos estabelecimentos de Americana. No entanto, para que fossem atingidos os objetivos, foi necessário um trabalho de comunicação a ser aplicado em dois momentos: para a compreensão e convencimento para a participação dos estabelecimentos e, posteriormente, para o envolvimento da população como público consumidor. Neste contexto, estudantes do curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro UNISAL de Americana, numa prática de cidadania para o desenvolvimento da comunidade, aderiram à ação do comitê elaborando um plano de comunicação capaz de promover a ação entre os empreendedores e posteriormente divulgá-la ao público, trazendo de volta aos estabelecimentos o movimento do período anterior à pandemia. Os alunos puderam definir estratégias que

resultaram na criação da identidade visual do Roteiro Gastronômico, mídia kit, desenvolvimento de site, além de criação de um plano de mídia com a criação de peças publicitárias que incluíram posts para redes sociais, cartazes, panfletos e outdoor. Ao todo, 53 estabelecimentos se inscreveram para o evento e milhares de pessoas compareceram aos bares e restaurantes inscritos, impactados pelas ações de comunicação desenvolvidas.

Oral

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA:
O QUE DIZEM OS/AS PROFESSORES/AS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA?

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA:
O QUE DIZEM OS/AS PROFESSORES/AS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA? Marcela
Matsuda Roberta Cortez Gaio Em março
de 2020, com a crise sanitária que
acometeu a humanidade, fruto da
pandemia de Covid-19, pais, alunos/as e
professores/as foram surpreendidos/as
com o isolamento social e fechamento
das escolas. Apesar do surto de Corona
Vírus já estar ocorrendo em outros
países, a população brasileira foi pega de
surpresa com essa nova realidade, pois,
devido a localização do Brasil, não se
acreditava que o vírus tivesse a
capacidade de chegar ao Continente.
Assim, essa pesquisa teve como objetivo
apresentar as dificuldades dos/as
professores/as da educação básica, com
o ensino remoto, fruto da crise sanitária
que acometeu a humanidade, por meio
de pesquisa realizada no período de
setembro a outubro de 2021. A
investigação contou com a participação
de 34 professores/as, a maioria
mulheres formadas em pedagogia e de
idade em torno de 30 a 40 anos. O
estudo teve como foco o levantamento
do perfil de professores/as, bem como as
dificuldades encontradas na realização
de aulas on-line. Os resultados indicam

MARCELA DE PAULA PIRES Matsuda

ROBERTA CORTEZ GAIO

que os maiores desafios encontrados pelos/as professores/as durante o ensino remoto foram: falta de treinamento para uso das tecnologias e falta de comprometimento dos/as alunos/as. O panorama mostra que os/as professores/as não tinham muito contato com as tecnologias e, se viram obrigados/as a descobrir o funcionamento de aplicativos e ferramentas tecnológicas; com ou sem nenhum preparo se viram tendo que gravar vídeos interessantes com conteúdo de matérias curriculares, de forma que motivassem e prendessem a atenção dos/das alunos/as. A partir desse novo quadro surgem novos problemas, tais como: falhas de áudio/vídeo, criatividade para as atividades, apoiar e engajar os/as alunos/as nos estudos em casa, entre outros. Assim, espera-se que estudos desse caráter possam contribuir, indiretamente, com discussões que possam promover a melhoria da qualidade de ensino, seja na educação básica ou no que se refere a formação de professores/as.

Oral

OS DESAFIOS BIO-PSICOSSOCIAIS SOFRIDOS PELO CORPO DOCENTE DE ESCOLA PÚBLICA COM A PANDEMIA DO COVID-19

A pesquisa teórico empírica parte da justificativa de que os impactos biopsicossociais causados pela pandemia do Covid-19 têm trazido consequências ao ensino-aprendizagem das escolas públicas, principalmente na perspectiva de ensino dos professores. Portanto, nosso público alvo são professores de escolas públicas que lecionaram no período de 2019 á 2022 e que estão sendo impactados negativamente com os desafios emergentes. A necessidade de ressignificar-se e de lidar com os impasses da pandemia está sendo um processo de adaptação que exige muito desses professores que estão se reinventando em sala de aula, com pouco recurso e uma grande demanda de alunos carentes de aprendizado escolar. Realizamos até o momento, a observação científica de uma escola pública estadual, que atende as demandas de ensino médio e EJA no período noturno. Por meio das visitas que aconteceram quinzenalmente às quintas-feiras, com duração de 1h, foi possível perceber a instituição, conhecer as estruturas, os alunos (grande parte maior de idade), as salas de aula, a dinâmica escolar, a gestão e parte do corpo docente, principalmente do

MARIA CAROLINE DE OLIVEIRA
GENEROSO

LAURA MARIA DOS SANTOS
EMANUELLE RAQUEL SILVA
GIORDANI, ANTONIO AUGUSTO
DOS SANTOS

período noturno. A princípio, percebemos que há uma rotatividade de funcionários notória na instituição, esta que por sua vez, carece de programas que promovam saúde biopsicossocial para toda comunidade escolar, principalmente aos docentes, tendo em vista que, o retorno às aulas e a adaptação ao modelo presencial pós covid, influenciou na manifestação de transtornos de ansiedade, pânico, estresse, inassiduidade e afastamento de muitos professores efetivos devido a doenças psicológicas. Partindo dos dados observáveis e da análise documental sobre o impacto negativo que a pandemia do Covid-19 trouxe ao contexto supracitado, buscaremos alternativas para promoção e prevenção da saúde e qualidade de vida dos docentes.

Oral

A construção do cuidado em Saúde Mental alinhado aos Direitos Humanos

A saúde mental representa uma temática que carrega muitos estigmas, provenientes de mitos religiosos e crenças em bruxarias. As pessoas com diagnóstico mental, desde os tempos remotos, sofreram inúmeras violências: tiveram seus crânios abertos, por acreditarem conter um espírito maligno em seus corpos; foram submetidos a laxantes, eméticos, sanguessugas; tiraram-lhes tirar sangue de suas testas ou das veias sob a alegação de drenarem os males interiores, dentre outras práticas. Não obstante o advento da farmacologia, que visava a cura do paciente, o tratamento desumano e cruel manteve-se, através do uso do eletrochoque como forma de terapia. A criação de instituições psiquiátricas no século XIX teve um caráter mais prisional que terapêutico. Vale ressaltar que dentre os sujeitos que eram levados aos hospitais psiquiátricos, estavam os considerados anormais, os loucos ou improdutivos, assim como os leprosos, mendigos, prostitutas dentre outros. O avanço das ciências médicas, da psicologia e dos direitos humanos, proporcionou ao paciente com diagnóstico mental um tratamento mais humano, em especial, com a criação do

MARINA PICCOLO

CRISTIANE REYNALDO MA

SUS e passou-se a compreender a saúde para além da esfera biológica ao atribuir um olhar mais integrativo ao tratamento e aos indivíduos. A pesquisa teve como objetivo explorar o tema da luta antimanicomial, sua história, seus encontros e desencontros com as políticas públicas brasileiras e internacionais, principalmente quanto à proteção e à tutela dos direitos humanos. Justifica-se a temática uma vez que, a despeito dos avanços mencionados, este assunto encontra resistências e sofre ameaças e retrocessos diante do descaso público, da interrupção dos investimentos no setor, do incentivo à cultura hospitalocêntrica e da segregação dos doentes. Utilizou-se o método histórico-comparativo, por meio de investigações sobre o antes e o depois da promulgação da Lei Paulo Delgado; também, utilizou-se o método descritivo para apresentar e descrever as características, os fatos e o discurso sobre saúde mental que ainda paira na sociedade e as políticas públicas que envolvem a temática, que permitiram fornecer as conclusões do presente trabalho. A pesquisa bibliográfica e a documental foram utilizadas para fornecer os dados

necessários na elaboração dos argumentos. De todo o exposto, em que pese a promulgação Lei Paulo Delgado, que representou um marco importante na história da luta antimanicomial brasileira e da reforma psiquiátrica no Brasil, ainda existem instituições nas quais as práticas clínicas em relação ao adoecimento psíquico, revelam uma visão limitada ao modelo biologizante, acompanhado de violações dos direitos humanos. Os avanços dos serviços em saúde mental estão no trabalho coletivo, em rede e estão diretamente relacionados com as políticas públicas. A restauração das nossas conquistas, assim como a criação de modos singulares de olhar e tratar a saúde mental, podem, de fato, mudar o rumo de nossa história.

Oral

Transformação Digital na Sociedade -
Hospital Transparente

O projeto Hospital Transparente em desenvolvimento pelo grupo 404 NOT FOUND é resultante da reflexão e análise do tema “Transformação Digital na Sociedade” do Projeto Integrador/Vida do 1º semestre do Curso de Engenharia de Computação do UNISAL – Unidade de Ensino Campinas. O objetivo deste projeto é melhorar a qualidade de vida e atendimento da população no atendimento médico-hospitalar, com a diminuição das superlotações de hospitais devido à falta de informação da população, melhorando a qualidade do atendimento para a população e melhor gestão dos recursos nos hospitais. A solução proposta para o problema é produzir um sistema para agilizar e otimizar o deslocamento e atendimento da população em hospitais e similares, adotando, inicialmente, critérios de geolocalização e tempo de espera médio de cada hospital, dados fornecidos pelo usuário e cadastrados previamente no aplicativo, visando confiabilidade nas informações prestadas. O funcionamento desta solução será baseado em um aplicativo instalado nos smartphones, utilizando a localização do usuário para determinar quais os hospitais mais próximos, tendo

MATEUS QUITÉRIO JOSÉ MARQUES

GUSTAVO MIGUEL RONCA
FRANCISCO DE PAULO TE
JUNIOR, Sérgio Yoshioka

diferenciais de aplicativos existentes como Google Maps e Waze. Como valor agregado terá, entre outros, a informação de tempo de espera de cada hospital, indicação do hospital com o melhor atendimento de acordo com critérios do usuário que poderá optar por seguir a recomendação. A evolução prevista deste projeto é uma maior integração do aplicativo com cada hospital, informando a demanda de pacientes e potenciais especialidades envolvidas que chegarão ao hospital, conforme informações que serão processados na solicitação dos usuários. As informações auxiliarão a equipe do hospital para a melhor gestão de tempo, espaço e equipe.

Pôster

O CONTROLE EFETIVO DA
CRIMINALIDADE PROMOVIDO PELOS
MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público consiste em um órgão permanente e essencial para a concretização da função jurisdicional do Estado, cabendo a este a fiscalização da lei e do Direito como um todo, abrangendo a prevenção dos crimes por meio da aplicação das Ciências Criminais. Assim, a integração, o aprimoramento e o fortalecimento dos diversos mecanismos voltados ao controle social da criminalidade são de grande importância, pois a ineficácia da prevenção criminal pode resultar no enfraquecimento do próprio ordenamento jurídico vigente, dificultando a efetivação dos direitos fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Desta forma, pode-se destacar que o Ministério Público é uma instituição primordial neste âmbito, uma vez que é estruturado em diversas áreas de atuação necessárias para o efetivo controle da criminalidade, incluindo além da seara criminal, a área da educação, da infância e juventude, bem como da esfera cível ao buscar, por exemplo, a concretização das normas relativas ao Direito das Famílias. Isto ocorre pelo fato de existirem, basicamente, três espécies de prevenção

MATHEUS ANDRADE DIAS GONÇALVES

destacadas pela doutrina criminológica, dentre as quais: a prevenção primária, que está relacionada a efetivação dos direitos e garantias fundamentais previstos constitucionalmente, e sobretudo, o direito à educação, dentre outros direitos sociais, abrangendo assim a correta atuação de todas as promotorias existentes, com fulcro nos artigos 5º e 6º da CRFB; a prevenção secundária, que é caracterizada pelo policiamento ostensivo, função abrangida pelas guardas municipais, Polícia Militar, dentre outras, sendo necessário o controle externo da atividade policial realizado pelos membros do Ministério Público, fiscalizando o cumprimento da legislação vigente nas atividades de segurança pública exercidas pelos órgãos públicos supracitados, nos termos dos artigos 144 e 129, inciso I, da CRFB; assim como a prevenção terciária, pela qual almeja-se por meio da persecução penal, impor a pena ao infrator e, por conseguinte, buscar a readaptação social deste durante e após o cumprimento da pena, cabendo aos profissionais do Direito, em especial, aos Promotores de Justiça, buscarem a utilização de medidas voltadas à prevenção da reincidência,

efetivando a individualização e a proporcionalidade da pena. Portanto, a atuação do Ministério Público é salutar para o controle efetivo da criminalidade, incumbindo a seus membros a promoção de estratégias preventivas indicadas pela doutrina criminológica, haja vista que estes exercem as funções de *custus legis* e *custus juris*, sendo considerados guardiões da lei e do Direito. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo analisar a efetividade do controle social do crime por meio do exercício das funções dos membros do Ministério Público em defesa da coletividade, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental.

Pôster

Sistemas integrados com realidade aumentada para manutenção de equipamentos monitorados

A Realidade Aumentada (RA), segundo Tori (2006, p.24), "usa técnicas computacionais que geram, posicionam e mostram objetos virtuais integrados ao cenário real", utilizando dispositivos digitais. Sendo assim, seria possível posicionar uma poltrona virtual no centro de uma sala de estar, ou até mesmo uma casa que só existe em projeto sobre um terreno vazio. Nessa perspectiva, pergunta-se: como esta tecnologia pode ser utilizada para aprimorar processos fabris? O presente estudo é classificado como uma pesquisa exploratória, pois visa o levantamento de informações para familiarização do meio acadêmico com a realidade aumentada, dando suporte assim a conceitos e hipóteses que serão solucionadas com o auxílio do protótipo proposto. A pesquisa é pautada na investigação do problema proposto buscando o desenvolvimento de um protótipo fiel as normas e processos fabris, permitindo assim a obtenção e análise de dados e visando abordar a aplicabilidade do estudo da realidade aumentada em processos educacionais. Com o tema definido, observou-se a necessidade de um protótipo capaz de suprir todas as necessidades propostas. Diante disso,

MATHEUS BIZARI BIAZON

HUDSON NAGASHIMA LE
Silva dos Santos, RAFAEL
SANTOS

optou-se pela construção de uma estufa, capaz de simular situações reais de falha e/ou manutenção existentes em uma fábrica. A estufa apresenta sensores e atuadores que se assemelham perfeitamente a componentes utilizados na indústria, tanto em especificações quanto em funcionamento. Para a execução do protótipo, foram adquiridas as licenças de quatro softwares da empresa internacional PTC: Creo Parametric, Creo Illustrate, Vuforia Studio e ThingWorx. Todos os programas são utilizados industrialmente e atendem perfeitamente a necessidade do projeto assim como uma aplicação real. Primeiramente, utilizou-se o Creo Parametric para o desenvolvimento CAD em 3D do protótipo, seguindo com o Creo Illustrate para a criação dos mecanismos de movimento e animações que serão apresentadas na realidade aumentada. Em seguida, com o auxílio do Vuforia Studio foi possível o desenvolvimento de toda parte de RA do projeto, onde foram inseridos todos os menus e opções de interação do usuário. E, por fim o ThingWorx é o responsável pelo desenvolvimento e integração IoT (internet das coisas) do projeto, que realiza a captação, armazenamento e

análise de dados do protótipo, para que o software de interação com o usuário tenha respostas mais exatas.

Oral

A Oficina de Gênero & Sexualidade e as práticas interventivas com a população LGBTQIA+

Desde 2015, Oficina de Gênero & Sexualidade vem sendo oferecida como parte das comemorações do dia 27 de agosto, Dia da/do Psicóloga/o, dia em que foi sancionada a Lei nº 4.119/1962, que estabelece o reconhecimento da profissão no Brasil. Em 2022, a Psicologia brasileira comemorou 60 anos e o Conselho Federal (CFP) abordou o lema “Uma história para construir o futuro”. Assim sendo, fomos convidados e convidadas a revisitar práticas e rever compromissos ético-políticos. No que tange às questões de gênero e sexualidade, a Psicologia tem sido desafiada constantemente a se posicionar e amparar a atuação profissional, sobretudo, a partir das premissas em defesa dos Direitos Humanos. Contudo, como ciência e profissão constantemente a se fazer, a Psicologia ainda tem muito a contribuir, como por exemplo na contestação da normatização dos binarismos sexuais e de gênero e da naturalização das desigualdades; também na ampliação de discussões e desconstrução de preconceitos; na atuação junto às políticas públicas em defesa e ampliação dos direitos e enfrentamento às inúmeras expressões de violências que

Mayara Pacheco Coelho

são dirigidas às pessoas LGBTQUIA+, além do auxílio na promoção da felicidade e da liberdade de todos, sem exceção. Entre os temas já abordados ao longo da Oficina estão os conceitos introdutórios sobre gênero e sexualidade; violências contra as mulheres e outras manifestações das violências de gênero; a resistência dos corpos em trânsito e a realização de um Cine-Debate com a exibição do filme-documentário “Divinas Divas” (2016). Na última edição, realizada em 2022, com o título “Por uma Psicologia Diversa & Inclusiva”, a Oficina contou a participação de alunos e alunas egressos do curso de Psicologia/UNISAL, que ao longo da formação desenvolveram práticas interventivas, como os projetos “O arco-íris invade o céu” e a Oficina “Do exercício da linguagem ao direito de ser Gente”, oferecidos a partir de encontros online, realizados via plataforma do Google Meet ao longo dos anos de 2020 e 2021. As intervenções tiveram como objetivo proporcionar informações históricas e discussões que favorecessem o exercício da escuta e do acolhimento a fim de dialogar sobre as diferentes formas de expressão das identidades e manifestação da sexualidade; o processo

de aceitação do indivíduo e da(s) família(s); a influência da(s) religião(ões) na manutenção dos preconceitos, as dificuldades nas relações interpessoais, no acesso a saúde, na inserção no mercado de trabalho, visando assim promover educação em direitos humanos e garantias mínimas de práticas de respeito e inclusão social. Palavras-chaves: Diversidade Sexual; Diversidade de Gênero; Pessoas LGBTQIA+.

Oral

Atividades culturais no processo formativo visando a educação das relações étnico-raciais

Embora sancionada em 2003, a Lei 10.639 que estabelece a obrigatoriedade de inclusão nos currículos nacionais da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", sua total implementação ainda é um grande desafio nos cenários educacionais. O Brasil, embora se configure como um Estado Democrático de Direito, na prática, porém, se apresenta como uma sociedade recortada por desigualdades sociais. Forjada em uma matriz patriarcal e colonialista, a sociedade brasileira se constitui como um sistema de relações que legitimam a superioridade masculina, cria padrões e valores culturais, nos quais a raça negra é inferiorizada e estigmatizada. Para tanto, no primeiro semestre de 2022, algumas ações culturais foram desenvolvidas no horário de intervalo do período noturno pelo Núcleo de Educação das Relações Étnico-raciais no campus Maria Auxiliadora a fim de provocar e sensibilizar a comunidade acadêmica. Entre elas, a Roda de Conversa "Quem somos e o que queremos nós?" realizada no dia 08 de março, Dia Internacional das Mulheres, a fim de assinalar a interseccionalidade entre os marcadores sociais de raça, classe e gênero, o

Mayara Pacheco Coelho

MARIA ANTONIA BONFAN
ALMEIDA

reconhecimento de diferentes opressões, além dos desejos e anseios de mulheres como grupo social. Outras intervenções aconteceram no decorrer do mês de maio. Há tempos a data de 13 de maio vem sendo pontuada, sobretudo, pelos Movimentos Negros, como uma data que demanda reflexão e não comemoração; inclusive a data foi instituída como Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo. Nesta oportunidade, em parceria com o Centro Cultural Candeeiro e a União de Negras e Negros pela igualdade (UNEGRO) de Americana e Santa Bárbara d'Oeste e com apoio da Pastoral Universitária e Coordenação da Missão Institucional, foi realizada uma apresentação de cantoria com tambores e coreografias de Jongô. A intervenção proposta objetivou à afirmação de narrativas diversas e a cultura afro-brasileira. Para tal, contou com a fala de Benedito Samuel Barbosa, liderança nos referidos movimentos; as falas foram articuladas a músicas afro-brasileiras performadas por outros três integrantes dos coletivos mencionados. Já em comemoração ao Dia Internacional dos Museus que também acontece no mês de maio, o Núcleo trouxe a exposição da artista jovem Lais Sabino

“O Despertar do Imaginário”. A incursão objetivou promover o contato com a arte, que pode contribuir para a provocação de temas cotidianos como o racismo e a discriminação. Algumas das produções expostas têm referência direta a outras obras de renome, como a ilustração Black Lives Matter e a escultura em bronze de Flávio Cerqueira, Amnésia. A obra do referido artista plástico faz referência ao branqueamento das populações negras no Brasil e compõe o acervo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP). As proposições culturais, de modo geral, visaram tomadas de consciência e o engajamento na luta antirracista, sobretudo a partir de uma educação crítica e transformadora.

Palavras-Chaves:

Oral

Teoria do desvio produtivo do consumidor: efetivação dos direitos fundamentais perante o judiciário brasileiro

A Constituição Federal de 1988 é tida no ordenamento jurídico brasileiro contemporâneo como a principal carta cidadã do Brasil pois, além de abarcar garantias essenciais ao exercício da cidadania, trata de direitos e deveres inerentes aos fundamentos dos direitos humanos. Com foco no aspecto garantista positivado na CF/88 e codificações brasileiras, passa-se à reflexão dos direitos do consumidor como importante meio de efetivação dos direitos e garantias fundamentais nas relações de consumo e mercado, tanto por parte do Estado quanto da sociedade em busca da dignidade, moralidade e equidade. Partindo da premissa que o consumidor é parte mais vulnerável da relação, a Carta Magna brasileira e o Código de Defesa do Consumidor impõem ao Estado a promoção de políticas públicas, a estruturação de órgãos específicos e o estabelecimento de direitos que facilitem à resolução célere dos conflitos e o acesso ao Judiciário. Ademais a estas ferramentas, observa-se que não raras vezes fornecedores, já a partir do advento destas normativas, valendo-se do desconhecimento dos consumidores quanto a seus direitos e de inatividade

Milena Santos Prado

Thiago Gomes Luiz Thiago

dos órgãos regulatórios, a fim de ampliar suas margens de lucro por meio da oferta em massa, diversos fornecedores deixaram de oferecer uma estrutura de suporte compatível para resolver problemas oriundos das contratações, invertendo a lógica de consumo e obrigando o vulnerável a buscar o acesso da tutela jurisdicional para um simples cancelamento de serviço, a devolução de um produto, etc. Assim, passou-se a discutir a teoria do desvio produtivo, desenvolvida por Marcos Dessaune. Na sociedade contemporânea o tempo é um dos ativos mais importantes para a geração de riquezas e também para a efetivação de garantias constitucionais inerentes ao ser humano como a saúde, o trabalho, a educação, o lazer, entre outros. A partir disto, é que a teoria mencionada começa a ser explorada em doutrinas, artigos científicos e julgados recentes dos tribunais superiores, que passam a buscar um melhor amparo ao consumidor em situações de constantes falhas na prestação de serviços e que, ao final, e imposições implícitas de desvio de grande número de horas em troca da busca por resolução de falhas geradas única e exclusivamente pelo fornecedor. O cenário apontado é facilmente

constatado em nosso cotidiano e, mesmo assim, seguia sendo desprezado, abominando-se a ideia de concessão de dano moral por abuso de desvio de tempo produtivo e ignorando violações a dispositivos e princípios legais. Porém, a partir do entendimento do Superior Tribunal de Justiça no AREsp 1.260.458/SP, foi afirmado o posicionamento do Tribunal sobre o assunto e foi reconhecida a concessão de dano moral com base na “teoria do desvio produtivo do consumidor”, inovando a jurisprudência brasileira em favor da proteção do consumidor e dos direitos fundamentais e humanos, indicando forte evolução do reconhecimento do “tempo” como bem fundamental e indenizável em caso de sua supressão abusiva.

Oral

A EDUCAÇÃO COMO CONSCIENTIZAÇÃO
SOBRE A IMPORTÂNCIA DO MEIO
AMBIENTE

A educação é um direito fundamental de todos, perpassa o desenvolvimento humano por meio do ensino e da aprendizagem, visando desenvolver e potencializar a capacidade intelectual do indivíduo. A educação não se limita à instrução ou à transmissão de conhecimento, ela compreende o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico, aprimorando habilidades e competências. Educação escolar é aquela que acontece no âmbito formal, dentro da instituição escolar. A escola é uma importante instituição que auxilia no desenvolvimento social, aprimorando habilidades e competências dos indivíduos. Além disso, desempenha um papel fundamental na formação do conhecimento, dos valores e comportamentos. Por meio da educação escolar, o sujeito estabelece relações e compreende a forma de organização da sociedade na qual está inserido. A educação no Brasil é fundamentada na Constituição Federal, sendo um direito de todos os indivíduos. É de responsabilidade do governo federal, por meio do Ministério da Educação, dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. O artigo 205 da Constituição Federal aponta que: “A educação, direito

Moacir Pereira

CARLA RAYANE DOS SANTOS
SANTANA DE MELO, MARCELA
DE ESPINDOLA

de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” O artigo 205 da Constituição prevê três objetivos básicos da educação: garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo, prepará-lo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o mercado de trabalho. A educação no Brasil também objetiva desenvolver o cidadão com o apoio do Estado, da Sociedade e da Família. A educação é um dos meios mais importantes para o desenvolvimento de uma sociedade. É exercida de forma que o indivíduo desenvolva suas habilidades, adequando-se à sociedade. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em uma instituição escolar, a educação é realizada além dos limites da educação formal, abrangendo aquilo que se aprende também no convívio social. Por meio da educação, produz-se conhecimento e, assim, todas as esferas de um país desenvolvem-se (SILVEIRA, 2013, p.16) . A educação vai além da educação formal nas escolas,

abrangendo também os âmbitos familiar e social. Investir na educação é, portanto, primordial para garantir que o indivíduo exerça sua cidadania e alcance o pleno desenvolvimento. Um país que investe em educação proporciona investimento também em todos os outros setores. A educação abre portas, desenvolve o senso crítico e garante a dignidade das pessoas e da sociedade. Segundo Aragão (2021, p. 37) , sendo a educação o ponto inicial de um indivíduo, a educação em meio ambiente é essencial para a vida e o desenvolvimento econômico e social do país. Deve-se considerar que o meio ambiente não diz respeito apenas a fauna e flora, mas também ao ser humano, portanto, toda a política ambiental deve ter a humanidade como foco.

Pôster

REVITIMIZAÇÃO E DIREITOS HUMANOS:
APURAÇÃO E JULGAMENTO DE CRIMES
DE ESTUPRO, CONSIDERANDO AS VÁRIAS
FORMAS DE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

A vitimologia, ramo da criminologia referente à vítima, separa a revitimização em três momentos, sendo eles: vitimização primária que decorre do crime em si, tem relação com o sofrimento gerado a partir do ato praticado pelo autor. A vitimização secundária: ocorre quando, sendo certo que o Estado detém o jus puniendi (poder/dever de punir), ao buscar uma solução para a conduta delitiva sofrida, a vítima é obrigada a cumprir etapas do procedimento penal que a levam a reviver e relembrar inúmeras vezes o crime que lhe foi praticado, seja durante o inquérito policial, ao narrar os fatos aos policiais ou posteriormente ao longo das fases do processo penal, onde terá que narrá-los novamente, realizar o reconhecimento pessoal ou responder perguntas numa audiência. A vitimização terciária, decorre da sociedade, onde a vítima voltará a ser questionada em ambientes sociais sobre o delito e terá que relembrar e reviver a situação mais uma vez. Essa pesquisa tem como objetivo o debate do tema com enfoque na vitimização secundária, considerando a problemática de que, ao procurar o Estado buscando acolhimento e resolução para o caso concreto, o

NATALIA MAYARA DE ASSUNÇÃO
SANTOS

indivíduo é reinserido no papel de vítima, dessa vez de uma violência praticada pelo próprio agente público. Num momento anterior (vitimização primária), a vítima sofre o crime praticado, posteriormente, a vítima é assolada por um sofrimento adicional decorrente do crime praticado em seu desfavor. Esse sofrimento é perpetrado pela própria Justiça Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público, advogados, polícias, sistema penitenciário). É relevante pontuar que esse fenômeno da vitimização secundária se atrela a outro, a saber, a cifra negra. Cifra negra é uma expressão que designa os casos de crimes que não chegam ao conhecimento das autoridades, do sistema penal. No Brasil, o estupro está associado à cifra negra em virtude de muitas vítimas, por medo de humilhação, incompreensão, constrangimento, deixarem de registrar denúncia. Portanto, resta claro a necessidade urgente que o Estado, ao exercer a sua função jurisdicional, utilize o procedimento adequado, a fim de garantir que as partes tenham seus direitos e garantias fundamentais preservados e que durante o processo de apuração da infração o Estado não

pratique violência contra aqueles a quem tem o dever de proteger. Para tanto, utilizar-se-ão os métodos dedutivos e bibliográficos na realização deste trabalho.

Oral

Impactos na Educação dos Adolescentes de Ensino Médio na Pandemia: Aprendizagem e Isolamento Social

O direito a educação é um dos mais importantes direitos sociais garantidos na Carta Magna, em seu artigo 6º, especialmente para as crianças e adolescentes, sendo regulado mais especificamente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Todo jovem brasileiro tem o direito de ser educado, inclusive em escolas públicas, de forma a assegurar seu crescimento e aprimoramento de habilidades; sendo dever do Estado assegurar meios para efetivar tal direito. Ocorre que, a chegada da pandemia de covid-19 no Brasil no início de 2020 trouxe diversas consequências para toda a sociedade, principalmente, com a obrigatoriedade do isolamento social e do uso de máscaras, que trouxe uma enorme crise sanitária e conseqüente crise econômica a toda população, fazendo-a passar por momentos de grande incerteza e instabilidade. Dentre outras consequências, como já exposto acima, houve também mudança em todo o formato do ensino brasileiro, passando a ser no estilo remoto (online), usado como forma de reduzir o contágio pela doença. Porém, a maioria das famílias brasileiras não se encontravam aptas a aprender neste novo formato, nem

NICOLAS DOS SANTOS CEZAR

MARIA CLARA UCHÔAS D
ISABELA ZACCARO DE OL
Walcylenne Castilho de Ara

muitos professores a ensinar no mesmo, por diversos fatores, como falta de acesso à Internet, falta de recursos que possibilitassem o acompanhamento do conteúdo de forma virtual, dificuldade com os sistemas utilizados, dentre outros. Nesse sentido, Priscila Dutra Dias diz que: "No contexto que se apresenta, as políticas voltadas ao setor educacional não atendem as necessidades estabelecidas na Constituição Federal. O risco de ampliar as desigualdades é latente e muitas famílias não têm acesso ao mínimo existencial," (DIAS, Priscila Dutra; 2021) Além desses fatores, os jovens brasileiros perderam o contato social que possuíam antes da pandemia com os outros alunos e professores. Isso trouxe grandes impactos para suas vidas, pois as fases da infância e adolescência são pautadas pelo amadurecimento e construção psicológica, necessitando, pois, de convívio social para o saudável amadurecimento e crescimento dos mesmos. Dessa forma, diante desse cenário, a apresentação irá analisar e expor como a educação dos jovens brasileiros de ensino médio foi impactada pela pandemia, em especial, pelo isolamento social dela decorrido,

trazendo a visão dos adolescentes
quanto a esses acontecimentos.

Oral

PERCEPÇÃO DE PACIENTES SOBRE A APLICABILIDADE DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL ON-LINE

Embora, em 2018, o Conselho Federal de Psicologia tenha regulamentado os atendimentos psicológicos por meio de Tecnologias da Informação e Comunicação, somente a partir das medidas de isolamento social decorrentes da pandemia da COVID-19, observou-se a ampliação da demanda por intervenções psicológicas realizadas na modalidade on-line, incluindo a psicoterapia. Entretanto, ainda são restritas as pesquisas nacionais que investigam a efetividade da psicoterapia on-line. Assim, esse estudo objetivou investigar a percepção de pacientes adultos que realizaram atendimento on-line em Terapia Cognitivo Comportamental (TCC), a fim de identificar a sua efetividade e benefícios. Participaram da pesquisa 41 pacientes que realizam a TCC on-line, selecionados por conveniência, sendo a maioria mulheres (N= 38; 92%), com idades entre 18 e 67 anos (M=36; DP=11). Por intermédio das redes sociais e de contato com psicoterapeutas, foi divulgada a pesquisa e disponibilizado o link do Google Forms que direcionava o participante ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com informações referentes aos objetivos e

NOEMI MAYARA BAETA DA SILVA

TAMIRIS NAIRA RIBEIRO C
CARINE OSMAR, Marcia C
Santos

procedimentos. Ao aceitar participar do estudo voluntariamente, o participante respondia o questionário, com perguntas abertas e fechadas, sobre dados sociodemográficos e sua experiência com a TCC on-line. Foram realizadas análises descritivas dos dados obtidos e a análise de conteúdo referente às respostas dos participantes para as questões abertas. Os resultados indicaram que a maioria dos participantes passou a realizar a psicoterapia on-line a partir da pandemia (N= 31; 75,6%); mencionou sentir-se confortável durante as sessões e não percebeu diferença na eficácia e benefícios da TCC on-line com relação a TCC presencial (N=27; 65,9%). A maioria dos participantes indicou que a TCC on-line não prejudicou o estabelecimento do vínculo na relação terapêutica (N=38; 95,10%) e 100% deles afirmou que as suas expectativas com o tratamento psicológico foram atendidas e que indicaria essa modalidade para outras pessoas. Verificou-se que fatores como a praticidade, a flexibilidade de horário e local de atendimento, a economia de tempo e dinheiro com locomoção foram alguns dos benefícios da psicoterapia on-line citados pelos participantes. Alguns

pontos negativos indicados pelos participantes foram relacionados a conexão de internet ruim e ao ambiente inadequado que poderia prejudicar a privacidade durante a sessão. Concluiu-se que para os participantes desse estudo a TCC on-line se mostrou efetiva, sendo que a maioria afirmou ser favorável a essa modalidade e acreditar que a tendência será o aumento da procura por esse tipo de psicoterapia.

Pôster

"NORMALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E A ESTIGMATIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA POR MEIO DO ORDENAMENTO JURÍDICO A LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988".

Em 1888 o Brasil, que é o último país da América que vai abolir a escravidão, coloca fim na servidão do homem negro frente aos brancos. Entretanto, essa servidão nunca chega ao seu verdadeiro fim, em razão de que essa abolição só foi uma jogada dos liberais burgueses que nunca se importaram com o sofrimento dos negros. Joaquim Nabuco (1849-1910), que era um representante da elite intelectual bem como de um ideal burguês, colocava que a escravidão era um processo incompatível com a modernidade, mas era carregado de ideias racistas. O projeto político, a favor da modernização nacional do Brasil e da imigração europeia que recebe apoio da elite após o fim da escravidão, excluía o negro da modernidade ao trazer trabalhadores europeus brancos supostamente mais qualificados e aptos, mas que, na verdade, o nível dos imigrantes era o mesmo dos negros brasileiros, ficando evidente o ideal de um branqueamento da população brasileira, em uma limpeza racial. Aquilo que para os negros libertos após 1888 era visto como "O amanhã será o primeiro dia do resto da minha vida", era, na verdade somente o espelho de um ideal racista, uma ideia proveniente

PAULO SÉRGIO DE ASSIS JUNIOR

RANDER DE TOLEDO MONTEIRO
GRAZIELA DE CASTRO ALVES
FARIA SOUZA

de um discurso nacionalista da época que tentava atrair trabalhadores europeus ao país, vendendo uma ideia de que o Brasil vivia em um paraíso de democracia racial. Dessa forma, em 1890, após a proclamação da República (1889), nasce o Código penal brasileiro que, de maneira clara, é uma e completa perseguição aos negros e pobres. Inclusive, a teoria do homem delinquente criada pelo italiano Cesare Lombroso entre 1835 e 1909, que colocava determinados corpos como criminosos, sendo que, segundo esse, determinados corpos são orientados por sua natureza criminosa, além do mais, Cesare Lombroso enfatizava que a raça branca e a negra são distintas, logo, nasce um dos grandes problemas que até hoje reflete indiretamente em nossa sociedade, já que ele consegue na época comprovar sua ideia completamente racista. Ligando assim o corpo negro ao primitivo, portanto, nasce a grande funcionalidade do paradigma racista etiológico e que fica sedimentado no código penal, quando Lombroso constrói o conceito do negro perigoso, faz tornar-se aceitável criminalizar corpos negros. Nessa perspectiva, há diversas normas segregacionistas no Código Penal

Brasileiro de 1890, ficando evidente o desejo de tornar o corpo preto criminoso. Por fim, após mais de 100 anos, os dias atuais apresentam uma ampla demonstração do quanto o ideal racista de estigmatização da pele negra “deu certo”, em razão de que é clara a desigualdade racial em nossa sociedade. Dessa forma, o intuito do presente trabalho é demonstrar os problemas enfrentados pela população negra que é marginalizada e estigmatizada em nossa sociedade, além de traçar caminhos necessários para uma real emancipação, conforme preceitua a Constituição Federal do Brasil de 1988. Para tal, será utilizado os métodos dedutivos e bibliográficos na realização deste trabalho.

Oral

Investigação Criminal Defensiva

Investigação Criminal Defensiva O presente trabalho busca analisar um atual tema do processo penal que é a investigação criminal defensiva, presidida pelo advogado criminalista. O objetivo dessa pesquisa é entender a importância da investigação defensiva para o processo penal como ferramenta para a efetivação das garantias fundamentais relativas ao processo criminal, especialmente a paridade de armas e a isonomia processual. No Brasil a principal forma de investigação criminal é aquela realizada pela Polícia Judiciária por meio do inquérito policial, que é presidido pelo Delegado de Polícia, civil ou federal, que possui discricionariedade para realizar as investigações a fim de buscar elementos informativos que possam servir de base para a ação penal. Além do inquérito policial, surgiu no Judiciário a discussão sobre a possibilidade de investigação criminal ser realizada pelo Ministério Público. Houve muita discussão e vários argumentos contrários e outros favoráveis, até que o Supremo Tribunal Federal julgou o RE 593.727/MG fixando o entendimento de que o MP possui legitimidade para buscar os próprios elementos informativos para a ação

PEDRO GENÉSIO DOTTO PEREIRA

TIAGO FELIPE COLETTI M

penal, desde que sejam respeitados os direitos e garantias do indiciado. Logo após a decisão do STF o Conselho Nacional do Ministério Público publicou a Resolução 181, de 7 de agosto de 2017, que regulamenta o Procedimento Investigatório Criminal (PIC), que é presidido pelo Promotor de Justiça a fim de buscar elementos de informação para a ação penal. Todo esse contexto revela o caráter inquisitivo do sistema de investigação preliminar, centrado em órgãos públicos que tem por função manter a eficiência do sistema buscando a responsabilização criminal das pessoas, o que pode gerar um desequilíbrio em relação as garantias e fundamentais do indivíduo. Nesse sentido, após a publicação da resolução que regulamenta o PIC, o Conselho Federal da OAB publicou o Provimento 188/2018 que regulamenta a investigação defensiva presidida pelo advogado criminalista. Trata-se de procedimento já presente no direito estrangeiro, especificamente na Itália e nos Estados Unidos, ordenamentos que serviram de inspiração ao Brasil. Além do Provimento da OAB, tramita no Congresso Nacional o PLS 156/2009, projeto do Novo Código de Processo Penal, que, caso seja

aprovado, haverá a previsão legal do exercício da investigação defensiva em seu art. 14. A monografia que embasa o presente trabalho ainda não foi concluída, estando em sua fase final de elaboração, mas já é possível vislumbrar a investigação defensiva como um instrumento apto a equilibrar a atuação estatal de persecução criminal e os direitos e garantias fundamentais do indivíduo

Oral

Esteroides Androgênicos Anabólicos (EAA) para fins estéticos: dismorfismo corporal, culto ao corpo e riscos à saúde.

Hodiernamente, a perspectiva acerca de imagem e a satisfação corporal estão distorcidas, o que nos remete a medidas anormais para se alcançar um objetivo ilusório e antinatural, como o uso inadequado de esteroides anabolizantes andrógenos (EAA), com o fito de se construir o físico perfeito, do qual decorre efeitos insalubres. Nesse sentido, com o passar dos anos, alterou-se a compreensão no que se refere ao corpo humano, sendo que nos dias atuais temos sua supervalorização e, com a irrefreável busca à compleição física perfeita, surge a preocupação excessiva e distorção da autoimagem, aqui caracterizada pela dismorfia corporal ou muscular. Com efeito, tal transtorno está intimamente relacionado ao uso das substâncias anabolizantes e ergogênicas, para fins exclusivamente estéticos, visando a reversão da vigorexia. Em vista disso, com o uso recreativo indevido de tais substâncias artificiais, que buscam simular a ação da testosterona no organismo do usuário, apesar dos efeitos cumulativos que aprimoram o desempenho das atividades esportivas, derivam os efeitos adversos, destacando-se, dentre os mais comuns, o aumento dos fatores de risco

RAFAEL AUGUSTO DE CARVALHO SANTOS

para o sistema cardiovascular, traduzidos na hipertensão, aumento do LDL (colesterol ruim) e HDL (colesterol bom) e enfarte agudo do miocárdio. Ademais, verificam-se alterações no sistema reprodutivo, tanto masculino quanto feminino, ocasionando diminuição da libido, infertilidade e impotência, atrofia testicular, mudanças no ciclo menstrual e redução de imunoglobinas. De mesmo modo, em termos estéticos, as possíveis consequências são a ginecomastia, acnes, calvície e queda de cabelo, hipertrofia do clitóris, aumento do crescimento de pelos faciais e corporais e rouquidão na voz feminina. Por fim, existem ainda os impactos psicológicos, retratados pelo risco de vício na substância pela abstinência, gerando sintomas depressivos, insônia, ansiedade, bem como alterações no humor e tendências agressivas. Portanto, verifica-se que o transtorno de imagem corporal pode ser elemento motivador ao uso não terapêutico e abusivo de EAA, que por sua vez geram inúmeros efeitos adversos, tornando-se um problema de saúde pública. Desse modo, o objetivo do presente trabalho é analisar, através do método dedutivo, por revisões da literatura, em especial

artigos científicos selecionados através de busca no banco de dados do Scielo e Google Acadêmico, de que forma o uso de esteroides anabolizantes androgênicos, para fins estéticos, é motivado pelo culto ao corpo e o dismorfismo corporal, bem como seus riscos à saúde e principais efeitos colaterais do uso indiscriminado por praticantes de musculação.

Oral

Benefícios da aplicação da prognose prescricional: eficiência, economia e celeridade processuais no reconhecimento da antecipação da prescrição retroativa.

O trabalho tem como objetivo apontar e analisar os aspectos que abrangem o instituto da prognose prescricional, também denominada prescrição virtual, que consiste no reconhecimento antecipado da prescrição da pretensão punitiva na espécie retroativa, e sua aplicabilidade pelo Poder Judiciário, através do método dedutivo, com revisões da literatura, bem como pelo estudo da legislação pertinente, doutrina e jurisprudência. Será explorada a prescrição da pretensão punitiva, que é a perda do direito do Estado de punir os infratores (jus puniendi). Na prognose prescricional, ocorre a extinção da punibilidade pelo reconhecimento antecipado da prescrição retroativa, levando em consideração o quantum hipotético de pena que seria aplicada em caso de eventual condenação, ponderando-se a dosimetria penal. Fato é que a prognose prescricional não possui previsão legal, sendo que a jurisprudência majoritária inadmite sua aplicação. Neste sentido, mencione-se o Informativo 788 do Supremo Tribunal Federal e a Súmula nº 438 do Superior Tribunal de Justiça, que expressamente abnegam seu uso, com fundamento nos princípios da legalidade e da

RAFAEL AUGUSTO DE CARVALHO
SANTOS

SOFIA CLARET FERRAZ

obrigatoriedade da ação penal pública, bem como na controvérsia a respeito da condição da vítima no processo criminal e insegurança jurídica e social pela sensação de impunidade e ausência de repressão do crime pelo Estado. No entanto, ocorre que o instituto em comento é comumente utilizado pelos magistrados de primeira instância, até mesmo de ofício, pela perda no interesse de agir estatal, justificando que o processo é natimorto e inútil, e que levaria ao reconhecimento posterior da extinção da punibilidade, fazendo com que o Estado apenas retarde uma ação penal fadada ao insucesso e o reconhecimento da prescrição, que de modo ou outro, viria a operar, violando os preceitos da eficiência, economia e celeridade processuais. Ante o exposto, conclui-se que em que pese o entendimento firmado pelas Cortes Superiores ser contrário a possibilidade de aplicação do instituto da prognose prescricional, esta se demonstra como mecanismo de suporte jurisdicional a desafogar o Judiciário e garantir-lhe efetividade, na medida que desonera a máquina estatal da persecução penal ineficaz, bem como assegura ao agente do delito a preservação de sua

dignidade, resguardando-lhe da estigmatização de criminoso e o protegendo da angústia de esperar a morosidade da Justiça, respondendo processo criminal, em que caso de eventual condenação, teria reconhecida a prescrição da pretensão punitiva.

Oral

INFÂNCIAS ROUBADAS: AS POSSÍVEIS
CONSEQUÊNCIAS NO
DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DA
INFÂNCIA CAUSADA PELO ISOLAMENTO
SOCIAL NA PANDEMIA DO NOVO
CORONAVÍRUS.

A pandemia do novo Coronavírus vivenciada em alta escala no território brasileiro desde março de 2020, foi responsável pela instauração de novas configurações sociais. Estabeleceram-se restrições preventivas e medidas de isolamento social principalmente entre os grupos de maior vulnerabilidade, como por exemplo, as crianças, que tiveram suas aulas escolares presenciais suspensas e vivenciaram restrições nos contatos sociais por mais de um ano. A criança é nascida em um meio cultural constituído por significações sociais que foram historicamente produzidas, sendo constantemente resinificadas através das relações sociais. Dessa forma, a interação entre crianças e entre crianças e adultos é de suma importância, pois o processo cultural necessita de um outro ser social para acontecer. Dentro dessa perspectiva, a psique humana é em sua essência algo socialmente construído. Pela necessidade do isolamento social houve uma grande perda de interações e então possíveis impactos no desenvolvimento de funções psíquicas, além do possível atraso na aprendizagem de crianças em fase de desenvolvimento. Assim sendo, ao refletir a situação da ausência e/ou restrição de contato social

RAFAELLA FIORI PIVETA

JÚLIA FONSECA, LARISSA
ADORNO, VINÍCIUS PEREIRA
Aline Fávaro Dias

das crianças, torna-se necessário investigar e analisar os impactos ocasionados pelo isolamento social nas crianças, e o que pode ser feito em prol da saúde mental das mesmas. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo investigar e discutir as consequências do isolamento social e seus impactos no desenvolvimento psicossocial de crianças de 6 a 8 anos, durante o período da COVID-19. Para tanto, está em andamento a aplicação de um questionário, elaborado pelos pesquisadores, em 15 mães, pais ou responsáveis por crianças que tinham idade entre 6 e 8 anos durante a pandemia, que viveram o período de isolamento social no contexto brasileiro. O questionário é composto por 13 questões fechadas abordando as diferenças que os pais ou responsáveis sentiram sobre o antes e depois do isolamento social ocasionado pela pandemia do novo coronavírus, bem como os possíveis impactos gerados nas crianças. A captação de participantes está se dando através de redes sociais e a aplicação do formulário está acontecendo de maneira remota, via Google Forms, favorecendo uma maior acessibilidade e, conseqüentemente, um

maior alcance e acesso aos participantes. Espera-se que, mediante os dados coletados, possamos identificar o impacto do isolamento social no desenvolvimento psicossocial de crianças que tinham, no momento inicial da pandemia, entre 6 e 8 anos, discutindo se houve um aumento no uso de telas pelas crianças e as consequências do ensino remoto no desenvolvimento das crianças. Os dados serão analisados de forma quantitativa e qualitativa, discutindo-os, principalmente, à luz da teoria de Vygotsky, mas também de outros referenciais essenciais no estudo do desenvolvimento infantil. Palavras-chave: COVID-19; isolamento social; infância; desenvolvimento infantil.

Pôster

OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Tema: OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO O advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 firmou o Estado Democrático de Direito no Brasil e trouxe como seu baluarte diversos direitos e garantias fundamentais, dentre elas, prescrita no artigo 5º da carta constitucional, notadamente nos incisos IV e IX, está a liberdade de expressão. Além de configurar-se como característica inerente da lei maior, o direito à livre manifestação goza de imprescindibilidade para o exercício da democracia e efetivação da dignidade da pessoa humana, portanto desfruta de plenitude, com exceção de quando afeta a garantia de terceiros exercerem esse mesmo direito, ou seja, o balizamento à liberdade de expressão encontra-se, paradoxalmente, na agressão à própria liberdade de expressão. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é estudar os aspectos ínsitos ao direito à livre expressão do pensamento, das atividades intelectual, artística, científica e de comunicação, bem como sua colisão com outros direitos fundamentais, observando seus limites e a necessidade de sopesamento frente a eventuais

RANDER DE TOLEDO MONTEIRO

GRAZIELA DE CASTRO ALV
SÉRGIO DE ASSIS JUNIOR

conflitos. Com isso, visa esse estudo enfrentar a problemática atual da sociedade brasileira, em especial no que concerne às investidas, não só de civis, mas também de autoridades contra a ordem democrática, os quais, por vezes, tentam utilizar o direito à livre manifestação como escudo para declarações arbitrárias e incitações à violência. Com efeito, para demonstrar a possibilidade de convivência pacífica entre a liberdade de expressão e outros direitos fundamentais, tais como o direito à intimidade, à igualdade e à segurança, serão analisados o Princípio da Convivência das Liberdade Públicas, sobre a ótica da doutrina atual, e o Paradoxo da Tolerância, este último idealizado pelo filósofo Karl Popper e descrito no seu livro “A Sociedade Aberta e Seus Inimigos”, no qual o filósofo conclui que a concessão de uma tolerância ilimitada pode levar ao desaparecimento da tolerância, pois se concedida tolerância ilimitada aos intolerantes, o resultado será o cerceamento dos tolerantes, os quais serão erradicados juntamente com a tolerância (Popper, 1957, p. 289). Dessa forma, como conclusão, o trabalho indicará os caminhos e as técnicas que

possibilitam um desfecho proporcional e equilibrado para os confrontos entre a liberdade de expressão e os demais direitos fundamentais, haja vista que, mesmo frente a sua gigantesca importância, até mesmo para a efetivação da democracia, existem outros inúmeros direitos, com os quais a liberdade de expressão deve conviver em harmonia, sobrevivendo a necessidade de um balanceamento, a fim de que se possa encontrar uma solução razoável para a prevalência do Estado Democrático de Direito. Com intuito de alcançar tal propósito, ao longo deste estudo serão utilizados os métodos dedutivos e bibliográficos.

Oral

ENTRE ROSAS II: ACOLHIMENTO, INFORMAÇÃO E RESGATE DA CONFIANÇA E AUTOESTIMA DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

ENTRE ROSAS II: ACOLHIMENTO, INFORMAÇÃO E RESGATE DA CONFIANÇA E AUTOESTIMA DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA A pandemia da Covid-19, evidenciou e intensificou diversas mazelas da sociedade, entre elas, a violência doméstica. Segundo os números trabalhados no Fórum de Segurança e relatório de atendimento das unidades de Defensoria Pública do estado de São Paulo, os casos de aumento de violência contra a mulher, tiveram um aumento significativo nesse período. As vítimas, passaram a estar mais tempo junto com seus agressores, o que acarretou no aumento desta realidade que já era alarmante. Diante disso, o presente projeto, desde 2021 vem buscando proporcionar às vítimas de violência um espaço de referência, apoio e proteção, por meio de eventos e conteúdos, que possibilite à mulher vítima de violência, o resgate da sua confiança, segurança, autoestima e o seu acesso a conhecimento sobre a temática. Além disso, por meio de ações sistemáticas, o projeto busca cada vez mais se aproximar de toda a sociedade, para que todos tenham conhecimento não apenas sobre a violência doméstica, mas

RITA DE CÁSSIA ALBINO

MICHELLE APARECIDA DE
JÚLIA MARIA DE MORAES
JÉSSICA DAIANA VENANC
CARVALHO

também de temáticas relacionadas às relações de gênero como um todo, por entender que o problema da violência doméstica esbarra e muitas vezes é oriundo de diversos problemas sociais estruturais, que contribui para a cultura do machismo continuar a ser reproduzida. Sabe-se que para uma mulher se desvincular de relacionamentos abusivos que a submetem a violência psicológica e física, é preciso de uma rede de apoio e de proteção para que ela se sinta segura o suficiente para tomar essa decisão. Assim, o Entre Rosas procura compreender os recursos que as mulheres, vítimas de violência doméstica que denunciam seus agressores, bem como as que vivem essa agressão no sigilo de seus lares necessitam para tomarem a decisão de denunciar de forma consciente e segura. Logo, entende-se que as redes sociais têm um grande papel na sociabilidade das pessoas e na forma com que elas obtêm informações. Por isso, partindo desta ferramenta, por meio da presença da página @_entreras nas redes sociais, almeja-se auxiliar na identificação das problemáticas que as violências contra a mulher podem repercutir tanto em uma

perspectiva micro quanto macro social. Por fim, o presente trabalho, se enquadra como um Projeto de Pesquisa BEXT-Sal, na linha de pesquisa de Educação Sociocomunitária e tem como indicador social a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). O conjunto de dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS – ONU) perpassa o tema de violência contra a mulher diretamente nos objetivos 3 (Saúde e Bem-estar), 5 (Igualdade de Gênero), 10 (Redução das Desigualdades) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Em âmbito interno, utiliza os dados do Atlas da Violência, criado em 2016 e gerido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) com a colaboração do FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública).

Oral

GGDSAL: CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO HUMANO NOS MODELOS PRESENCIAL E REMOTO

A extensão tem um papel fundamental na formação, seja na perspectiva profissional ou pessoal, de jovens e adultos que frequentam a universidade, em busca do conhecimento científico, em diversas áreas. Com o ensino e a pesquisa, a extensão completa o tripé que alicerça a educação no ensino superior. A extensão, como lugar que prioriza a intervenção, viabiliza o transbordar do conhecimento gerado e saboreado na universidade para fora dos muros dela, com meta a alcançar seu compromisso social. A extensão atua como oxigênio que alimenta a relação da universidade com a população em geral, tendo o conhecimento científico como ponte para esse diálogo. Assim, o estudo pretende apresentar o projeto extensionista intitulado “Ginástica e Dança do UNISAL”, mais conhecido como GGDSAL, como uma proposta educativa exitosa, que oferece um espaço de vivências de dança, ginástica e atividades circenses, com o intuito de estimular o desenvolvimento e a promoção do humano de alunos/as do Centro Universitário Salesiano de São Paulo e da comunidade em geral. Trata-se de uma sistematização de experiência, na qual os relatos falam por si, fomentam a

ROBERTA CORTEZ GAIO

disseminação de lições aprendidas, propiciando um olhar cuidadoso para o processo. As descrições das experimentações artísticas mostram que o processo extensionista no âmbito do GGDSAL, promove a capacitação crítica do ser humano por meio de elaborações coletivas de trabalhos artísticos no universo das manifestações culturais já mencionadas. É um projeto que favorece o desenvolvimento do sensível e das melhores qualidades humanas. O projeto em questão existe desde 2014 e acontece toda semana, fora do horário normal de aula. No período da pandemia de COVID-19 passou a ser oferecido no modelo remoto, por canais digitais e redes sociais da universidade. O projeto não é um lugar de descoberta de talentos, mas um espaço para dançar a vida, conhecer as possibilidades diversas de colocar o corpo no espaço e de brincar com malabares e encenações. A sistematização, como uma interpretação crítica das experiências, indica que, no modelo presencial o GGDSAL possibilita uma educação estética, pois o foco é o encontro entre corpos, com olhares perturbadores para o ato de se movimentar, para além de formas mecânicas e repetitivas, na busca de

uma prática artística, sensível, criativa e crítica. Já no modelo remoto, o GGDSAL propicia a criação artística por meio de recursos inovadores, tendo a tecnologia como suporte para tais criações. Assim, conclui-se que, o GGDSAL é um projeto de extensão que tem no fazer artístico seu elemento fundamental para o conhecimento do ser, do mundo e das relações que emanam do existir enquanto grupo. Não é um espaço de prática descontextualiza, pois se materializa como lugar de viver, pensar e sentir o corpo que se movimenta, fruto da cultura já existente, ao mesmo tempo que produz novas formas culturais.

Oral

FESTIVAIS ARTÍSTICOS DO UNISAL E AS CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DOS CONVENCIONAIS AOS DISRUPTIVOS

Os Festivais do UNISAL acontecem desde 2012 e fazem parte do Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Educação Física – Licenciatura e Bacharelado, do Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Até 2013 era realizado somente um festival por ano, mas a partir de 2014 esse evento passou a acontecer a cada fim de semestre e de formas diferentes, tais como: Festival de Ginástica e Dança, Festival de Arte de Rua, e outras denominações, de acordo com as disciplinas envolvidas e discussões ocorridas em salas de aulas. Os Festivais não têm caráter competitivo, mas sim de espetáculo, pois são eventos de cunho artístico. Os festivais do UNISAL nasceram da iniciativa de professores/as que ministram disciplinas que tematizam a arte, a educação estética, a corporeidade, o sensível, a criatividade e a criticidade por meio de vivências corporais. São disciplinas que abordam as ginásticas, as danças e as atividades circenses, como manifestações culturais e artísticas; que promovem o desenvolvimento das melhores qualidades humanas. Assim, o presente estudo traz a sistematização de experiências advindas desses festivais, nos modelos presencial, remoto e

ROBERTA CORTEZ GAIO

Cristiane Teixeira Amaral
Henrique Nunes da Silva

híbrido. Os festivais no modelo presencial aconteceram de 2012 a 2019, com a organização dos/as alunos/as do UNISAL em parceria com os/as professores/as responsáveis pelas disciplinas envolvidas; já nos anos de 2020 e 2021 (apenas no primeiro semestre), os festivais aconteceram no formato on-line, pelo canal institucional do Youtube, com projeção de vídeos elaborados pelos/as alunos/as. Isto aconteceu em função da crise sanitária que acometeu a humanidade, fruto da pandemia da COVID-19, que demandou o isolamento social. Já no segundo semestre de 2021 e primeiro de 2022 foi possível a volta presencial das atividades, o que possibilitou a realização do festival no formato híbrido, tendo apresentações presenciais e outras no formato de vídeos, com um pequeno público assistindo em lócus e outras pessoas via canal institucional do Youtube. As narrativas presentes no relatório final de sistematização das experiências referentes aos festivais contam por si, pois trazem esses eventos como parte da formação profissional dos/das acadêmicos/as de Educação Física, bem como contribuições para formação pessoal, pois há uma forte

ligação entre reflexão, técnica e criatividade, na elaboração de trabalhos artísticos. Há uma busca constante por temáticas que possam favorecer o entendimento à diversidade da condição humana, a inclusão social e aos direitos humanos, pois as disciplinas que estão à frente da organização dos festivais têm traços sociais e culturais. Portanto conclui-se que, os festivais, sejam no modelo presencial, remoto ou híbrido, são espaços de produção do conhecimento, de socialização de saberes e possibilidades de protagonismo, autoexpressão e autopoiese, tanto para quem participa ativamente desse evento, como também para quem organiza ou apenas aprecia.

Oral

CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS À EMPREGABILIDADE E INCLUSÃO TECNOLÓGICA DE AMERICANA

Nos últimos anos, o município de Americana/SP, assim como muitas outras cidades do país, vem portando o crescimento acelerado dos desempregos. No entanto, o ano de 2020, devidamente ao avanço do vírus Covid 19, tornou-se esse cenário ainda mais problemático para o setor de empreendedorismo e educação. O setor da educação também foi bastante atingido. Escolas fechadas, sem nenhum apoio governamental e sem avisos de quando iam retornar acabou dificultando o acesso à educação básica para muitas famílias. Muitas optaram pelo EaD, Ensino a Distância, porém as oportunidades não são as mesmas para toda a população. Uma população que sofre bastante com o quesito de empregabilidade e até mesmo com a educação são os imigrantes do nosso município. Muitos chegam aqui sem mesmo conseguir se comunicar, como inserir essa vasta população no mercado de trabalho? como garantir a ela acesso básico a educação, a saúde, moradia? Sendo assim, este trabalho visa a aplicação de tecnologias para todas as classes sociais em pró de capacitações técnicas e comportamentais, necessárias para o sucesso da empregabilidade e da

ROBERTA ROGERO

FERNANDA MARQUES TE
GABRIEL DELLA PIAZZA, A
RESTANI VIEIRA

educação, através das autoridades da cidade de Americana, interior de São Paulo e com o contato com as pessoas que estão inseridas nesse meio de desfavorecimento. Foi realizada a aplicação de um curso de empreendedorismo realizado em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Americana e a Unisal, o curso realizado nos dias 11 e 18 de junho, aconteceu no Centro da Universidade do Conhecimento de Americana, contou com a presença de 32 haitianos, assim como o acompanhamento de alguns alunos envolvidos no presente projeto. Esse projeto viabilizou o auxílio de instruções voltadas ao empreendedorismo, a fim de instruir os imigrantes situados no município de Americana, por meio de ferramentas com o intuito de oportunidades para se tornar um empresário. O estudo visa apresentar essa problemática de modo a investigar suas raízes passadas e atuais com base em informações adquiridas também em especial na cidade de Americana, interior de São Paulo, buscando acesso a dados por meio das autoridades da cidade e contato direto com pessoas que estão inseridas nesse

contexto de desfavorecimento, com a obtenção de dados baseados em pesquisas quantitativas e qualitativas se torna possível a análise da situação problema de modo a propor possíveis soluções para iniciar um processo de reestruturação de um sistema falho no qual possa alcançar diversas pessoas fazendo com que as mesmas tenham a oportunidade de serem reinseridas na sociedade digital de maneira justa e correta como qualquer outro cidadão, garantindo assim melhores condições de vida no geral.

Pôster

Um guia de comunicação: criação de manual de identidade visual para empreendedores

A pandemia e a crise econômica vivida no país nos últimos anos fizeram crescer o número de desempregados e conseqüentemente aumentou o número de empreendedores que buscaram, através da necessidade ou pelo estímulo à realização de um sonho, ingressar no mercado como gestores dos seus próprios negócios. Segundo levantamento feito pelo Sebrae, com base em dados da Receita Federal, em 2021 o empreendedorismo alcançou uma marca histórica no Brasil: foram mais de 3,9 milhões de empreendedores que se formalizaram em busca de obter uma fonte de renda ou para realizar o sonho de serem donos da própria empresa. Apesar dos esforços pela regulamentação, o que é observado com frequência e, que muitas vezes dificulta o desenvolvimento das pequenas empresas, é a forma como se apresentam para o público. A falta de conhecimento e a impossibilidade de investir na contratação de serviço especializado em comunicação e design gráfico atrasa o processo de crescimento da empresa, por melhor que seja o produto ou serviço realizado. Para a World Design Organization (WDO), o design é um processo estratégico que

SAMIRA BRITO DE SOUZA

AMANDA CRISTINA PINTO
HENRIQUE OLIVEIRA SANTOS
LUÍZ DE MORAES, Fabricio

melhora a qualidade de vida das pessoas por meio de produtos, sistemas e experiências inovadoras. O design é a ponte entre o que já existe e o que é possível imaginar e fazer. Combinando a estética à funcionalidade, é capaz de agregar valor e gerar soluções mais eficientes. Diante da dificuldade enfrentada pelos empreendedores principiantes, estudantes do curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro UNISAL de Americana, em uma atividade prática de cidadania para o desenvolvimento da sociedade, se propõem através de um trabalho de pesquisa-ação a investigar o objeto de estudo identificando um problema prático e interferindo para que ocorra uma mudança no meio, criando um plano de ações para amenizar essa questão e, depois, analisar as alterações que o projeto trouxe para o ambiente. Desse modo, o intuito do presente trabalho é elaborar um Manual de Identidade Visual, com linguagem simples e objetiva, de fácil compreensão pelo público leigo em comunicação para o mercado. A dinâmica do trabalho consiste em utilizar-se de pesquisas bibliográficas e documentais para gerar

embasamento técnico-científico para a criação de um guia estruturado com informações sobre os conceitos de design e identidade visual, criação, uso e aplicação do logotipo, utilização de cores e tipografia, uso de imagens e diagramação. A pesquisa justifica-se pela necessidade de profissionalização dos pequenos empreendedores e a dificuldade para comunicação enfrentada especialmente no início do processo.

Oral

AS CONDIÇÕES DE EMPREGABILIDADE DE PESSOAS TRANS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Este estudo tem como objetivo avaliar as condições de empregabilidade de pessoas trans com idade de 18 a 35 anos. A pesquisa se delimita ao Estado de São Paulo, pois de acordo com o Perfil da Indústria (2017) esta região possui o maior PIB (Produto Interno Bruto) empregando 2.859.258 milhões de pessoas. Para esta pesquisa foi eleita a metodologia de natureza quantitativa que caracteriza-se pela coleta e tratamento de informações com a intenção de garantir a precisão dos resultados ao descrever fenômenos psicossociais. Sendo um método usado em estudos descritivos, que tem como objeto conhecer uma situação específica, um grupo ou um indivíduo (RICHARDSON, 1985). Enquanto instrumento de pesquisa será feito uso do questionário semiestruturado composto por perguntas fechadas, ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que tem como característica alguns questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa, bem como questões formuladas em escala Likert. Os respectivos instrumentos foram selecionados para contribuir na análise e

SCHEILA RODRIGUEZ PARRA

MATEUS HENRIQUE TOLE
VINICIUS BORGES ALVES,
COSTA RIBEIRO

mensuração da relação de pessoas Trans/travestis, com o intuito de selecionar uma amostra que represente a população da pesquisa, tendo como critério ser uma pessoa trans com idade entre 18 e 35 anos, residente no estado de São Paulo. Com a finalidade de aprimorar e identificar possíveis falhas presentes no questionário e uma estimativa dos resultados futuros do instrumento, o pré-teste será aplicado a uma população de aproximadamente cinco pessoas com características semelhantes às do público-alvo. Será possível constatar se o questionário apresenta fidedignidade, validade e operatividade, elementos fundamentais de acordo do Marconi e Lakatos (2003). Os aspectos apresentados por Silva (2016) a respeito da empregabilidade e desenvolvimento, observa-se disparidade entre as características de pessoas Trans e Travestis frente a sociedade heterocisnormativa, no gozo de direitos mínimos, como por exemplo o direito ao trabalho livre, justo e remunerado, esse garantido no Art. 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948). Deste modo, se evidencia o abismo entre o conceito e a

realidade de pessoas Trans e Travestis na posição de trabalhadoras(res), uma vez que cerca de 70% dessa população não concluiu o ensino médio e somente 0,02% se encontrava no ensino superior no ano de 2020 (ANTRA, 2020). Para a análise dos resultados obtidos na pesquisa através do formulário, serão considerados os aspectos socioculturais acerca dos padrões cis-heteronormativos à luz dos conceitos de Judith Butler voltado para os constructos da ontologia do corpo dissidente da norma, questões de gênero e teoria Queer, que contribuirão com a construção e interpretação performática do conceito de empregabilidade e seu desenvolvimento na realidade de pessoas Trans/Travestis.

Pôster

CONTRATOS DE LOCAÇÃO COMERCIAL
COM ENFOQUE NAS DECISÕES JUDICIAIS
NO MOMENTO DA PANDEMIA POR
CORONAVÍRUS E PERANTE A FUNÇÃO
SOCIAL DOS CONTRATOS

Os contratos possuem a intenção de firmar o acordo entre as partes, preservando e tomando pacífica à convivência de todos os envolvidos e diante esse entendimento, no âmbito nacional, a função social dos contratos é vista como um princípio moderno que veio ganhando destaque com o advento da Constituição Federal de 1988, por meio das novas concepções de propriedade privada e seus aspectos sociais, para agregar aos clássicos do contrato. Esse princípio é um dos institutos que melhor reflete a ideia de socialidade no Código Civil brasileiro de 2002, pois a sociedade é, ao lado da eticidade e operabilidade, um dos valores que nortearam a elaboração do novo Código. Cabe ressaltar que a natureza jurídica da função social do contrato, norteadada no contexto social, e não somente no contexto privado, podendo apresentar consequências relativas, também, a terceiros que não tenham relação direta com o contrato estabelecido, exigindo que a vontade seja manifestada ou declarada, dependendo dos fatos ocorridos, de forma idônea para que o ato possua uma existência no universo negocial. Contratos podem se tornar nulos ou

SIMONE REGINA DO BONFIM

anuláveis, a depender do desejo do agente, bem como por vício essencial, sopesando também os efeitos da força maior. Por sua vez então, uns dos contratos mais afetados pela pandemia, segue as premissas do negócio jurídico, necessitando de um acordo que pode ser feito por duas ou mais partes, onde o contrato detalha o bem alugado e as penalidades em casos de descumprimento do documento, havendo obrigações a serem seguidas pelos envolvidos. O conceito de função social dos contratos, ainda mais no que tange às locações, é de essencial consideração no período pandêmico que ainda insiste em assolar a economia brasileira, mesmo com pequenos sinais de recuperação, haja vista que diversas condições preestabelecidas já não são mais válidas e possíveis. Desse modo, o intuito do presente trabalho é evidenciar como a evolução do negócio jurídico e das funções sociais dos contratos foi fundamental para ressurgir obrigações antes esquecidas, como a assistência, lealdade, confidencialidade e boa-fé, juntamente com a identificação de fundamentos legais e jurídicos que embasam caso fortuito e força maior, em prol de verificar como vem se

posicionamento o âmbito jurídico no que tange os contratos de locação de imóveis comerciais em momento de pandemia, provocando debates por meio de decisões reiteradas, as jurisprudências, comprovando que a justiça não se mostrou omissa ao encarar pedidos de revisão contratual na tangente do valor do aluguel. Para tanto, utilizar-se-ão os métodos bibliográficos e documentais, aliados ao método exploratório.

Oral

A inconstitucionalidade da necessidade de confissão formal e circunstanciada para proposta de acordo de não persecução penal: violação ao princípio nemo tenetur se detegere.

A Lei nº 13.964/19 introduziu ao Código de Processo Penal, em seu artigo 28-A, o acordo de não persecução penal, que tem como requisito para proposta a confissão formal e circunstanciada da prática penal pelo acusado, em que pese o ordenamento jurídico adotar como princípio e garantia individual a não autoincriminação – nemo tenetur se detegere (art. 5º, LXIII, CF/88). A pesquisa tem como objetivo analisar a compatibilidade da necessidade de confissão para a proposta de acordo de não persecução penal com o direito do acusado em não produzir prova contra si mesmo. O direito a não autoincriminação deriva dos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, da presunção de inocência e da dignidade da pessoa humana, todos de ordem constitucional. É sabido que o Estado é a parte mais forte na persecução penal, que possui condições e o dever de comprovar a autoria e materialidade das infrações penais, não sendo cabível o ônus ao hipossuficiente, ora acusado, ou sendo imprescindível sua colaboração, sob pena de se violar o sistema acusatório. O legislador ao conceber como requisito para a proposta de acordo de não persecução penal a

SOFIA CLARET FERRAZ

necessidade de confissão formal e circunstanciada não observou limites impostos pelo poder constituinte, o que acarreta instabilidade jurídica pelo risco de inconstitucionalidade. O problema consiste no risco de possível descumprimento do acordo de não persecução penal e a existência de confissão a embasar oferecimento de denúncia, e a impossibilidade de oferecimento de suspensão condicional do processo, o que acarretariam danos ao confitente, mas também em consistir em violação de normas internacionais de direitos humanos, tal como o artigo 8, inciso II, alínea “g”, da Convenção Interamericana de Direitos Humanos que prevê que ninguém é obrigado a depor contra si mesmo, nem declarar-se culpado. Mencione-se que eventual confissão por parte do acusado seria prematura, pois o acordo de não persecução penal ocorre antes do oferecimento da denúncia, onde não deveria haver análise de mérito ou reconhecimento de culpa. A relevância social da discussão reside na existência da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 6304) ajuizada pela Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas – ABRACRIM, pendente de julgamento,

que debate a temática. Assim, conclui-se que o trecho do artigo 28-A do Código de Processo Penal que dispõe sobre a necessidade de confissão formal e circunstanciada pelo acusado para o oferecimento de acordo de não persecução penal contraria o princípio nemo tenetur se detegere, estando, portanto, eivado de inconstitucionalidade, o que será analisado diante de métodos dedutivos e bibliográficos neste trabalho.

Oral

Contratos familiares: exteriorização da dificuldade do ser humano em se relacionar e conviver.

A doutrina e jurisprudência caminham para a adoção de cinco espécies de contratos familiares, que vão desde os contratos pré-nupciais ou prévios à união estável, passando pelos contratos intramatrimoniais (pós-nupciais) ou de repactuação de convivência, até encontrar fim nas modalidades de acordos pós-divórcio e pós-união estável. As relações familiares estão em constante mudança, já não é mais possível conceber uma única roupagem de família, e o direito tenta acompanhar essa evolução das estruturas familiares, com a possibilidade de que as famílias possam estabelecer suas próprias regras, dentro da legalidade. Mencione-se o avanço que os contratos familiares representam em relação a promoção do princípio da não-intervenção ou da função social da família. Apesar disso, fato é que os contratos familiares também refletem a dificuldade do ser humano em conviver com o outro e a necessidade de que tudo deve estar previamente estabelecido e escrito para que se evitem desgastes emocionais ou rupturas nos relacionamentos. No âmbito dos contratos familiares, há a possibilidade de estipulação de regras sobre direitos existenciais, como por

SOFIA CLARET FERRAZ

exemplo, para disciplinar horas de dedicação a atividades escolares dos filhos, distribuição de trabalho doméstico, frequência de relações sexuais e modalidades, bem como para estabelecer quantas vezes a(o) sogra(o) pode visitar a família. Em uma primeira análise, pode-se parecer um avanço à autonomia da vontade e da liberdade, rumo a busca da felicidade da família e satisfação de seus membros, mas, por outro lado, também revela a concepção pós-moderna da era da Família Líquida e a banalização do afeto como elemento natural da relação familiar, bem como a dificuldade do ser humano em conviver com o outro e resolver conflitos que possam surgir no cotidiano com inteligência emocional. Zygmunt Bauman dispôs que os relacionamentos afetivos na pós-modernidade estavam temperados por “amor líquido”, dotado de instabilidade e efemeridade. A pós-modernidade e a agilidade do mundo contemporâneo faz com que o ser humano mantenha uma percepção de que a família e as relações afetivas devem sempre atender a seus próprios interesses, e que no primeiro sinal de insatisfação, é caso de término da relação ou necessidade de se

compactuar deveres e deveres no relacionamento. Até que ponto os contratos familiares representam a vontade dos cônjuges/companheiros ou nubentes em fortalecer os laços afetivos e adaptarem-se as mudanças cotidianas, e não apenas exteriorizam a dificuldade do ser humano em se relacionar e conviver com o outro? A problemática não reside na autorização dos indivíduos de regularem o que acontece dentro de seus núcleos familiares, fornecendo métodos para tanto, é muito mais fundo e subjetivo do que isso. Assim, propõe-se a análise da questão sob o enfoque de métodos dedutivos e bibliográficos, bem como pautados em estudos da lei e jurisprudência.

Oral

Educação em Direitos Humanos: A Inserção do Direito no Ensino Médio Como Meio de Educação Política

OBJETIVO Intervir junto aos alunos do ensino médio de forma a transmitir conhecimento sobre a importância da educação política e os impactos positivos que ela proporciona para a vida em sociedade, além de democratizar o ensino de Direito. PROBLEMA A educação básica tem se tornado instrumento fundamental para que jovens em processo de formação, não apenas entrem em contato com determinados dispositivos de direitos humanos, como saibam acessá-los, garantindo, deste modo, a própria proteção da finalidade para os quais tais direitos foram constituídos? DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO O presente projeto de intervenção é multidisciplinar, , sob a orientação da Profª Drª Wanessa Carla Gazzoni. Nos passos iniciais do primeiro semestre de 2022. Dessa forma, as alunas de Direito ficaram responsáveis por iniciar uma cartilha com o conteúdo a ser proposto às unidades de ensino - podendo ser visualizada, em partes, desenvolvendo temas básicos sobre Constituição de forma simples e lúdica, apontando para a separação e competência dos Poderes, bem como a importância do voto. Com isso, objetivou-se aprimorar e trabalhar

SYLVIA CAROLINA CRUXEN DE MATOS

outras temáticas. Para realização do projeto foi realizado o mapeamento de duas escolas e uma OSC em Campinas - SP. Selecionou-se, da Escola Salesiana São José, alunos(as) do terceiro ano do Ensino Médio, assim como o mesmo período da Escola Estadual Carlos Gomes. À vista disso. Por meio do contato com as escolas e a OSC, constituiu-se com a apresentação do projeto para os locais, via assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e preenchimento do formulário do Google, ao passo que expressaram as temáticas que consideram como interessantes e/ou que tenham curiosidade de apreender. Todos os encontros serão previamente estruturados, em concordância com os temas indicados pelas respostas do formulário e os assuntos descritos na cartilha confeccionada. RELEVÂNCIA SOCIAL É necessário saber os meios para atingi-lo. Saber, por exemplo, que a Constituição prevê instrumentos como a Ação Popular como meio de defesa dos interesses da coletividade estando este tipo de ação à disposição de qualquer cidadão pode acender na cabeça dos estudantes a possibilidade real do poder de transformação que o Direito pode ter

em suas vidas. Não há de se falar em cidadania quando não existe sequer uma formação básica para o conhecimento dos direitos fundamentais, de como estes princípios são positivados e de como acessá-los. RESULTADOS ESPERADOS Espera-se que seja possível construir um espaço alternativo de comunicação e informação aos jovens e adolescentes que estão no ensino médio, frisando a importância da educação política na sociedade, informando alguns direitos básicos que todo cidadão possui, a partir de rodas de conversa e debates que contribuam na formação do pensamento crítico desses indivíduos. REFERÊNCIAS AFONSO, M. L. M.; ABADE, F. L. Para reinventar as rodas. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

Pôster

Comunicação social para projeto de incentivo estudantil para atividades de astronomia

Comunicação social para projeto de incentivo estudantil para atividades de astronomia O ensino de Astronomia em instituições de ensino é um dos fatores considerados essenciais para promover a atividade e motivar estudantes para a ciência. Falk (2001, apud Aroca et al, 2008, p. 614), justifica que esses espaços oferecem um ambiente atrativo que permite ao aluno um contato direto com práticas científicas. Segundo Maran (2011), a Astronomia como atividade experimental e como área da Física a ser difundida, pode ser um instrumento em potencial de divulgação científica e uma oportunidade de formação para futuros professores, primando pelo desenvolvimento de um trabalho que possa resultar em um aprendizado significativo e interdisciplinar. Dentro deste contexto, em Americana, cidade do interior do Estado de São Paulo, ocorreu no ano de 2022 a primeira edição da Copa Americanense de Foguetes com o objetivo de incentivar estudantes a participarem de atividades de astronomia de forma lúdica, além de despertar a curiosidade de alunos do Ensino Fundamental e Médio por ciências, motivando novas procuras na área. A competição foi realizada em

TIAGO NASCIMENTO COSTA

Fabrizio Racaneli, ISABELA DOMINGUEZ, DANIEL ASA CARNOVALE, GABRIELLI C SILVA, JULIA MENDES SAM

grupos, incentivando o trabalho em equipe e oportunizando aos professores e orientadores trabalharem habilidades socioemocionais. O desafio enfrentado pelos estudantes foi o desenvolvimento de uma pesquisa prática, na qual construíram foguetes utilizando garrafas PET, buscando alcançar a maior distância possível. Os estudantes formaram equipes e, com o apoio de um orientador, buscaram encontrar variáveis para serem exploradas em busca de melhores resultados, sendo crucial a pesquisa por conceitos aerodinâmicos, além de muitos testes. No entanto, para que os objetivos do evento fossem atingidos, foi necessário desenvolver uma estratégia de comunicação para que o público-alvo do evento fosse impactado e para isso, alunos do curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro UNISAL de Americana foram envolvidos a fim de, por meio de um trabalho de pesquisa-ação, promovessem tal acontecimento, sendo indispensável uma pesquisa exploratória para a definição da estrutura da campanha de divulgação, que contou com a elaboração de logotipo, posts para redes sociais,

cartazes, panfletos, backdrop, produção de release para a imprensa, além de material gráfico para os dias do evento, como certificados. Os futuros publicitários foram envolvidos com a atividade também por meio de registros fotográficos e filmagens nos dias do evento, o que resultou em uma atividade prática, interdisciplinar e extensionista, impactando a comunidade externa com a comunicação produzida, além do envolvimento de estudantes de diferentes níveis. Deste modo, o intuito deste trabalho é analisar os efeitos produzidos pelas ações de comunicação realizadas, utilizando-se de métodos quantitativos que revelam os resultados das estratégias adotadas.

Oral

RODA DE CONVERSA COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: AÇÕES NO CAMPUS MARIA AUXILIADORA

A educação ambiental é uma ferramenta de conscientização sobre os riscos socioambientais que decorrem da relação ser humano/natureza, objetivando-se capacitar a reflexão de indivíduos, possibilitando-os rever suas concepções e seus hábitos. Parte das ações do Núcleo de Educação Ambiental do UNISAL, unidade de Americana, no primeiro semestre de 2022 foram baseadas em rodas de conversa, realizadas no pátio do campus, no horário do intervalo, visando discutir a preservação ambiental. A metodologia das rodas de conversas é relevante por seu caráter participativo e de aprendizagem social/coletivo, auxiliando na busca de um ensino democrático, dialógico e transformador. O pátio é um espaço de presença dos jovens, onde toda a comunidade acadêmica pode refletir e contribuir com seu conhecimento. Nas rodas de conversas foram realizadas reflexões sobre o Dia Mundial da Água; a conscientização sobre a proliferação da dengue na cidade de Americana/SP; a logística reversa – resíduos eletroeletrônicos e uma comemoração da Semana de Meio Ambiente, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Americana. Abordar o Dia

VANIRIA FELIPPE TOZATO

Robert Soares do Nascimento
Claudia Camargo de Lima
Caroline Cristiane de Sousa
Vitória Pereira Lima

Mundial da Água reforça as questões essenciais que envolvem os recursos hídricos essenciais à vida no planeta. Trazer essa discussão ao meio acadêmico, conscientiza a comunidade acadêmica sobre a importância de sua preservação. A segunda ação foi sobre a Logística Reserva, definida pela Lei Federal no 12.305 de 2010 como "instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada". O foco foi em resíduos eletroeletrônicos e os impactos de destinação incorreta, além de ter sido apresentado o local no campus que é destinado à coleta de eletroeletrônicos. Ações de conscientização sobre a importância do cuidado e combate ao mosquito *Aedes Aegypti* foram feitas com vídeos que ficaram disponibilizados na entrada do campus e no pátio, além da roda de conversa sobre o tema, de maneira a conscientizar a todos sobre um problema nacional, com aumento de casos em

2022 em todo o país. O evento da Semana do Meio Ambiente possibilitou a discussão da legislação e ações necessárias para combater as mudanças climáticas. Considera-se que a educação ambiental por meio das ações de roda de conversa e a posterior divulgação dos eventos nas redes sociais possibilita que haja interação entre diversos atores da comunidade educativa e é um momento de concentração e atenção ao outro, onde cada um pode expor suas ideias e opiniões, criando possibilidades de produção e ressignificado de saberes e experiências. Apresenta, assim, resultados positivos a todos os envolvidos.

Oral

INTERAÇÃO, AFETIVIDADE E METODOLOGIA, ABISMOS DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE VIDA

Desde os anos iniciais da república, até os dias de hoje, o sistema educacional brasileiro percorre um trajeto carregado por inúmeros avanços e retrocessos que geram impactos em toda a sociedade, seja pela formação educacional e profissional desigual que diferentes grupos sociais recebem, ou até nas potencialidades de transformação do próprio país. Diante desse cenário, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia do vírus SarsCoV-2, no início de 2020, foi natural que a rede pública de ensino — caracterizada, frequentemente, por seu atraso em relação ao mundo contemporâneo — entrasse em crise quando confrontada com as alterações súbitas na organização social, que tornaram necessária uma mudança das atividades executadas presencialmente nas instituições, em tarefas virtuais, realizadas por cada aluno de modo isolado em seu domicílio. Dessa forma, objetiva-se compreender não apenas as implicações do contexto pandêmico no ambiente escolar, mas também, analisar as questões e problemas existentes anteriormente a ele, utilizando-os de base para o entendimento das mudanças ocorridas na metodologia aplicada pelo

VINÍCIUS GALVÃO REZENDE

CEN YULIAN, LUANA SANT

corpo docente, na maneira como os alunos interagem entre si e na afetividade presente na relação professor-aluno. A partir dos objetivos pré-estabelecidos e da pesquisa teórica realizada em conjunto com o trabalho in loco, foi possível perceber na prática como essas mudanças súbitas na organização das escolas e como o agravamento das condições desiguais já existentes impactaram no comportamento dos estudantes e no modo como a sala de aula funciona. Até o momento, trabalhando com uma turma do primeiro ano e outra do terceiro ano do ensino médio de uma escola da rede estadual, pôde-se perceber o duplo desafio advindo da nova realidade, em primeiro lugar, devido ao retorno do ensino presencial, após quase dois anos de aulas remotas e, também, por conta do início do Programa de Ensino Integral (PEI), que altera a carga horária de quatro para até nove horas diárias dentro da escola. Além disso, é evidente que algumas práticas tradicionalistas ainda constituem o processo de ensino aprendizagem, acarretando, muitas vezes, em um comportamento reativo por parte dos alunos que

constantemente se queixavam do caráter monótono e conteudista das aulas, focadas apenas no repasse mecânico do conhecimento. Portanto, tendo em vista o que foi observado e estudado até o momento, as intervenções do presente projeto irão buscar minimizar os efeitos negativos da nova realidade escolar pós-pandemia, compreendendo as mudanças ocorridas com os alunos, professores e com a maneira como a relação entre eles se dá em sala de aula, buscando, a partir disso, a transformação do ambiente educacional de maneira a atualizar e incrementar a metodologia utilizada, as relações interpessoais e a afetividade, fatores presentes e fundamentais para o processo de aprendizagem.

Oral

Estudo e acompanhamento de programas socioeducativos para recuperação de autores de violência doméstica contra as mulheres.

Através de uma perspectiva de gênero, é observado que mulheres e homens são educados para exercer determinado comportamento baseado em uma visão falocêntrica, que firma modelos e papéis sociais que valorizam os aspectos ligados ao masculino, que em contrapartida, inferioriza os aspectos femininos. Assim, forma-se uma cultura que desvaloriza e oprime as mulheres e acaba por legitimar e banalizar a violência doméstica de gênero. Essa visão é corroborada através da pesquisa de opinião “Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher — 2021”, realizada pelo Instituto Data Senado, que revela em 2021 que: 4% das mulheres percebem crescimento na violência doméstica. 71% das entrevistadas enxergam o Brasil como um país machista. 68% conhecem vítimas de violência doméstica ou familiar. 27% declaram já ter sofrido esse tipo de violência. 18% convivem com o agressor e 75% delas não os denunciam por medo, o que expõe um problema existente e o mais alarmante, em expansão. Cria-se assim um consenso de que é muito importante o trabalho de esclarecimento, informação e empoderamento das mulheres vítimas de violência doméstica, porém se faz

VITOR ALMEIDA NASCIMENTO

necessário buscar as causas e a raiz da violência, ou seja, os autores dessas violências trabalhando com esses homens na desconstrução do machismo e da cultura socialmente construída de que a mulher é posse e objeto dos homens. A não observação dessa causa implica na possibilidade de que as chances de diminuição da violência contra as mulheres sejam mínimas ou inexistentes. Assim, foram criados programas que buscam questionar os papéis sociais de gênero que têm legitimado as desigualdades sociais e a violência contra as mulheres por meio do processo socioeducativo, de ações que propiciem a reflexão e de uma pedagogia que conduza a responsabilização do autor de violência. Essas ações estão previstas na Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, em suas disposições finais no Artigo 35 – inciso V, prevendo a criação de centros de educação e de reabilitação para os agressores e modificando, no artigo 45, a redação da Lei de Execução Penal. Isso possibilita que, nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz possa determinar o comparecimento obrigatório do autor de violência a programas de recuperação e reeducação. Assim, o presente trabalho

ocorreu através da realização de pesquisa exploratória do tema do contexto ao qual está inserido. Realização de pesquisa de campo entrando em contato com institutos como os Núcleos de Pesquisa e Gênero e Masculinidades da Rede Brasileira de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG) e de movimentos como “Movimento dos homens pelo fim da violência contra a mulher”, “Movimento do Laço Branco” e “E agora, José?” na intenção de extrair dados e informações para a realização de uma pesquisa explicativa visando conectar percepções às teorias, relacionar as causas e os efeitos da implantação desses programas, bem como a possível produção de material socioeducativo.

Oral

A tutela da dignidade da pessoa humana no sistema registral brasileiro

A tutela da dignidade da pessoa humana no sistema registral brasileiro As atribuições das serventias registras e notariais no Brasil se mostram essenciais no exercício da tutela dos direitos fundamentais da pessoa humana, principalmente no tocante à sua dignidade. Isso se dá porque os atos oriundos do sistema registral estão intrinsecamente ligados aos direitos da personalidade do indivíduo e da sua cidadania tornando-os efetivos aos lhes conferirem autenticidade, segurança e publicidade. Diante dos avanços e das conquistas sociais e das consequentes mudanças culturais, econômicas e tecnológicas, fica evidente a necessidade do sistema registral se aprimorar diante das demandas da pessoa humana, principalmente após o advento da Constituição Federal de 1988. A pesquisa se originou das discussões e debates entre os membros do Núcleo de Educação em Direitos Humanos do Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Campus São José, em Campinas e teve como objetivo desenvolver uma investigação amparada nos métodos histórico-jurídico e jurídico-comparativo através dos quais apurou-se as características do contexto histórico,

VOLKER HUGO DE SOUZA BEZERRA

STEPHANIE DE SOUZA GIM

social e jurídico em que o Direito Registral estava inserido no período anterior à promulgação da atual Constituição Federal para, em seguida, identificar as alterações legislativas e decisões do Poder Judiciário que contribuíram para a construção de um sistema de registro civil que refletisse a nova realidade nacional e internacional. A investigação se escorou na pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudencial e foi possível concluir que o Direito Registral brasileiro tem acompanhado a evolução sistema de tutela da dignidade da pessoa humana se posicionando, em várias oportunidades, à frente da legislação e da jurisprudência ao incorporar interpretações que conferem aos indivíduos o exercício pleno da cidadania e da personalidade. Dentre os avanços identificados, estão o direito à gratuidade de atos essenciais como o registro de nascimento e o assento de óbito, o fim da discriminação na filiação, o reconhecimento da união estável e de outras espécies de família, o reconhecimento de filiação socioafetiva pela via administrativa, a possibilidade de alteração do nome civil para adequá-lo à identidade física e psíquica do

indivíduo, a atribuição de um nome ao natimorto, bem como as expressivas alterações legislativas que passaram a prever a possibilidade de determinados atos que outrora somente poderiam ser realizados pela via judicial, como o divórcio e o inventário, conferindo agilidade e segurança para solução de conflitos menos complexos. Consequentemente, as serventias registras e notariais têm adquirido um protagonismo nunca visto em outras épocas diante as crescentes demandas da sociedade contribuindo para a manutenção e consolidação do Estado Social Democrático de Direito e para a tutela da dignidade da pessoa humana, em seus vários aspectos.

Pôster

CYBERBULLYING, SUAS CONSEQUÊNCIAS
E O DIREITO BRASILEIRO

Antes de entrarmos a fundo no tema referido, devemos em primeiro lugar explicar o que é cyberbullying. Para retirarmos o conceito correto do que é cyberbullying, precisamos olhar para a palavra em si, desta forma, temos que a palavra cyberbullying consiste na junção de duas palavras da língua inglesa, bullying e cyber. Cyber é uma contração da palavra cybernetic (cibernético), que se refere, na Teoria da Comunicação, àquilo que está ligado à rede de informação e comunicação, mais precisamente, ao âmbito da internet. Já a palavra bullying é formada a partir da palavra inglesa bully, que significa valentão, acrescida do sufixo “ing”, que indica continuidade da ação exposta em um verbo. Rodrigo Wasem Galia, conceitualiza da seguinte forma “O cyberbullying é um tipo de violência contra uma pessoa praticada através da internet ou de outras tecnologias relacionadas (meios virtuais)”. Sendo assim, cyberbullying pode ser conceitualizada como a extensão da prática do bullying (violência contra uma pessoa) no ambiente virtual. O cyberbullying pode vir a ocorrer de várias formas, como por exemplo: Assédio (enviar, de forma reiterada, mensagens

WAGNER WILLER MACHADO DE ARAÚJO

WESLEY MÁRIO DOS SANTOS
SCHMILT FREIRE, ANTONIO
DINIZ DOS SANTOS, FELIPE

ofensivas a uma única pessoa, sendo um ou vários assediadores.), fraping (ato de um terceiro que invade a rede social, ou cria uma conta falsa, de uma pessoa com o intuito de, se passando por ela, a difamar, humilhar, etc.), Catfishing (ato de criar um perfil falso para se relacionar com um pessoa, com o intuito de a humilhar ou conseguir ganhos financeiros), entre outros. Normalmente, quem pratica o cyberbullying esconde-se atrás de perfis falsos de redes sociais, acreditando estar com a identidade totalmente protegida. No entanto, existem mecanismos de rastreamento de agressores e difamadores virtuais. Uma pesquisa realizada pelo instituto de pesquisa Ipsos revelou que o Brasil é o segundo no ranking de cyberbullying no mundo. No âmbito jurídico, a prática do cyberbullying pode ser enquadrada nos crimes contra a honra. Os crimes contra a honra positivados no código penal são: difamação (art.139), injúria (art. 140.) e calúnia (art. 138). Haja vista tudo que foi exposto, vem a ser de suma importância que nosso legislativo volte a olhar este crime, para que ocorra uma maior punibilidade, com o intuito de fazer que os praticantes não se sintam impunes. Esse texto foi escrito com o objetivo de

dar palco e trazer a luz a este tema que é tão importante e que merece mais atenção, tanto jurídica, quanto social. Diversas pessoas sofrem com esse crime e muita das vezes, sentem que não existe forma de punir quem o faz. Como diz a coordenadora de Tecnologia Educacional do Colégio Marista Arquidiocesano, localizado em São Paulo (SP), Cleusa Diniz: “Os jovens devem ter seus direitos respeitados em todos os espaços de interação. Respeitar a posição de todos deve ser uma maneira de se relacionar com o mundo, para construirmos juntos um futuro mais ético, justo e solidário”.

Oral

CYBERBULLYING, SUAS CONSEQUÊNCIAS
E O DIREITO BRASILEIRO

Antes de entrarmos a fundo no tema referido, devemos em primeiro lugar explicar o que é cyberbullying. Para retirarmos o conceito correto do que é cyberbullying, precisamos olhar para a palavra em si, desta forma, temos que a palavra cyberbullying consiste na junção de duas palavras da língua inglesa, bullying e cyber. Cyber é uma contração da palavra cybernetic (cibernético), que se refere, na Teoria da Comunicação, àquilo que está ligado à rede de informação e comunicação, mais precisamente, ao âmbito da internet. Já a palavra bullying é formada a partir da palavra inglesa bully, que significa valentão, acrescida do sufixo “ing”, que indica continuidade da ação exposta em um verbo. Rodrigo Wasem Galia, conceitualiza da seguinte forma “O cyberbullying é um tipo de violência contra uma pessoa praticada através da internet ou de outras tecnologias relacionadas (meios virtuais)”. Sendo assim, cyberbullying pode ser conceitualizada como a extensão da prática do bullying (violência contra uma pessoa) no ambiente virtual. O cyberbullying pode vir a ocorrer de várias formas, como por exemplo: Assédio (enviar, de forma reiterada, mensagens

WAGNER WILLER MACHADO DE ARAÚJO

ANTONIO AUGUSTO DINI
BEATRIZ SCHMILT FREIRE,
MÁRIO DOS SANTOS, FELI

ofensivas a uma única pessoa, sendo um ou vários assediadores.), fraping (ato de um terceiro que invade a rede social, ou cria uma conta falsa, de uma pessoa com o intuito de, se passando por ela, a difamar, humilhar, etc.), Catfishing (ato de criar um perfil falso para se relacionar com um pessoa, com o intuito de a humilhar ou conseguir ganhos financeiros), entre outros. Normalmente, quem pratica o cyberbullying esconde-se atrás de perfis falsos de redes sociais, acreditando estar com a identidade totalmente protegida. No entanto, existem mecanismos de rastreamento de agressores e difamadores virtuais. Uma pesquisa realizada pelo instituto de pesquisa Ipsos revelou que o Brasil é o segundo no ranking de cyberbullying no mundo. No âmbito jurídico, a prática do cyberbullying pode ser enquadrada nos crimes contra a honra. Os crimes contra a honra positivados no código penal são: difamação (art.139), injúria (art. 140.) e calúnia (art. 138). Haja vista tudo que foi exposto, vem a ser de suma importância que nosso legislativo volte a olhar este crime, para que ocorra uma maior punibilidade, com o intuito de fazer que os praticantes não se sintam impunes. Esse texto foi escrito com o objetivo de

dar palco e trazer a luz a este tema que é tão importante e que merece mais atenção, tanto jurídica, quanto social. Diversas pessoas sofrem com esse crime e muita das vezes, sentem que não existe forma de punir quem o faz. Como diz a coordenadora de Tecnologia Educacional do Colégio Marista Arquidiocesano, localizado em São Paulo (SP), Cleusa Diniz: “Os jovens devem ter seus direitos respeitados em todos os espaços de interação. Respeitar a posição de todos deve ser uma maneira de se relacionar com o mundo, para construirmos juntos um futuro mais ético, justo e solidário”.

Oral

O LIAME ENTRE DIREITO, ESCOLA E
CIDADANIA

O LIAME ENTRE DIREITO, ESCOLA E
CIDADANIA. Inicialmente, importante se
faz elucidar sobre o atual cenário
educacional do Brasil, o Governo Federal
anunciou recentemente a reformulação
do ensino médio, sendo que um dos
planos de ensino é demonstrar aos
discentes, vivências de profissionais
específicos de cada área do saber. Muito
embora, tal avanço iniciou em 2022,
alguns assuntos ainda restam nebulosos.
O conhecimento de seus direitos e
deveres por parte dos alunos, ainda
resta prejudicado, visto que poucos
destes discentes conhecem
verdadeiramente os direitos inerentes ao
cidadão, muito embora a LNDB esculpi
que nenhum cidadão poderá alegar
desconhecimento da lei
concomitantemente com a CFRB/1988,
qual estabelece que é de
responsabilidade do Estado prover a
Educação básica, não se vislumbra a
aplicação dos conhecimentos jurídicos
fundamentais básicos para que se
efetivem tais preceitos constitucionais.
Muito se fala dos escândalos de
corrupção, de políticas públicas efetivas
contra a violência, de planos de governos
mais eficazes e hialinos para com a
população, noutra giro, pouco ou nada

WESLEY MÁRIO DOS SANTOS

BEATRIZ SCHMILT FREIRE,
RIBEIRO, WAGNER WILLE
DE ARAÚJO, ANTONIO AU
DOS SANTOS

se ouve em instruir as crianças e os jovens sobre o que lhes é devido, o que puderas requerer, em exercício da cidadania, ao Estado Pátrio. A escola é o ambiente que todos os cidadãos se preenchem quando de sua tenra idade, e no qual uma parcela minoritária se estende ao aprofundamento das matérias ministradas, em vista que muitas famílias não têm condições de custear ensino técnico ou superior aos filhos. Neste sentido, o estudo do direito se restringe somente a uma pequena parcela da população, àquele que desbravam o caminho acadêmico. A contrário senso com a aplicação dos conhecimentos jurídicos básicos e versando no seu escopo os direitos fundamentais expostos na Magna Carta o Estado não estaria cerceando o conhecimento aos jovens, direito este que lhes é devido, já que a responsabilidade da educação recai ao Estado. Como exposto, muito se esmiuça sobre a raiz da corrupção, como bem pontua o icônico Rousseau “O homem é naturalmente bom, mas, integrado na sociedade, acaba por deixar-se corromper.” haja vista que todo o desequilíbrio social precede da ignorância. O conhecimento jurídico

incita o questionamento, omitir este conhecimento dos jovens nada mais é do que deixá-los à mercê da sociedade ignorante, sendo estes suscetíveis ao caminho contrário ao da justiça, pois não terão discernimento para analisar e requerer políticas públicas mais efetivas, uma vez que mal sabem o significado deste termo. O presente visa indicar questões inerentes a educação e ao exercício da cidadania consubstanciado com o estudo dos direitos e deveres sociais e fundamentais, se distinguindo da ultrajante matéria de educação moral e cívica eivada de afronta aos direitos fundamentais expostas pela ditadura. Por fim, em paralelo ao supra exposto o presente trabalho possui o condão de edificar as crianças e os jovens almejando comprovar com pesquisas a problemática vivenciada.